



PLANO ESTRATÉGICO DE MOBILIZAÇÃO DE APOIO CLIMÁTICO

PEMAC



Ficha Técnica

Referência

Ministério das Finanças. 2025. Plano Estratégico de Mobilização de Apoio Climático. Direção Nacional do Planeamento. Praia. República de Cabo Verde.

Propriedade



Diretor

Gilson Gomes Pina (DNP)

Coordenação

Carla Lima Semedo (DNP)

Almerinda Sequeira de Pina (DNP)

Albertina Costa (DNP)

Andrea Martins (DNP)

Equipa Técnica – Elaboração do Relatório

Elaboração e Revisão

Inês Mourão, coordenação (LuxDev)

Laurence Janssens (LuxDev)

Pedro Malheiro (LuxDev)

Design Gráfico, Paginação e Edição

LBC Global

Créditos Fotográficos

Inês Mourão



Mindelo – Ilha de São Vicente

Cabo Verde, Abril de 2025

Este documento foi produzido com o suporte do “Financiamento Climático Internacional” do Governo de Luxemburgo.



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG

Este documento foi realizado com o apoio e a colaboração da:



Índice

Ficha Técnica	3
Preâmbulo	12
Sumário Executivo	14
Acrónimos	16
1. Contexto e objetivo	21
2. Enquadramento	25
2.1 Estratégias, compromissos e quadro institucional	26
2.2 Conceitos-chave relacionados com financiamento climático	32
2.3 Quadro dos mecanismos e fundos nacionais existentes	
com cariz climático	38
2.3.1 Fundo do Ambiente	38
2.3.2 Fundo Climático e Ambiental – FCA	39
2.3.3 Fundo Nacional de Emergência – FNE	40
2.3.4 Fundo Soberano de Emergência – FSE do Investimento Privado	40
2.3.5 Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado	40
2.3.6 Financiamento interno privado	41
2.4 Quadro dos mecanismos e fundos internacionais existentes	
com cariz climático	43
2.4.1 Banco Africano de Desenvolvimento – BAD	43
2.4.2 Banco Mundial – BM	44
2.4.3 Espanha, a sua função dentro do Pacto de Autarcas para	
a África Subsaariana – CoMSSA	46
2.4.4 Fundo de Adaptação	47
2.4.5 Fundo Verde para o Clima – GCF	47
2.4.6 Fundo Global para o Ambiente – GEF	50
2.4.7 Fundo Monetário Internacional – FMI	51
2.4.8 Hungria	54
2.4.9 Grão-Ducado do Luxemburgo	54

2.4.10 InfraCo Africa	56
2.4.11 Mecanismo de Ação de Mitigação – MAF	57
2.4.12 Millennium Challenge Corporation	57
2.4.13 NDC Partnership e PAF	57
2.4.14 Obrigações	58
2.4.15 Portugal e o FCA como veículo de troca de dívida	
Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD	59
2.4.16 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio	
e Desenvolvimento – UNCTAD	60
2.4.17 União Europeia – UE	60
2.5 Complexidade da arquitetura financeira	62
3. Tendências do setor	65
3.1 Desenvolvimentos recentes e constatações	66
3.2 Desafios e oportunidades para Cabo Verde	68
3.3 Financiamento para a ação climática existente em Cabo Verde	70
4. Plano Estratégico de Mobilização de Apoio Climático – PEMAC	73
4.1 Abordagem metodológica	74
4.2 ToC: barreiras, ações, resultados e impacto	76
4.2.1 Da ToC para a declaração de objetivo (visão a longo prazo)	77
4.2.2. Da declaração de objetivo para os resultados, produtos	
e atividades	79
4.2.3 As barreiras que impactam as mudanças	83
4.2.4 Os pressupostos	85
4.3 ToA para a concretização da ToC	85
4.4 Monitorização da implementação	88
5. Necessidades e fontes de financiamento	89
5.1 Processo de mobilização de apoio climático	92
5.2 Cronograma	93
5.3 Desafios	95
6. Conclusões e Recomendações	97
Glossário	102
Referências	105

Anexos	107
Anexo A – Departamentos do SNAC e áreas de atuação	108
Anexo B – Quadro da Governança Climática pormenorizado	109
Anexo C – Quadro Governança Climática: Entidades, Obrigação de reporte, Setores	110
Anexo D – Tipos de troca da dívida, os agentes envolvidos e as outras características	111
Anexo E – Folheto: Readiness NAP “Planeamento da Ação Climática a Nível Local”	112
Anexo F – Folheto: Readiness QGG “Cabo Verde Quadro da Governança Climática”	114
Anexo G – Fundo Fiduciário do GEF	116
Anexo H – Projetos mencionados no BUR	120

Índice de figuras

Figura 1 — Alinhamento dos fluxos financeiros com a NDC no âmbito do Acordo de Paris	22
Figura 2 — Quadro de Governança Climática de Cabo Verde	29
Figura 3 — Perdas e danos associados aos impactos das mudanças climáticas (UNFCCC)	35
Figura 4 — Ilustração do mecanismo das trocas de dívida por medidas em favor do clima	37
Figura 5 — Objetivos e resultados do Programa de apoio à Governança e Ação Climática	55
Figura 6 — Sistema financeiro climático	64
Figura 7 — Fluxos globais do financiamento do clima	67
Figura 8 — Repartição do apoio climático por tipo de medida	71
Figura 9 — Repartição do financiamentos internacionais por modalidade de financiamento	71
Figura 10 — Apoio Climático internacional por entidade doadora pelo período 2016-2022	72
Figura 11 — Descrição de metodologia do PEMAC	75
Figura 12 — ToC para o apoio climático	78
Figura 13 — Ilustração da ToA com a priorização das atividades de forma sequencial	86
Figura 14 — Partes interessadas mais relevantes para o processo de mobilização de fundos	93
Figura 15 — Ciclo de ambição do Acordo de Paris até 2050	95

Índice de tabelas

Tabela 1 — Panorama das disposições institucionais	30
Tabela 2 — Índices de vulnerabilidade aplicáveis a Cabo Verde	34
Tabela 3 — Projeto BAD com indicador de risco ligado as Mudanças Climáticas	44
Tabela 4 — Projeto do Fundo de Adaptação	47
Tabela 5 — Projetos Readiness do GCF em Cabo Verde	48
Tabela 6 — Projetos GEF	50
Tabela 7 — Medidas de Reforma definidas no âmbito do RSF	52
Tabela 8 — Tipologia ligada ao financiamento	70
Tabela 9 — Priorização das atividades	80
Tabela 10 — ToC - Produtos e atividades priorizadas	80
Tabela 11 — Estrutura da tabela Excel indicando as entidades responsáveis em função das atividades	87
Tabela 12 — Medidas de reforço do apoio climático retidas para Cabo Verde	99





Tarrafal – Ilha de Santo Antão



Dr. Ulisses Correia e Silva

Sua Excelência, Sr. Primeiro Ministro de Cabo Verde
— Presidente do Comité Interministerial para a Ação Climática

Preâmbulo

O mundo enfrenta atualmente uma crise sem precedentes, na qual a relação entre o ser humano, o ambiente e a economia está profundamente ameaçada. As mudanças climáticas não são um risco distante; constituem a maior ameaça existencial do nosso tempo, pondo em causa a vida no planeta e o futuro das próximas gerações. Este desafio global exige respostas firmes, coordenadas e imediatas.

Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, é responsável por uma fração muito reduzida das emissões globais de gases com efeito de estufa. Contudo, somos desproporcionalmente afetados pelas suas consequências. O nosso território sente de forma direta e dolorosa os impactos das temperaturas extremas, da desertificação, das secas prolongadas e da escassez de água, por um lado, mas também das tempestades, da erosão costeira, da perda de biodiversidade e da diminuição dos recursos marinhos. Estes fenómenos não colocam em risco apenas o ambiente, mas também a nossa economia, a nossa segurança alimentar e o bem-estar das famílias cabo-verdianas.

É por isso que Cabo Verde não pode permanecer em silêncio. Temos a obrigação moral e política de nos colocarmos na linha da frente do apelo à ação climática global, defendendo uma maior solidariedade internacional, parcerias transformadoras e mecanismos de financiamento mais justos para os países mais vulneráveis.

O nosso compromisso com a agenda climática é antigo e sólido. Ratificámos os principais instrumentos internacionais, desde a Convenção-Quadro das Nações Unidas até ao Acordo de Paris, e temos honrado os compromissos assumidos através de relatórios, estratégias e planos nacionais que demonstram a nossa determinação em alinhar a política climática com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Hoje, damos um passo decisivo com a elaboração do Plano Estratégico de Mobilização de Apoio Climático (PEMAC). Este não é apenas um documento técnico, mas sim uma bússola que orientará Cabo Verde no caminho de uma transição justa, resiliente e de baixas emissões. O PEMAC procura responder a uma questão central: como mobilizar de forma mais eficaz e acelerada os recursos financeiros, tecnológicos e institucionais que permitirão a Cabo Verde enfrentar os impactos das mudanças climáticas e, simultaneamente, construir um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O PEMAC articula-se com instrumentos-chave como a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), o Plano Nacional de Adaptação (NAP) e a Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo com Baixas Emissões (LT-LEDS 2050). O PEMAC estrutura de forma clara e objetiva as nossas necessidades de financiamento, identifica projetos prioritários e abre caminho para novas parcerias estratégicas com a comunidade internacional.

Este é, no entanto, um desígnio coletivo, que deve ser alcançado em conjunto. A ação climática não é uma responsabilidade exclusiva do Governo. Exige a participação ativa de todos. Os parceiros de desenvolvimento, o setor privado, a sociedade civil, as instituições académicas e as comunidades partilham o papel principal. Somente em conjunto conseguiremos transformar a vulnerabilidade em resiliência e os desafios em oportunidades de progresso.

Neste espírito, quero expressar o mais profundo reconhecimento a todos os que, com dedicação e visão, tornaram possível a concretização deste marco estratégico. O empenho das instituições públicas, das organizações da sociedade civil, do setor privado, da comunidade académica e dos nossos parceiros internacionais, cujo empenho e compromisso foram decisivos para a elaboração deste plano.

Este é um resultado que pertence a todos. Acreditamos que só é possível enfrentar a crise climática e garantir um futuro sustentável para as próximas gerações se unirmos esforços, e é por isso que cada contributo, cada parceria e cada gesto de cooperação reforçam a nossa convicção de que esse é o único caminho.

Em nome do Governo de Cabo Verde, reafirmo o nosso compromisso inabalável com a causa climática global. Estamos determinados a liderar pelo exemplo. Não recuaremos na nossa ambição de construir um Cabo Verde inclusivo, mais justo, resiliente e sustentável e a lutar, lado a lado com os nossos parceiros, pela defesa do bem maior que nos une: a vida.

O momento de agir é agora!



Sumário Executivo

O Plano Estratégico de Mobilização de Apoio Climático de Cabo Verde (PEMAC) tem como objetivo principal apoiar o país na mobilização de financiamento climático, tanto internacional como nacional para a implementação eficiente e eficaz da ação climática em consonância com o definido no segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II), na atualização da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, *updated Nationally Determined Contribution*), no Plano Nacional de Adaptação (NAP, *National Adaptation Plan*) e na Estratégia de Desenvolvimento de Baixas Emissões a Longo-Prazo (LT-LEDS 2050, *Long-Term Low Emissions Development Strategy*).

O documento está estruturado em seis capítulos, cada um contribuindo para a compreensão da estratégia de apoio climático de Cabo Verde:

Capítulo 1: define o contexto e os objetivos no âmbito do quadro da política climática de Cabo Verde, destacando a necessidade de mobilizar recursos para alcançar os objetivos nacionais. Enfatiza os desafios enfrentados como um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS) particularmente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas.

Capítulo 2: apresenta uma estrutura clara de como a ação climática e o financiamento funcionam em Cabo Verde, referenciando as políticas nacionais, os quadros institucionais e as principais definições no setor. Este capítulo introduz os mecanismos e fundos nacionais e internacionais que são relevantes para os esforços de financiamento climático do país, fornecendo conceitos essenciais para os leitores navegarem no complexo panorama do financiamento climático.

Capítulo 3: analisa as tendências globais do financiamento climático, examinando os fluxos de recursos e identificando oportunidades e constrangimentos para Cabo Verde neste contexto global. Também mapeia o cenário de financiamento climático existente no país, destacando tanto as oportunidades como os desafios que precisam de ser abordadas.

Capítulo 4: descreve a abordagem metodológica utilizada pelo plano, centrando-se no desenvolvimento de uma Teoria da Mudança e de uma Teoria da Ação (ToC/ToA, *Theory of Change/Theory of Action*) para alcançar mudanças positivas a médio- e longo-prazos. Estas teorias definem os caminhos e ações que Cabo Verde deve seguir para ultrapassar as barreiras existentes e melhorar a implementação da sua política climática. A Teoria da Ação especifica as responsabilidades e os níveis de urgência para cada organização envolvida no processo.

Capítulo 5: prioriza as principais ações climáticas alinhadas com as prioridades nacionais e associa-as a potenciais fontes de financiamento. Esta secção propõe um guião estruturado para mobilizar o financiamento climático e alinhar os esforços com a diplomacia climática internacional. Também aborda os desafios que surgem na negociação e desenvolvimento de propostas de projetos eficazes, oferecendo orientações para melhorar o acesso do país aos recursos.

Capítulo 6: resume as conclusões do plano estratégico e oferece recomendações concretas para reforçar os mecanismos de apoio climático de Cabo Verde. Estas recomendações incluem a transformação do sistema financeiro, a ligação entre as necessidades climáticas e as necessidades de desenvolvimento, a mobilização de capital nacional e a atuação para melhorar os dados.

O PEMAC visa orientar Cabo Verde através de um processo claro e estruturado para mobilizar o apoio climático necessário para implementar a ação climática, estabelecendo um caminho para o país cumprir os seus compromissos nacionais e internacionais, contribuindo para o reforço da resiliência do país às mudanças climáticas numa trajetória de redução e limitação de emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Traduz-se assim estas estratégias em investimentos tangíveis, almejando o aumento da resiliência de Cabo Verde, das suas gentes e dos seus ecossistemas e bens, com ênfase nos segmentos mais vulneráveis da sociedade, do ambiente e da economia.

Acrónimos

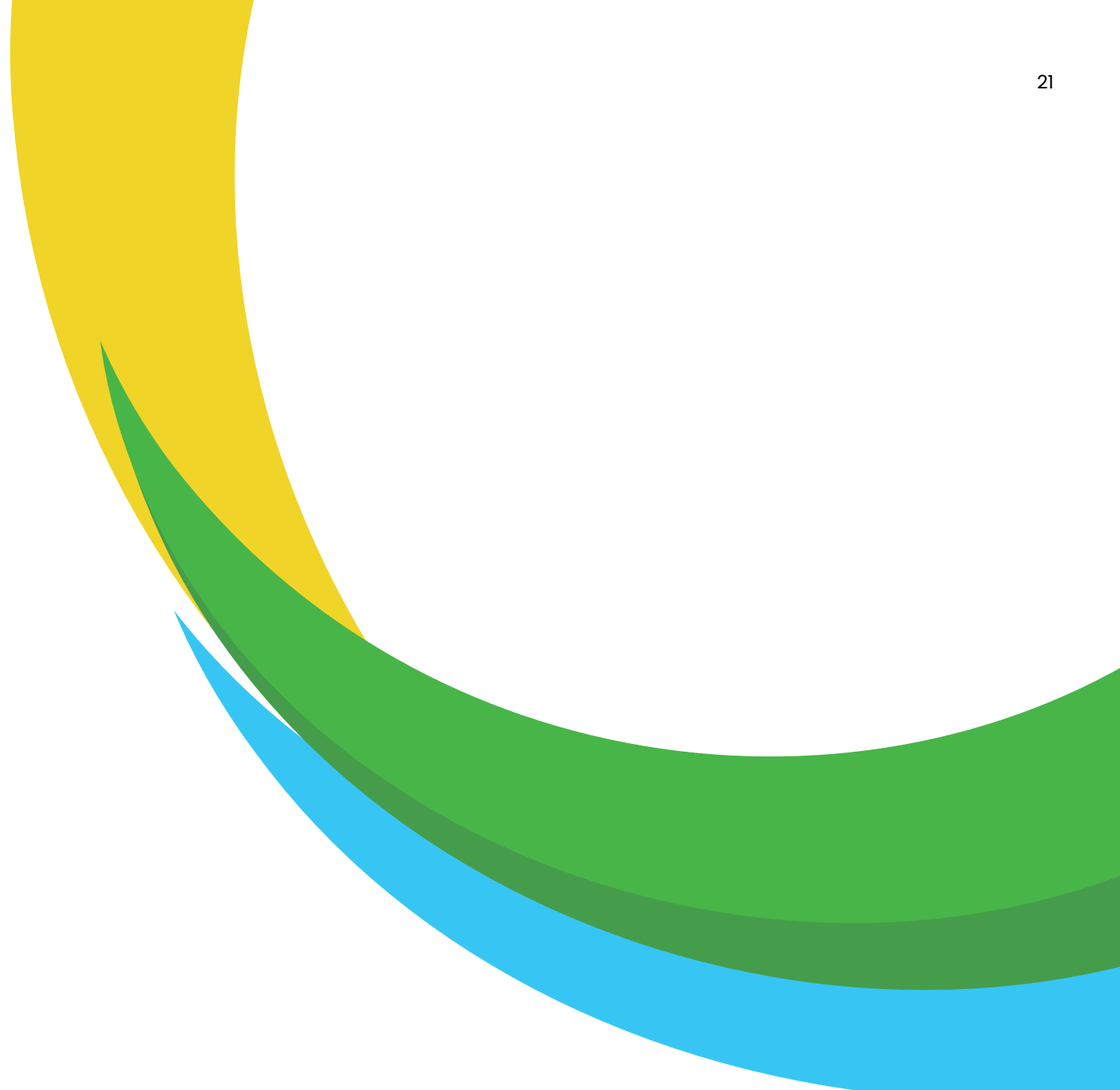
ACCF	Fundo Africano para as Mudanças Climáticas (African Climate Change Fund em inglês)
ACE	Análise de Custo Eficácia
ACMI	Iniciativa para os Mercados Africanos de Carbono
AdR	Empresa Água de Rega
AE	Entidade Acreditada (Accredited Entity)
AFCIA	Acelerador de Inovação Climática do Fundo de Adaptação
AFD	Grupo Agence Française de Développement
AF/FA	Fundo de Adaptação (Adaptation Fund)
AISCC	Estados membros da Comissão Climática dos Estados Insulares Africanos
AMC	Análise Multicritério
ANAS	Agência Nacional da Água e do Saneamento
AOSIS	Aliança dos Pequenos Estados Insulares
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASAP	Programa de Adaptação de Agricultura de Pequena Escala
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu de Investimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento do Banco Mundial
BM	Banco Mundial
BTR	Relatório Bienal de Transparência (Biennial Transparency Report)
BUR	Relatório Bienal Atualizado (Biennial Updated Report)
CAW	Janela de Ação Climática (Climate Action Window)
CBA	Análise Custo Benefício
CCDR	Relatório sobre o Clima e o Desenvolvimento do País (Country Climate Development Report)
CCEFCF	Canadá-Banco Mundial Facilidade Climática para Energia Limpa e Florestas (Canada-World Bank Clean Energy and Forests Climate Facility)
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS - Economic Community of West African States em inglês)

CERMI	Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial
CFAF	Fundo de Ação para o Financiamento Climático (Climate Finance Action Fund)
CIAC	Comité Interministerial para Ação Climática
CN / NC	Comunicação Nacional / National Communication
CNAAC	Conselho Nacional do Ambiente e Ação Climática
CoM SSA	Pacto de Autarcas para a África Subsaariana
COP	Convenção das Partes
CPF	Comité Permanente de Finanças
CPI	Climate Policy Initiative
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima / ver UNFCCC
CRI	Climate Risk Index
C-PIMA	Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático (Climate Change Public Investment Management Assessment)
CVE	Escudo Cabo-verdiano
DCE	Desenvolvimento-Clima-Energia
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNP	Direção Nacional de Planeamento
ECREEE	ECOWAS Centre for Renewable Energy and Energy Efficiency
EDEC	Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde
ENRRD	Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres
EPEC	Empresa de Produção de Eletricidade de Cabo Verde
ETF	Quadro de transparência melhorada (Enhanced Transparency Framework)
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCA	Fundo Climática e Ambiental
FCE	Fundo Clima e Energia
FCI	Financiamento Internacional do clima do Luxemburgo
FFEM	Fundo Francês para o Meio Ambiente Global
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Nacional Emergência

FSE	Fundo Soberano de Emergência
GDR	Gestão de Riscos de Desastres
GCF	Fundo Verde Climático (Green Climate Fund)
GCOM	Pacto Global de Autarcas para o Clima e a Energia
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GEF	Fundo Global para o Ambiente (Global Environmental Facility)
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GIZ	Agência Alemão de Cooperação (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH em alemão)
GST	Balanço Global (Global Stocktake)
ICLEI	Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (International Council for Local Environmental Initiatives)
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial
IFC	International Finance Corporation
IFD	Instituições Financeiras para o Desenvolvimento
iibCV	international investment bank S.A
IPCC	Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel Climate Change)
LDCF	Fundo para os Países Menos Desenvolvidos
LDF	Fundo de Perdas e Danos (Loss and Damage Fund)
LT- LEDS	Estratégia de Desenvolvimento de Baixas Emissões a Longo Prazo
LuxDev	Agência de Desenvolvimento do Luxemburgo
LuxSE	Luxembourg Stock Exchange
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAF	Fundo de Ação de Mitigação (Mitigation Action Fund) antes conhecido como NAMA – <i>Nationally Appropriate Mitigation Action</i>
MEED	Mercados Emergentes e as Economias em Desenvolvimento
MF	Ministério das Finanças
MICE	Ministério da Indústria, Comércio e Energia
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e da Habitação
MNECIR	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional
MoU	Memorando de Entendimento (Memorandum of Understanding)
MW	Megawatt

M&A	Monitoria e avaliação
NAP	Plano Nacional de Adaptação
NCQG	Nova Meta Coletiva e Quantificada (New Collective Quantified Goal on climate finance)
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada atualizada
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Organization for Economic Cooperation and Development)
OMM	Organização Meteorológica Mundial (WMO- World Meteorological Organization)
ONG	Organização Não Governamental
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PA	Acordo de Paris (Paris Agreement)
PAF	Partnership Action Fund
PDSE	Plano Diretor do Setor Energético de Cabo Verde 2018-2040
PEDS	Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável
PEMAC	Plano Estratégico para a Mobilização de Apoio Climático
PEMDS	Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PIB	Produto Interno Bruto
PIMA	<i>Planning, Implementation, Monitoring and Allocation</i>
PLAC	Plano Local de Ação Climática
PLENEAS	Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento
PMD	País Menos Desenvolvido
PMAA	Programa de Mobilização de Água para Agricultura
PNASMC	Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas 2023-2027
PNSE	Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP – United Nations Development Programme)
PNUA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP – United Nations Environment Programme)
PPF	Mecanismo de Preparação de Projetos
PPP	Parceria Público Privada
PROMEC	Promoção da Mobilidade Elétrica em Cabo Verde

QGC	Quadro de Governança Climática
RNB	Rendimento Nacional Bruto
RSF	Mecanismo para a Resiliência e a Sustentabilidade (Resilience and Sustainability Facility)
RSU	Registo Social Único
SAP/EWS	Sistema de Alerta Previa (Early Warning System)
SCF	Fundo Subnacional para o Clima
SCS	Sistema de Salvaguardas Climáticas
SCCF	Fundo Especial para as Alterações Climáticas (Special Climate Change Fund em inglês)
SDR	Direito de Saque Especial (Special Drawing Right)
SEACAP	Plano de Ação para o Acesso à Energia Sustentável e o Clima (Sustainable Energy Access and Climate Action Plan)
SIDS	Pequenos Estados insulares em desenvolvimento (Small Island Developing States)
SISA	Sistema Integrado de Seguimento e Avaliação
SGP	Small Grants Program (sob a gestão do GEF)
SMR	Serviço de Mobilização de Recursos da DNP
SNAC	Secretariado Nacional para Ação Climática
SNTC	Sistema Nacional de Transparência Climática
SPEMA	Serviço de Planeamento Estratégico Monitorização e Avaliação da DNP
TAP	Programa de Ações Transformativas
ToA	Teoria de Ação (Theory of Action)
ToC	Teoria da Mudança (Theory of Change)
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change – ver CQNUMC
UE	União Europeia
UGPE	Unidade de Gestão de Projetos Especiais
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNDRR	United Nations Office for Disaster Risk Reduction
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
USD	Dólares dos Estados Unidos
VE	Veículo Elétrico



01.

**Contexto
e objetivo**

O Plano Estratégico de Mobilização de Apoio Climático (PEMAC) surge no contexto da implementação da [Contribuição Nacionalmente Determinada de Cabo Verde atualizada \(NDC, updated Nationally Determined Contribution\)](#), que apresenta nove iniciativas de adaptação e cinco de mitigação, orçamentadas em 2 mil milhões EUR para o período 2020–2030, e do [Plano Nacional de Adaptação \(NAP, National Adaptation Plan\)](#), com um custo estimado de 30 milhões EUR entre 2022 e 2026. Estando neste momento a iniciar-se o processo conducente à elaboração NDC 3.0 e à sua submissão em 2025, importa rever esse mesmo orçamento e que outras necessidades de apoio persistem, em termos de capacidade e de tecnologia, e perceber quais são os parceiros disponíveis para apoiar a implementação até 2035. Essas fontes de apoio poderão ser tanto internas como externas, uma vez que a NDC continuará a ser condicionada a apoio internacional.

O PEMAC surge neste contexto e destina-se a mobilizar recursos climáticos afim de contribuir para o reforço da resiliência do país às mudanças climáticas numa trajetória de redução e limitação de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), centrando-se no financiamento da NDC, do NAP e de outros instrumentos de planeamento e estratégias relacionadas com o clima, como a Estratégia de Desenvolvimento de Baixas Emissões a Longo-Prazo (LT-LEDS 2050, *Long-Term Low Emissions Development Strategy*). O objetivo é traduzir estas estratégias em investimentos tangíveis, almejando o aumento da resiliência de Cabo Verde, das suas gentes e dos seus ecossistemas e bens, com ênfase nos segmentos mais vulneráveis da sociedade, do ambiente e da economia.

O Acordo de Paris introduziu a questão do [financiamento climático](#), focado nos três componentes mostrados na [Figura 1](#) e enfatizando a necessidade de alinhar os fluxos financeiros para alcançar as duas primeiras componentes que constituem a coluna vertebral de todas as NDC.



Figura 1: Alinhamento dos fluxos financeiros com a NDC no âmbito do Acordo de Paris

Em 2009, na décima quinta sessão da Conferência das Partes (COP, Conference of Parties) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, United Nations Framework Convention on Climate Change) em Copenhaga, os países desenvolvidos concordaram em mobilizar coletivamente 100 mil milhões USD por ano até 2020 para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento para mitigação e adaptação às mudanças climáticas e, idealmente, pelo menos 50 % para aumentar a resiliência. Quando os países assinaram o Acordo de Paris em 2015, a mesma meta foi reafirmada para o período de 2020 a 2025. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, Organization on Economy, Cooperation and Development), esta meta foi [cumprida pela primeira](#) vez em 2022, dois anos após o prazo inicial. Na COP26, em Glasgow em 2021, os países concordaram em “aumentar coletivamente o fluxo de financiamento climático para países em desenvolvimento” e “duplicar a quantidade de financiamento climático público global até 2025 em relação aos níveis atuais”.

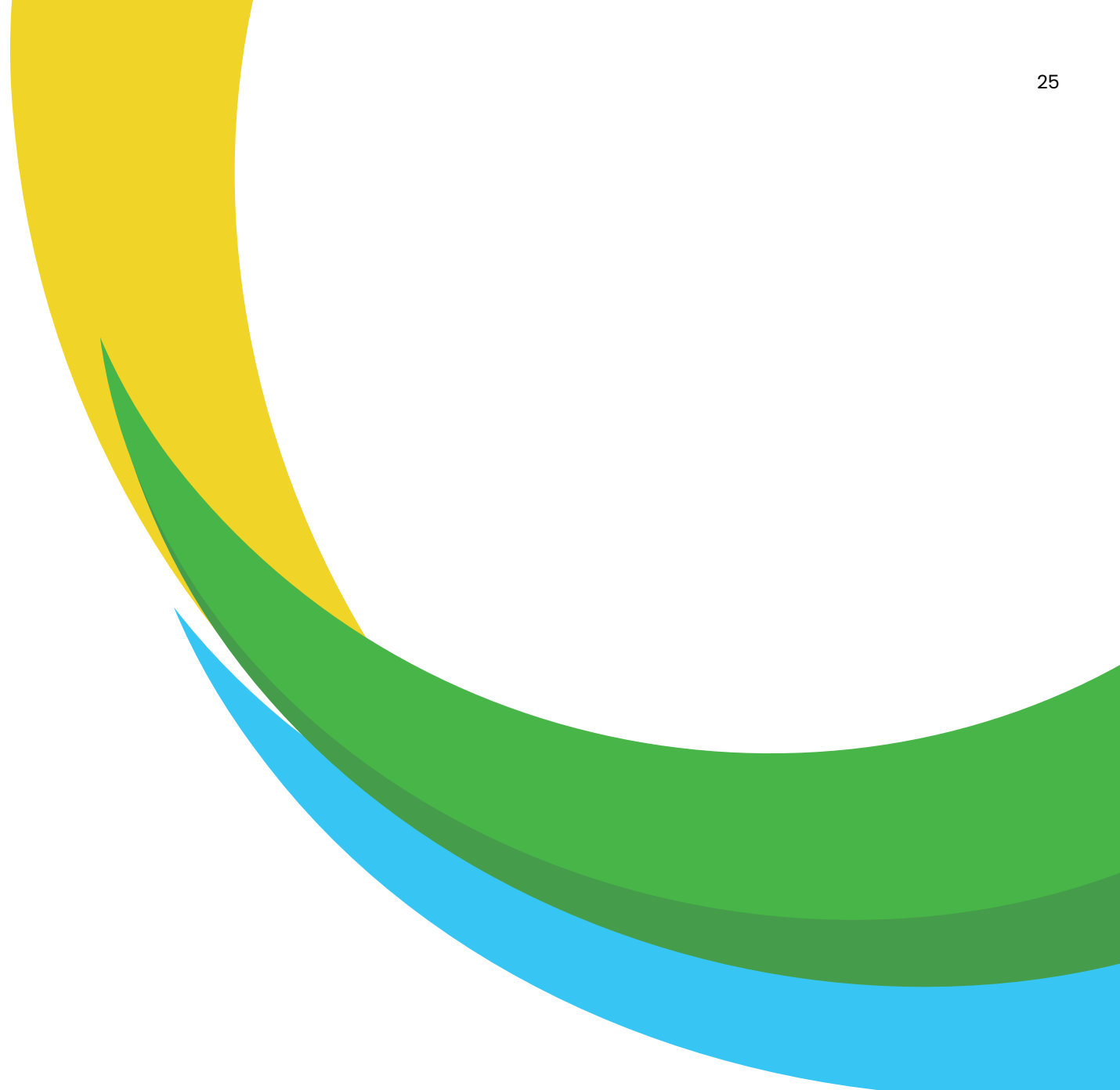
Na COP29, as Partes adotaram a Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG, New Collective Quantified Goal on climate finance), comprometendo-se a mobilizar 300 mil milhões USD anualmente até 2035 — triplicando as metas anteriores e expandindo as fontes de financiamento climático para apoiar os países em desenvolvimento.

Em conformidade com o Acordo de Paris, as metas de financiamento climático devem ser revistas periodicamente para refletir as necessidades em evolução dos países em desenvolvimento na luta contra as mudanças climáticas.

O PEMAC abrange o período de 2025 a 2035 e já está focado na implementação do NDC 3.0, devendo ser atualizado quando cada Contribuição subsequente for elaborada e aprovada.



Ilha do Sal



02.

Enquadramento

2.1

Estratégias, compromissos e quadro institucional

Nos últimos anos, Cabo Verde tem trabalhado ativamente para progredir na ação climática. Para o efeito, elaborou políticas e dotou-se de um quadro e dos instrumentos necessários para concretizar os compromissos assumidos aquando da assinatura do Acordo de Paris, mas sobretudo para enfrentar os desafios colocados pelas mudanças climáticas.

Neste sentido, a crescente preocupação do governo com as questões climáticas levou à integração gradual do clima nos planos, políticas e estratégias:

- O Governo respondeu aos desafios do país com um **Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (PEDS)** para 2017–2021, que apelava a uma transformação estrutural tendo em vista o desenvolvimento sustentável e a resiliência a longo prazo. O **PEDS II (2022–2026)** reconheceu a urgência da ação climática e **inclui um pilar de clima**, sendo que a sua concretização exigirá elevados investimentos de capital em setores chave de transformação, bem como planeamento e orçamentação adequados. Existe já um compromisso de alto nível para desenvolver abordagens estratégicas e inovadoras para assegurar financiamentos adicionais e construir as parcerias necessárias rumo ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.
- A **NDC** estabelece os objetivos e compromissos climáticos do país no âmbito do Acordo de Paris de 2015. O Acordo foi assinado por Cabo Verde em 2016 e ratificado em 2017, através da Resolução nº 35/IX/2017. A primeira NDC atualizada foi submetida à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) em abril de 2021, e é o documento orientador da ação climática até 2030. Cabo Verde iniciou a atualização da NDC para submissão à UNFCCC em 2025.
- O **NAP** aprovado em outubro de 2022 surge como resposta às lacunas e necessidades identificadas em termos de criação de resiliência climática, estabelecendo como um dos principais objetivos a criação de um ambiente propício para facilitar a integração da adaptação em todos os processos de planeamento e orçamentação e para assegurar que os investimentos sejam à prova do clima.
- Cabo Verde está a demonstrar a importância que atribui à transparência com a submissão em maio de 2024 do seu primeiro **Relatório de Atualização Bienal** (IBUR, Biennial Updated Report) e a preparação da Quarta Comunicação Nacional (4CN) para ser submetida ainda em 2025.
- Cabo Verde está a propor uma **Lei de Bases do Clima**, que visa institucionalizar compromissos nacionais e internacionais abrangentes para lidar com as mudanças climáticas. Esta proposta define os direitos e deveres climáticos de todas as partes interessadas nacionais, garantindo uma abordagem coordenada para a ação climática. A lei também define mecanismos de coordenação robustos e instrumentos financeiros concebidos para garantir a segurança jurídica e a implementação eficaz das políticas climáticas nacionais. O projeto inicial da lei foi revisto em 31 de março de 2025, durante a reunião inaugural do Comité Interministerial para a Ação Climática (CIAC). Foi decidido que, após a aprovação, o documento será submetido a consulta pública antes da sua apreciação final no Parlamento.

- Mais que isso, são de salientar os progressos realizados na criação de um Sistema Nacional de Transparência Climática (SNTC)¹ para dispor de um quadro reforçado a fim de sistematizar informação futura e monitorizar a ação climática ligada à implementação da NDC através do **Relatório Bienal de Transparência** (BTR). Uma das funções do BTR consistirá em monitorizar os fluxos externos de fundos que contribuem para a ação climática e avaliar as futuras necessidades de financiamento.
- A **LT-LEDS 2050** de Cabo Verde, apresentada em julho 2024, será aprovada em breve e conta com um plano de implementação e monitorização, e uma estratégia de mobilização de financiamento. A LT-LEDS fornece o quadro a longo prazo no âmbito do qual as NDC de Cabo Verde estabelecem metas sucessivamente ambiciosas – ou “reforçadas” – ao longo de períodos de cinco anos com o fim máximo de atingir a neutralidade carbónica até 2050. O valor total estimado no âmbito da LT-LEDS para a mitigação até 2050 é de 3,4 mil milhões USD.
- A **Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres** (ENRRD 2018-2030), responde e efetiva uma série de instrumentos e políticas nacionais relevantes para a implementação dos vários elementos e dimensões da redução de riscos de desastres. Fornece os mecanismos para alinhar, validar e fortalecer todas as políticas, estratégias, regulamentos e outros instrumentos relevantes para a redução do risco de desastres, tais como ordenamento do território, códigos e padrões de construção, gestão sustentável de recursos naturais, conservação ambiental e proteção dos ecossistemas, sistemas de proteção social e saúde pública, entre outros. Fornece a motivação (incentivos e sanções) para assegurar o cumprimento e reforçar a conformidade com estes instrumentos que se desenham como ferramentas para reduzir a exposição e a vulnerabilidade.
- Cabo Verde está gradualmente a incorporar metas e objetivos relacionados com o clima nas suas estratégias de desenvolvimento nacionais e setoriais. Várias estratégias nacionais tomaram em conta as considerações climáticas, nomeadamente as que dizem respeito à água, como o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS), à saúde, como o Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas 2023-2027 (PNASMC), e à energia como o Plano Diretor do Setor Energético de Cabo Verde 2018-2040 (PDSE) e o Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE).
- Cabo Verde prepara-se para integrar o processo de **marcação orçamental climática** no âmbito dos projetos de investimento e está consciente da importância de preparar o seu orçamento levando em conta as mudanças climáticas. Na fase de execução do orçamento, o controlo e a comunicação das despesas relacionadas com o clima serão uma parte importante de um sistema de Gestão das Finanças Públicas (GFP) eficaz e favorável ao clima. O sucesso de um exercício de “marcação” dependerá, em última análise, da capacidade de analisar e classificar as despesas de forma adequada e fiável. Em 2023, Cabo Verde iniciou a definição de um quadro de marcadores orçamentais climáticos em setores chave, identificando as despesas relacionadas com as mudanças climáticas e lançando as bases para

¹ O SNTC é entendido como parte de um quadro mais alargado que apoia a apresentação de relatórios à UNFCCC através do BTR.

uma orçamentação favorável ao clima. Isto permitirá que as despesas relacionadas com as mudanças climáticas sejam identificadas e seguidas no orçamento e facilitará a discussão do seu desempenho, tanto no que respeita à mitigação como à adaptação, ao nível central e ao nível local.

- Desde 2023, o país fez progressos em vários outros dossiês relacionados com a importância de ter em conta os impactos climáticos aquando dos investimentos. Elaborou-se a lista de critérios² mínimos para a integração dos riscos climáticos e de catástrofes em novos projetos. a Plataforma do Sistema Nacional de Investimento³, a ser utilizada para elaborar a metodologia de priorização e pré-seleção dos investimentos e o [manual de Parceria Público-Privada \(PPP\)](#)⁴ que integra os requisitos climáticos nos acordos de PPP, desde a identificação do projeto até à fase de gestão do contrato.
- As necessárias estruturas públicas de governança e de coordenação em torno das mudanças climáticas foram definidas e publicado no boletim oficial de 10 de maio 2024: **Quadro de governança climática** de Cabo Verde⁵, como se descreve de seguida.

O [Quadro de Governança Climática \(QGC\)](#) de Cabo Verde definiu o arranjo institucional centrado em processos inclusivos, na coerência institucional e na excelência científica, permitindo a operacionalização do quadro de transparência melhorada (ETF - *Enhanced Transparency Framework* em inglês). O QGC está alinhado com as recomendações da NDC e do NAP e prevê a participação de representantes do governo central e local, do setor privado, da academia e da sociedade civil, tendo em conta que o envolvimento de várias partes interessadas é fundamental para compreender e responder efetivamente aos impactos climáticos, tanto através da formulação de políticas e projetos, como da sua implementação e monitorização e avaliação. A [Figura 2](#) ilustra visualmente o QGC.

O QGC fornece orientações práticas para a transição a partir dos arranjos atuais para a institucionalização que garanta o exercício das oito funções tidas como necessárias para a implementação da NDC e do NAP, contribuindo também para a execução do PEDS II, e que incluem (i) decisão (definição de política), (ii) coordenação (planeamento e orçamentação), (iii) criação e gestão do conhecimento e alerta precoce, (iv) diplomacia e negociação, (v) **mobilização e gestão de apoio**, (vi) implementação, (vii) comunicação e (viii) transparência (incluindo monitorização e avaliação).

Uma governança climática reforçada significa institucionalizar uma governança eficaz e eficiente em Cabo Verde construindo inteligência climática e competências, para melhorar a **mobilização de financiamento climático** e a ação climática. Isto é, agilizar o acesso aos meios e recursos disponíveis tendo em conta a sua limitação. Pode entender-se como a utilização dos fundos ou fontes de apoio/financiamento mais pertinentes em função das metas e contexto, com o objetivo de contribuir para a resiliência climática e seguir um caminho de desenvolvimento socioeconómico e ambiental de baixo carbono em consonância com as prioridades da NDC, do NAP e da LT-LEDS.

2 II Série — NO 183 Sup. «B.O.» da República de Cabo Verde — 6 de outubro de 2023

3 Plataforma do Sistema Nacional de Investimento criada com Despacho n.º 71/2023

4 O Manual das PPP tem por base a recente aprovação pelo Decreto-Lei n.º 21/2024, de 8 de maio, do novo regime jurídico das Parcerias Público-Privadas

5 [Resolução n.º 28/2024 - Quadro de Governança Climática - Portal do Clima](#)

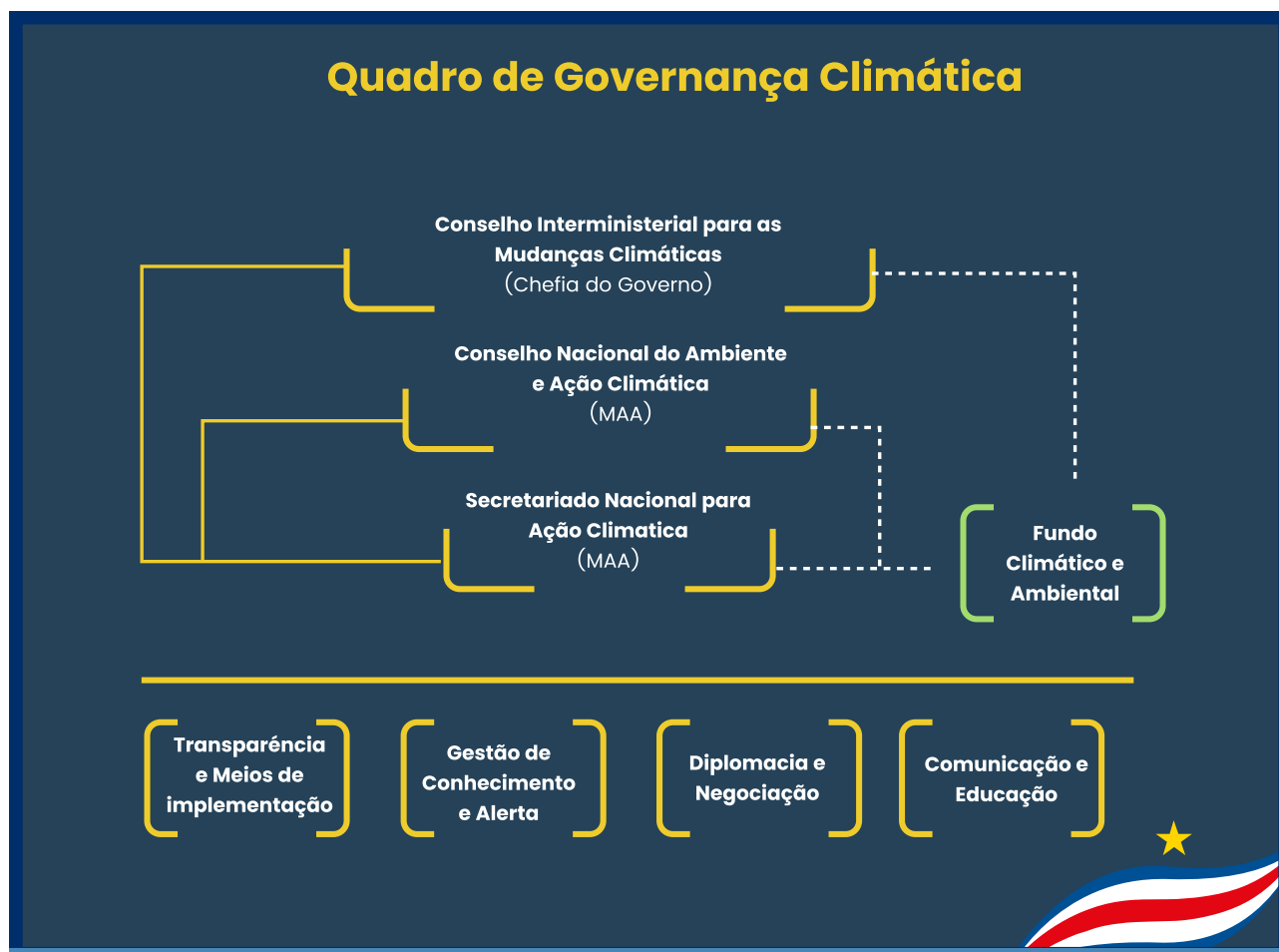


Figura 2: Quadro de Governança Climática de Cabo Verde

As áreas de atuação dos departamentos do Secretariado Nacional para Ação Climática (SNAC) encontram-se no [Anexo A](#). As disposições institucionais que integram o QGC são descritas de seguida na [Tabela 1](#).

O organograma pormenorizado é apresentado no [Anexo B](#) enquanto o [Anexo C](#) destaca as obrigações de apresentação de relatórios (BTR, CN, Inventário Nacional de emissões e remoções de GEE com os setores envolvidos e relato sobre financiamento) e menciona os principais atores envolvidos.

A fim de dar uma imagem completa das instituições públicas envolvidas no financiamento climático, para além dos ministérios técnicos, deve ser destacado o papel do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), do Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional (MNECIR).

O primeiro é o Ministério responsável pela formulação das políticas públicas sobre o clima e pela coordenação da implementação dessas políticas. Como referido na [Figura 2](#), ele tutela as mudanças climáticas e o SNAC funciona na sua dependência direta. É de salientar o papel técnico relacionado com o clima de várias direções, institutos ou agências daquele Ministério, tutelando os setores de agricultura, silvicultura, pecuária, ambiente, investigação agrária, água e meteorologia.

Tabela 1: Panorama das disposições institucionais

NÍVEIS DE DECISÃO POLÍTICA E ESTRATÉGICA	FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES
Comité Interministerial para Ação Climática (CIAC)	O CIAC é o órgão deliberativo em matéria da política climática e das políticas setoriais com impacto nos objetivos nacionais para as mudanças climáticas. É presidido pelo Primeiro-Ministro e integra os membros do governo responsáveis pelas áreas do Ambiente, da Energia, do Ordenamento do Território, das Finanças, da Agricultura, do Mar, da Economia e Inovação, dos Transportes, da Saúde, do Turismo, da Proteção Civil, do Desenvolvimento Regional, da Administração Local, dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, da Educação e da Ciência. É o CIAC que aprova relatórios e documentos de políticas importantes incluindo a NDC e as obrigações de relato para a UNFCCC como a CN, BTR.
Conselho Nacional do Ambiente e Ação Climática (CNAAC)	O CNAAC é o órgão consultivo sobre as grandes opções políticas e de cooperação entre entidades públicas e privadas em matéria do Ambiente e da Ação Climática, sendo presidido pelo membro do Governo responsável por estas áreas. O Conselho integra os departamentos governamentais responsáveis pelas áreas do Ambiente, da Energia, do Ordenamento do Território, das Finanças, da Agricultura, do Mar, da Economia e Inovação, dos Transportes, da Saúde, do Turismo, da Proteção Civil, do Desenvolvimento Regional, da Administração Local, dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, da Educação e da Ciência, pelos Municípios, Organizações da Sociedade Civil, Setor Privado e Academia.
Secretariado Nacional para Ação Climática (SNAC)	O SNAC é o órgão de natureza executiva que funciona na dependência direta do membro do Governo que tutela as mudanças climáticas em estreita articulação com o CIAC e CNAAC, sendo incumbido, entre outros, de propor e avaliar políticas, normas e iniciativas e definir estratégias relativas à política nacional sobre as mudanças climáticas, promover a coordenação e cooperação das ações relacionadas com as mudanças climáticas e coordenar a implementação da NDC, do NAP e demais planos e instrumentos nacionais sobre as mudanças climáticas. Exerce, também, a função de secretariado executivo do CIAC e do CNAAC. O SNAC trabalha em conjunto com o CNAAC e CIAC para criar e operacionalizar o quadro de governança, integrar as mudanças climáticas no planeamento nacional e municipal, promover políticas setoriais e iniciativas de adaptação e mitigação e outras relacionadas com a temática de perdas e danos. O SNAC terá, funcionalmente, quatro departamentos que representam, mas não estão limitados a quatro áreas de atuação bem definidas: (i) Transparência e Meios de Implementação⁶, (ii) Gestão de Conhecimento e Alerta, (iii) Negociação e Diplomacia, e (iv) Comunicação e Educação. O departamento da transparência e meios de implementação encarrega-se das estratégias de mobilização de apoio climático (financiamento, capacitação e acesso a tecnologia).
Fundo Climático e Ambiental (FCA)	Fundo independente com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito privado com personalidade e capacidade jurídicas para a prossecução dos fins que lhe forem atribuídos, no âmbito da lei própria, e que visa mobilizar e acelerar o financiamento de investimento com impacto climático relevante. A criação do FCA foi apresentada e discutida no parlamento em julho, e nas seguintes sessões parlamentares o debate focou-se nas especificidades. Depois será publicado em Boletim Oficial.

⁶ O Departamento de Transparência e Meios de Implementação assumirá a responsabilidade pela promoção da transparência nas iniciativas climáticas, garantindo uma prestação de contas eficaz e relato como através das CNs e BTRs. O departamento irá ter a responsabilidade de promover e apoiar a captação de suporte para a NDC e o NAP e suporte na mobilização de fundos e transferência de tecnologias e conhecimento.

O Ministério responsável pelas finanças é relevante pelas suas funções de soberania, incluindo entre outras a de coordenação e a de fiscalização da atividade financeira de todos os serviços e organismos do Estado, e a coordenação e implementação do sistema nacional de planeamento. Este Ministério tem várias direções envolvidas no apoio focado no clima, como a Direção Nacional de Planeamento (DNP), que, através do seu diretor, assume o papel da Autoridade Nacional Designada (NDA, *National Designated Authority*) para o Fundo Verde para o Clima (GCF, *Green Climate Fund*) tendo em conta a transversalidade do clima. Já o Serviço de Mobilização de Recursos (SMR) é responsável pela relação institucional entre o Ministério e as instituições financeiras bilaterais e multilaterais e pela mobilização de recursos para financiamento do programa de investimentos públicos. Por outro lado, o Serviço de Planeamento Estratégico Monitorização e Avaliação (SPEMA) encarrega-se da coordenação e elaboração de trabalhos e estudos nas principais áreas de desenvolvimento e pela formulação da estratégia nacional para o planeamento assim como o acompanhamento da sua implementação.

Com o aparecimento de instrumentos inovadores, o MFFE vê-se obrigado a envolver outras direções ou entidades além da DNP. O exemplo recente é a troca de dívida em que a Direção Geral do Tesouro precisa de ser consultada, tal como o Banco Central e o *international investment bank S.A* (iibCV) no que diz respeito às obrigações verdes.

Já o Ministério responsável pelas relações internacionais e cooperação está presente em vários países e instituições internacionais através das suas embaixadas, como seja na Assembleia Geral das Nações Unidas, na *Food and Agriculture Organisation* (FAO), na Comissão Europeia, entre outras. Ele é a porta de entrada dos acordos a nível da cooperação bilateral e multilateral, tanto junto de bancos internacionais como em apoio ao Ministério responsável pelas finanças.

O Ministério responsável pelas relações internacionais e cooperação está na primeira linha quando se trata de negociar acordos, tratados e participar em conferências internacionais onde se discutem questões ligadas ao clima, ambiente ou biodiversidade, incluindo os seus impactos, os apoios ou financiamentos necessários (as COP).

Cabo Verde, sendo um país pequeno, nem sempre está em condições de ter grandes delegações, pelo que estabelece parcerias com outros grupos como a Aliança dos Pequenos Estados Insulares Oceânicos (AOSIS, *Alliance of Small Island States*) que representa os [Small Island Development States - SIDS](#), o Grupo Africano ou outros. Para as negociações, a coordenação política e técnica é essencial.

2.2

Conceitos-chave relacionados com financiamento climático

Para progredir no domínio do financiamento do clima, é necessário que haja um entendimento comum de uma série de conceitos chave que se apresentam de seguida.

Conceito de financiamento climático utilizado em Cabo Verde

Durante a preparação do primeiro BUR, Cabo Verde analisou várias fontes bibliográficas com o objetivo de definir o conceito de financiamento climático adequado à realidade do país. Como indicado no BUR, foi adotada a seguinte definição:

“O financiamento climático é o financiamento local, nacional ou internacional proveniente de fontes públicas, privadas e alternativas para apoiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC). Tem por objetivo reduzir as emissões e aumentar os sumidouros de gases com efeito de estufa, bem como reduzir a vulnerabilidade e manter e aumentar a resiliência dos sistemas humanos e ecológicos aos efeitos adversos das alterações climáticas, tal como definido pelo Comité Permanente de Finanças (CPF) da CQNUMC”.

Climate proofing

Este conceito refere-se a um processo de integração das mudanças climáticas numa determinada atividade, programa ou infraestrutura.⁷ Este proporciona um quadro coerente para integrar as preocupações com as mudanças climáticas no centro da prestação de serviços públicos. ‘Climate proofing’ acontece através de um processo de verificação cruzada de que todos os elementos da prestação do serviço, seja no setor de água, energia, resíduos ou outro, abordando questões de mudanças climáticas. ‘Climate proofing’ representa, portanto, uma abordagem para reduzir as causas e o impacto potencial (mitigação e adaptação) das mudanças climáticas por meio da concepção e prestação adequadas do serviço, incluindo a antecipação e alocação de despesas para a gestão planeada de riscos climáticos. Embora os custos iniciais de tal abordagem sejam geralmente mais elevados, os benefícios socioeconómicos globais são maiores ao evitar investimentos inadequados, bem como ao reduzir as perdas e os danos causados por eventos relacionados com o clima.⁸

7 Plataforma de informações sobre a política climática. Glossário “Climatização”. URL: <https://climatepolicyinfohub.eu/glossary/climate-proofing>

8 Hjerp, P., Volkery, A., Lückge, H., Medhurst, J., Hart, K., Medarova-Bergstrom, K., Tröltzsch, J., McGuinn, J., Skinner, I., Desbarats, J., Slater, C., Bartel, A., Frelih-Larsen, A., and ten Brink, P., (2012), Metodologias para Investimentos e Medidas de Protecção Climática nos termos da Coesão e Política Regional & a Política Agrícola Comum, Agosto de 2012.

Custo da inação

Face às mudanças climáticas, o custo da inação corresponde a todos os efeitos negativos induzidos por essas mudanças, do ponto de vista físico, económico, ambiental e sanitário, caso as medidas necessárias de mitigação ou adaptação não sejam tomadas.

Em termos gerais, os custos da inação dividem-se em duas categorias:

- 1. Custos económicos:** Perdas diretas para o Produto Interno Bruto (PIB) devido a riscos e impactos relacionados com o clima.
- 2. Custos sociais:** Custos indiretos incorridos devido aos impactos negativos relacionados com o clima nas pessoas e/ou no seu ambiente.

A *Climate Policy Initiative* (CPI) estima o custo da inação a 1,266 bilhões USD. No entanto, as estimativas existentes do custo da inação variam muito devido a utilização de diferentes modelos que baseiam em diferentes custos, cenários de aquecimento e prazos.

Financiamento do clima versus planeamento dos investimentos

A mobilização de financiamento climático está diretamente ligada ao planeamento dos investimentos necessários. Este centra-se na integração do planeamento financeiro para a implementação da NDC, do NAP, da LT-LEDS e outros instrumentos políticos com componentes climáticas a nível central ou descentralizado (como os Planos de Ação para o Acesso à Energia Sustentável e o Clima – SEACAP, análise dos riscos e vulnerabilidade), em consonância com as prioridades de desenvolvimento do país. Isto implica:

- (i) Ênfase nos mecanismos de coordenação e implementação sublinhando o papel essencial dos mecanismos nacionais de coordenação e implementação (incluindo as capacidades) e do ministério ou entidades responsáveis pelo planeamento e das finanças, e as entidades nacionais de execução.
- (ii) Tomada de decisão baseada em factos e dados concretos para identificar as necessidades de investimento em matéria de adaptação e mitigação. Estas provas são um contributo essencial para os processos de concepção e aprovação do investimento.
- (iii) Posicionamento na intersecção entre política e finanças. Isto quer dizer fazer a ligação complexa, entre os decisores ou gestores políticos e os atores financeiros para diferenciar os canais e conseguir a combinação mais adequada entre as finanças públicas, o financiamento misto e o capital privado a fim de aumentar a totalidade e otimizar a utilização do financiamento público catalítico nacional e internacional.

Índices de vulnerabilidade

Muitos índices de vulnerabilidade existentes podem ser aplicados a Cabo Verde. Exemplos são (i) o Índice de Adaptação Global – *ND-GAIN*, (ii) o Índice de Gestão do Risco – *INFORM*, (iii) o Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (*UNDP Rising up for SIDS – MVI* ⁹),

(iv) o Índice de Risco Climático Global - *CRI* (*Climate Risk Index*) e (v) o Índice de Vulnerabilidade Ambiental - *EVI*. Cada índice tem as suas próprias características específicas e a [Tabela 2](#) descreve com maior detalhe a utilização. Uma descrição mais detalhada dos índices aplicáveis a Cabo Verde pode ser consultada no “Estudo sobre a medição da vulnerabilidade climática em Cabo Verde”, produzido pela Direção Nacional do Ambiente (DNA) com apoio do Programa Ação Climática financiado pela Cooperação Luxemburguesa no [Portal do Clima](#).

Tabela 2: índices de vulnerabilidade aplicáveis a Cabo Verde

ÍNDICE	DESCRIÇÃO
ND-GAIN	O índice de Adaptação Global estabelecido pela Universidade de Notre Dame é um índice composto por duas dimensões chave da adaptação. Mostra a vulnerabilidade de um país às mudanças climáticas e avalia ainda a disponibilidade do país para reunir investimentos dos setores público e privado para desenvolver a sua capacidade de adaptação. Permite medir o desempenho da adaptação climática de um país ao longo dos anos. A utilização é alavancar investimentos para ações adaptativas, pode ser reduzido com informações e indicadores locais.
INFORM	O índice é uma colaboração entre o Grupo de Referência do Comité Permanente Inter-Agências para o Risco, o Alerta Precoce e a Preparação e a Comissão Europeia. Inclui organizações de todo o sistema multilateral, incluindo o setor humanitário e de desenvolvimento, doadores e parceiros técnicos. O Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia é o líder científico do INFORM ¹⁰ . O objetivo é identificar os países em risco de catástrofes naturais que podem, assim, devastar a capacidade de resposta do país. O Índice de Gestão do Risco é uma ferramenta global de acesso livre concebida para medir e compreender as crises humanitárias e as catástrofes para efeitos de tomada de decisão.
CRI	O índice é concebido pela ONG Germanwatch. O último relatório data de 2025 ¹¹ e o próximo está previsto para 2024. O índice analisa em que medida os países e as regiões foram afetados pelos impactos de eventos de perda relacionados com o clima (tempestades, inundações, ondas de calor, etc.). São analisados os impactos humanos (mortes) e as perdas económicas diretas.
MVI	O índice foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e está em conformidade com os objetivos das modalidades de ação acelerada dos SIDS (Acordo de SAMOA). O objetivo é avaliar de maneira mais abrangente o bem-estar de um país, e ultrapassar índices económicos tradicionais, como o Rendimento Nacional Bruto (RNB) por habitante, que não dão uma indicação justa sobre o desenvolvimento dos SIDS porque ignoram as vulnerabilidades únicas dos países no que respeita os impactos graves das mudanças climáticas e o afastamento geográfico e a dispersão territorial. Um índice de vulnerabilidade que reflita as desvantagens estruturais dos SIDS para o desenvolvimento permitirá aos doadores e aos Fundos Climáticos Internacionais adotarem critérios baseados na vulnerabilidade para o financiamento concecional para apoiar os SIDS, e aumentar a elegibilidade dos SIDS e permitir uma priorização eficaz para a resiliência climática, ajudando a remover barreiras à elegibilidade.
EVI	O índice foi desenvolvido pela Comissão de Geociências Aplicadas do Pacífico Sul (SOPAC) e por outras partes interessadas. O indicador avalia a fragilidade ecológica de um país. Juntamente com os índices sociais e económicos, fornece uma visão abrangente dos fatores que influenciam o desenvolvimento sustentável de um país.

¹⁰ INFORM – Global, open-source risk assessment for humanitarian crises and disasters (europa.eu), <https://drmkc.jrc.ec.europa.eu/inform-index>

¹¹ [Climate Risk Index 2025 | Germanwatch e.V.](#)

A maioria dos índices de vulnerabilidade climática existentes avalia Cabo Verde como um SIDS relativamente resiliente em comparação com outros SIDS¹² em parte, porque a apreciação do nível de preparação/capacidade adaptativa melhorou ao longo do tempo.

Nova meta coletiva e quantificada para o financiamento climático (NCQG)

o NCQG estabeleceu o maior compromisso financeiro climático até à data. Na COP29, realizada em Baku, Azerbaijão, em novembro de 2024, as Partes da UNFCCC adotaram o NCQG sobre financiamento climático, estabelecendo a meta de 300 mil milhões USD por ano até 2035.¹³ Embora a meta deva basear-se nas necessidades existentes dos países em desenvolvimento, continua a ser um compromisso político. Na verdade, definir um NCQG para o financiamento climático é um processo longo, complexo e controverso, envolvendo discussões sobre equidade, responsabilidades históricas e capacidades financeiras dos países.

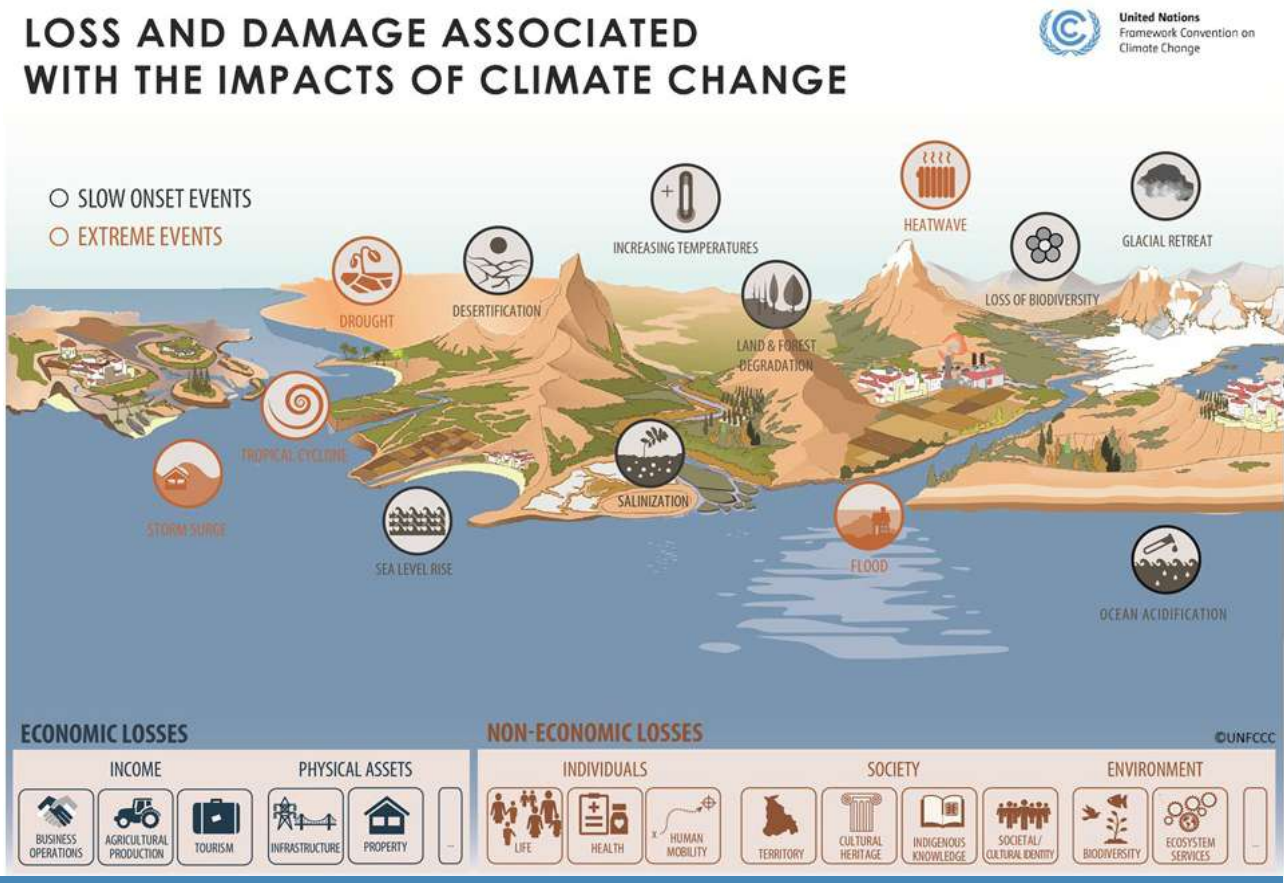


Figura 3: Perdas e danos associados aos impactos das mudanças climáticas (UNFCCC)

12 Estudo sobre a medição da vulnerabilidade climática em Cabo Verde, MAA 2024

13 IISD. (2024, November 27). Baku conference sets new collective climate finance goal. SDG Knowledge Hub. <https://sdg.iisd.org/news/baku-conference-sets-new-collective-climate-finance-goal/>

Por fim, os elementos-chave do NCQG incluem:

- Triplicar os fluxos financeiros dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, aumentando o compromisso anual de 100 mil milhões USD para 300 mil milhões USD até 2035.¹⁴
- Mobilizar 1,3 biliões USD por ano até 2035 de todos os atores, incluindo fontes públicas e privadas, para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento.¹⁵
- Expandir as fontes elegíveis de financiamento climático para incluir mecanismos inovadores, como tributação internacional sobre as emissões das companhias aéreas, impostos sobre a riqueza e a reafectação dos Direitos de Saque Especiais (SDR, Special Drawing Right) do FMI.¹⁶

Perdas e Danos

As 'loss and damage' (perdas e danos) tal como definidas pelo [Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas \(IPCC\)](#), referem-se ao impacto observado e aos riscos projetados das mudanças climáticas que não foram ou não podem ser evitados através de esforços de mitigação e adaptação.

A [Figura 3](#) mostra as perdas e danos associados aos impactos das mudanças climáticas, divididos em eventos extremos e de aparecimento lento.

No contexto cabo-verdiano, as perdas e danos causados por fenómenos meteorológicos extremos, incluindo secas e inundações, já estão a ter um impacto significativo na economia.

Embora as perdas e danos sejam frequentemente considerados em relação a catástrofes de início súbito e aos seus custos económicos, os termos também incluem o impacto de processos 'slow-onset' ou de aparecimento lento, que também causam perdas e danos não económicos. Esta categoria não monetária impede nomeadamente, entre outros, o usufruto dos direitos humanos e podem ser motores da mobilidade humana. Alguns exemplos de processos 'slow-onset' são a subida do nível do mar, a desertificação, a perda de biodiversidade ou, ainda que no contexto cabo-verdiano seja menos visível, o degelo dos glaciares.

Para responder às necessidades de emergência e às catástrofes naturais, Cabo Verde criou dois fundos públicos: o Fundo Nacional de Emergência (FNE) e o Fundo Soberano de Emergência (FSE) (ver [2.3.3](#) e [2.3.4](#) p. 40).

Sendo um SIDS, Cabo Verde tem uma das mais baixas emissões de GEE por habitante do mundo e as suas emissões nacionais equivalem a 0,002 % do total global¹⁷. No entanto, é um dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Tal como outros SIDS, Cabo Verde está a prestar especial atenção à operacionalização e definição dos mecanismos de funcionamento do Fundo de Perdas e Danos (LDF)¹⁸ tendo em conta o custo da inação e a urgência destes países em dar resposta às crescentes perdas e danos associados aos impactos irreversíveis das mudanças climáticas.

14 World Resources Institute. (2024, March 15). NCQG Deep Dive: How We Reach \$300 Billion and \$1.3 Trillion. <https://www.wri.org/insights/ncqg-climate-finance-goals-explained>

15 UNFCCC. (2024, November 24). COP29 UN Climate Conference agrees to triple finance to developing countries, protecting lives and livelihoods. <https://unfccc.int/news/cop29-un-climate-conference-agrees-to-triple-finance-to-developing-countries-protecting-lives-and>

16 World Resources Institute. Idem.

17 Ministério da Agricultura e Ambiente. (2024). *Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo com Baixas Emissões de Gases com Efeito de Estufa para Cabo Verde (LT-LEDS CV 2050)*. República de Cabo Verde.

18 No final da COP 27 (2022), um comité de transição foi mandatado para definir os contornos do novo fundo dedicado às Perdas e Danos. O fundo foi adotado na COP 28 com uma capitalização de 200 milhões USD. Os países industrializados, devido à suas responsabilidades históricas, são solicitados a participar no fundo, mas o texto não prevê qualquer obrigação nesse sentido.

Troca de dívida por investimento climático / Debt-for-climate-swap

PAGAMENTOS EVITADOS DOS JUROS DA DÍVIDA*

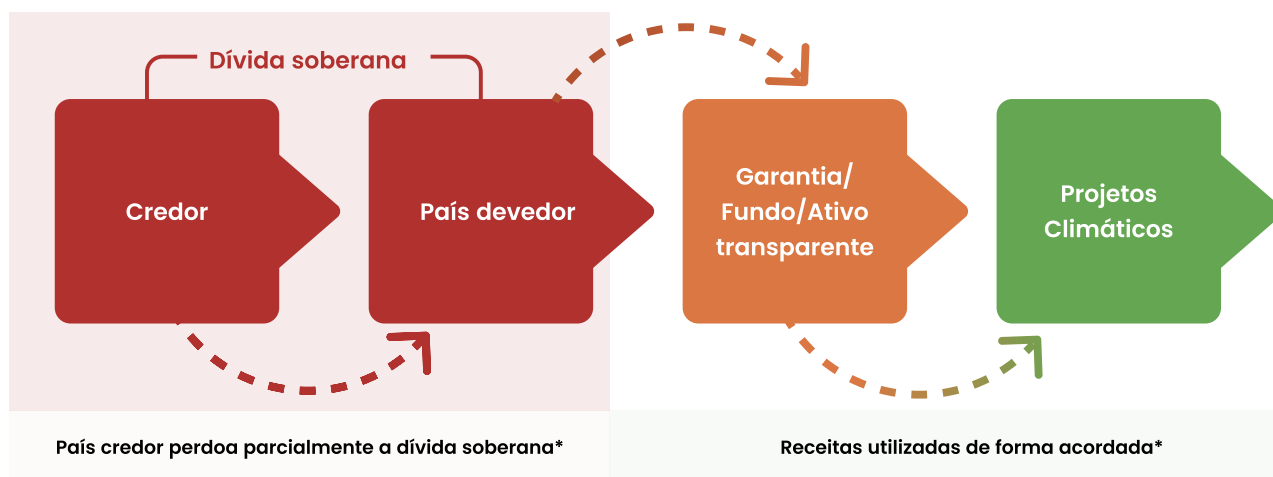


Figura 4: Ilustração do mecanismo das trocas de dívida por medidas em favor do clima

As trocas de dívida referem-se a acordos entre um credor e um devedor, em que a dívida existente é substituída por um **novo instrumento** ou compromisso, implicando algum alívio financeiro para o devedor e uma reafecção dos fluxos de caixa para objetivos específicos.

Existem três tipos de troca de dívida, (i) troca de dívida bilateral, (ii) participação de terceiro na troca da dívida, e (iii) troca da dívida através do setor privado por recuperação (compra) da dívida. O [Anexo D](#) indica os agentes envolvidos consoante o tipo de troca de dívida e fornece as principais características. Embora cada transação varie, uma estrutura genérica de um acordo de troca de dívida por medidas de mudanças climáticas é representada pela seguinte mecânica de instrumentos na [Figura 4](#).

CAIXA 1 – TROCA DE DÍVIDA POR INVESTIMENTO CLIMÁTICO / DEBT-FOR-CLIMATE-SWAP

A troca de dívida por medidas em favor do clima ou do ambiente significa que a nação devedora, em vez de continuar a fazer pagamentos da dívida externa em moeda estrangeira, faz pagamentos em moeda local para financiar projetos climáticos a nível interno, nos termos acordados. Desta forma, um país devedor consegue ao trocar a dívida pelo clima ou ambiente reduzir o seu nível de endividamento, assim como libertar recursos fiscais para serem gastos em investimentos climáticos. Nos últimos anos, o debate público tem vindo a reforçar este instrumento como uma solução potencialmente replicável para ajudar a enfrentar a crise da dívida, o clima e a biodiversidade ao mesmo tempo, e para fornecer financiamento adicional para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁹

Alternativamente, uma nova dívida pode ser emitida por uma nação devedora para substituir a dívida existente por um compromisso de utilização das receitas para fazer face às mudanças climáticas, através de incentivos mutuamente acordados ligados ao desempenho. Incentivos podem ser taxas de juro mais baixas, subsídios, entre outros. Na perspetiva do mecanismo das trocas de dívida pelo clima, existem várias opções relativamente à entidade beneficiária.

É de salientar que Cabo Verde optou por criar o FCA para canalizar os financiamentos climáticos, incluindo aos ligados à troca de dívida pelo clima em negociação com Portugal desde 2023. O FCA visa mobilizar e acelerar o financiamento de investimentos com impacto climático e faz também parte do QGC ([Figura 2](#)).

19 Grupo de Peritos Independentes sobre Financiamento Climático (2020) Delivering on the \$100 billion climate finance commitment and transforming climate finance.

Os conceitos mais atuais e relevantes foram descritos para uma melhor compreensão do financiamento climático.

As próximas secções descrevem os fundos, mecanismos nacionais e internacionais já utilizados em Cabo Verde, incluindo as subvenções, os empréstimos, do setor público ou privado, entre outros. Estes últimos apresentam uma grande diversidade, nomeadamente no que diz respeito aos temas abordados ou ao objetivo do financiamento, quer se trate de financiar projetos de adaptação ou de mitigação, de estudos para definir e enquadrar as ações climáticas ou de reforço das capacidades. Cada doador contribui de acordo com as suas especificidades, sendo de salientar aqui a importância da coordenação reconhecida a nível governamental e que será assumida por Cabo Verde com o estabelecimento do QGC.

Algumas das iniciativas mencionadas aqui não têm como objetivo específico a disponibilização de fundos, mas também fornecer estudos, análise e ideias que permitam defender, apoiar ou identificar eixos e caminhos para reforçar o quadro geral para ação climática, implicar as partes envolvidas (as menos clássicas) para chegar ao resultado e reforçar as capacidades.

2.3

Quadro dos mecanismos e fundos nacionais existentes com cariz climático

Cabo Verde criou um conjunto de mecanismos de financiamento público destinados a cobrir os custos do desenvolvimento e crescimento sustentável, e responder à necessidade de uma maior resiliência climática.

O último ponto deste capítulo diz respeito ao financiamento privado endógeno que não deve ser subestimado, como pode observar-se na [Figura 7 – Fluxos globais do financiamento do clima](#), a nível mundial as fontes de financiamento privado representam uma parte substancial do investimento total e estão essencialmente ligadas aos setores dos transportes e da energia.

2.3.1 Fundo do Ambiente

O Fundo Nacional do Ambiente foi instituído pelo Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de Julho, que desenvolve as normas regulamentares de situações previstas na Lei que define as bases da política do Ambiente²⁰, com a natureza de uma conta especial. O Fundo passou por várias reformas, sendo hoje um Instituto Público^{21[2]}, com a natureza de fundo personalizado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O Fundo tem por finalidade apoiar políticas ambientais que contribuam de forma adequada para a proteção do ambiente contra todas as formas de degradação, como fim de proteger e valorizar os recursos naturais, no combate às mudanças climáticas, luta contra a poluição de diversa natureza e origem, e melhorar as condições de vida das populações no respeito pelo equilíbrio do meio ambiente. Constituem receitas do Fundo do Ambiente, as receitas provenientes de transferências do Orçamento do Estado, as receitas da taxa ecológica e demais taxas ambientais, coimas e multas, taxas

20 Lei n.º 89/IV/93, de 26 de junho, alterada pela Lei n.º 23/X/2023, de 18 de abril

21 Decreto-Lei n.º 59/2020, de 5 de agosto

previstas no decreto- legislativo nº 14/97, de 1 de julho, e demais regulamentos complementares, contribuições financeiras das instituições de cooperação bilateral, multilateral ou de outras para o ambiente e doações, heranças e legados. As receitas obtidas com a cobrança da taxa ecológica (constitui a principal fonte de receita do Fundo) são distribuídas da seguinte forma: 60 % para financiamento de projetos municipais, 30 % para financiamento de projetos apresentados pela administração central do Estado e 10 % para financiar projetos apresentados pelas empresas e organizações da sociedade civil, através de concurso público.

A base anual representada pelo Fundo Nacional do Ambiente está estimada em 9,3 milhões USD.

2.3.2 Fundo Climático e Ambiental – FCA

O FCA integra-se no QGC do país e visa mobilizar e acelerar o financiamento de investimentos com impacto climático relevante. Assim pode:

- alavancar parcerias público-privadas, junto de outros fundos climáticos e ambientais globais e internos
- promover, apoiar e estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas
- financiar projetos e programas que contribuam para a conservação da biodiversidade, para adaptação, para a mitigação, para capacitação e para o uso de tecnologias de baixas emissões de carbono
- servir de ponte entre doadores internacionais e programas e projetos nacionais, de modo a atrair financiamento para esses programas e projetos
- apoiar iniciativas que se alinham com os objetivos e prioridades climáticas do país
- promover o desenvolvimento da economia verde e azul em Cabo Verde
- preencher lacunas específicas nos investimentos em adaptação climática, conservação da natureza ou apoio à economia verde e azul e
- fornecer apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de projetos no âmbito da economia verde e azul financiáveis em Cabo Verde, designadamente na sua conceção, em estudos de viabilidade e no reforço de capacidades.

A lei que cria o Fundo Climático e Ambiental prevê os seguintes investimentos prioritários, embora não estejam limitados a:

- Projetos de adaptação às mudanças climáticas, baseados na natureza e que aumentam a resiliência das comunidades, ecossistemas e infraestruturas vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, incluindo medidas de gestão de recursos hídricos, proteção costeira e práticas agrícolas sustentáveis
- Projetos de conservação da biodiversidade que visam proteger e restaurar os ecossistemas naturais e promover a gestão sustentável dos recursos terrestres e marinhos
- Iniciativas de economia circular, que promovam a eficiência dos recursos, a redução dos resíduos e a utilização sustentável dos materiais através da reciclagem, da reutilização e da conservação ecológica

- Investimentos em práticas agrícolas sustentáveis, silvicultura e tecnologias que aumentem a segurança alimentar e minimizem o impacto ambiental e
- Projetos de florestação e reflorestação e obras de conservação do solo e da água.

As receitas do FCA incluem, entre outros:

- o produto de conversões de dívida externa e de outros financiamentos externos com impacto climático e ambiental relevante
- transferências do Orçamento do Estado
- donativos atribuídos por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, sob a forma de subsídios, contribuições financeiras ou outras e aceites pelo Conselho de Administração
- rendimentos dos serviços prestados pelo FCA e
- rendimentos de obrigações emitidas pelo FCA no mercado financeiro.

2.3.3 Fundo Nacional de Emergência – FNE

O FNE²² é uma resposta aos danos causados pelas catástrofes naturais, sendo alimentado por 0,5 % das receitas fiscais cobradas (Lei das Finanças). O FNE reforça a capacidade do Governo para financiar, de forma ágil, ações, atividades e recursos que podem ser mobilizados de imediato e que contribuam para aumentar o nível de preparação operacional das autoridades em caso de ocorrência de catástrofes e de atividades de resposta, incluindo o socorro, a assistência às populações e a normalização das condições de vida, nas áreas afetadas por esses eventos.

2.3.4 Fundo Soberano de Emergência – FSE

O FSE²³ financia, entre outras, a reabilitação e reconstrução de infraestruturas públicas após uma catástrofe. É um fundo *offshore* – estrangeiro, criado com um capital inicial de 10 milhões EUR e gerido pelo Banco de Portugal. Até agora, o FSE não foi utilizado para financiar despesas de capital após catástrofes.

2.3.5 Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado

Este fundo tem por objetivo principal garantir a emissão de valores mobiliários, nomeadamente títulos de dívida, por sociedades comerciais privadas de direito cabo-verdiano, em mercados regulamentados, para financiamento dos seus investimentos, bem como, a título acessório, a concessão de garantias, a operações de financiamento de natureza equivalente de que sejam beneficiárias sociedades comerciais privadas de direito cabo-verdiano. Este fundo está sujeito à supervisão da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

22 Decreto-Lei n.º 59/2018, de 16 de novembro 2018 e modificado pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 27 de julho 2022) – <https://faolex.fao.org/docs/pdf/cvil83012.pdf>

23 Criado pelo Lei 112/IX/2021, de 8 de janeiro 2021

2.3.6 Financiamento interno privado

Como pode observar-se na [Figura 7](#), a nível mundial as fontes de financiamento privado representam uma parte substancial do investimento total e estão essencialmente ligadas aos setores dos transportes e da energia. A parte endógena estima-se à volta de um quarto do financiamento privado.

O financiamento fornecido pelas famílias não é atualmente tido em conta nos relatórios, embora possa ser quantificado. Tal como noutros países, provém de investimentos privados feitos pelos agregados familiares e diz respeito à compra de dispositivos de energia solar, mas também de veículos elétricos (VE), ou à compra de obrigações verdes ou azuis. É de salientar o caso da Cabeólica no setor da energia, que no seu arranque beneficiou de financiamento internacional e com o desenvolvimento das suas atividades criou condições de financiamento em adequação com estas (ver [2.4.14.2](#) 59).

A lei estipula²⁴ que, para qualquer instalação privada (painéis fotovoltaicos, estações de carregamento de VE, sistemas de dessalinização da água do mar, etc.), todas as entidades privadas (famílias, hotéis, etc.) são obrigados a solicitar uma licença ao ministério competente. Isto permite não só dispor de um registo do potencial existente e da capacidade implementada, tanto como identificar os investimentos efetuados anualmente por estas entidades.

Em 2022, o Governo de Cabo Verde assinou, com vários bancos comerciais locais, o '*Protocolo de Bonificação de Taxas de Juro para a Microprodução de Energias Renováveis*', que visa operacionalizar o processo de concessão de *Bonificações de Taxas de Juro* para a microprodução de energia elétrica com recurso a energias renováveis. O protocolo assinado visa, sobretudo, promover o incentivo à *Bonificação de Taxas de Juro* nos empréstimos às famílias e às micro e pequenas empresas, que se enquadrem nos escalões de baixa tensão, de forma a facilitar os investimentos e o acesso ao crédito bancário para a aquisição de sistemas de microprodução.

²⁴ Decreto-Lei n.º 54/2018, de 15 de outubro 2018, I série Número 64- 'Disposições relativas à promoção, ao incentivo e ao acesso, licenciamento e exploração inerentes ao exercício da atividade de produção independente e de autoprodução de energia elétrica, com base em fontes de energia renováveis'



Ilha da Brava

2.4

Quadro dos mecanismos e fundos internacionais existentes com cariz climático

Menciona-se neste capítulo os apoios considerados como mais relevantes para Cabo Verde.

As contribuições da Espanha, da Hungria e do Grão-Ducado do Luxemburgo, podem não ser considerados como um mecanismo típico de financiamento da luta contra as mudanças climáticas, mas continuam a ser uma fonte e apoio muito relevante para o país. Na [Figura 6 – Sistema financeiro climático](#), estes países são considerados como contribuintes.

2.4.1 Banco Africano de Desenvolvimento – BAD

O BAD tem financiado no passado projetos ligados aos investimentos em energias renováveis como o desenvolvimento de parque eólico em várias ilhas do país: *Cabeólica Wind Power*. A Cabeólica S.A. é uma PPP entre o Governo de Cabo Verde, a ex-Electra S.A., agora a Empresa de Produção de Eletricidade de Cabo Verde (EPEC) e a Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde (EDEC), e a Infraco Limited. Depois destes primeiros passos com investimentos para mitigação, Cabo Verde continua nesta via e poderia explorar outro tipo de financiamento climático e mobilizar o setor privado como as obrigações/títulos verdes para reforçar esta vertente.

Atualmente o BAD tem ainda oito projetos em implementação que não focam especificamente a ação climática. No entanto, o BAD decidiu recentemente que as considerações relativas às mudanças climáticas devem ser integradas na maioria das suas operações. O BAD desenvolveu um Sistema de Salvaguardas Climáticas (SCS) como um conjunto de ferramentas e guias para a tomada de decisões que lhe permitem examinar os projetos em setores vulneráveis quanto aos riscos ligados às mudanças climáticas e identificar medidas de adaptação adequadas para reduzir a vulnerabilidade.

O SCS é uma ferramenta piloto aplicada apenas nas operações do setor público do BAD nos setores da Agricultura, Água, Energia e Transportes. O processo inicia-se com uma análise – *screening*, que avalia a vulnerabilidade associada às mudanças climáticas logo no conceito de projeto e atribui ao projeto uma categorização, variando de 1 (mais vulnerável) a 3 (menos vulnerável). Como indicado na [Tabela 3](#), os três últimos projetos aprovados foram analisados e só um projeto se classifica como sendo de categoria 1.

Em 2022, o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) do BAD estabeleceu a primeira Janela de Ação Climática (CAW – *Climate Action Window*) dedicada, com um forte enfoque na aceleração da ação de adaptação no âmbito do FAD. A CAW foi concebida para aumentar os incentivos aos países do FAD para participarem em projetos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. A vertente “Ação Climática” tem três subjanelas: uma para adaptação, a segunda para mitigação e a terceira com assistência técnica para apoiar os países a aumentar a viabilidade bancária dos projetos climáticos, a preparar e reforçar as estratégias por país e documentos ligados ao clima e conceder subvenções para a preparação de projetos.

Tabela 3: Projetos BAD com indicador de risco ligado as Mudanças Climáticas

Código	Nome	Foco	ODD	Salvaguarda Ambiental	Valor Compromisso (\$)	Data Assinatura	Mudança Climática	Data Prevista Fim
P-CV-K00-019	Cabo Verde - E-Governance and Public Financial Management Reform Program (E-PFMRP)	Melhorar a vida das populações em África		3	15 036 432	2024/02/15	3	2025/12/31
P-CV-A00-003	Cabo Verde - Emergency Food Production Support Programme (2PAU-CABO VERDE-AEFPF)	Alimentar África	2	2	8 138 551	2023/08/11	1	2024/12/31
P-CV-K00-015	Cabo verde - E-Governance and Public Administration Modernisation Program (E-PAMP)	Melhorar a vida das populações em África		3	16 220 206	2022/11/28	3	2023/12/31

Fonte: Página Web do Banco Africano de Desenvolvimento

2.4.2 Banco Mundial – BM

Para além dos recursos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o BM gere o financiamento de outros fundos, como o Fundo Fiduciário do Clima do Canadá para as Energias Limpas e as Florestas (CCEFCTF – *Canada Clean Energy and Forest Climate Facility Trust Fund*), que é classificado como financiamento climático. Para os projetos mais relacionados com o clima, é apresentada uma breve explicação a seguir.

- O projeto de “Energias Renováveis e Melhoria do Desempenho dos Serviços Públicos” é implementado pela Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) do MFFE, para o período 2022–2026. Os objetivos do projeto são os seguintes (i) aumentar a produção de energia renovável e (ii) melhorar o desempenho da empresa de eletricidade em Cabo Verde, alavancando o financiamento privado. O custo total do projeto é de 51,5 milhões USD, incluindo um montante de compromisso de 16,50 milhões USD do BM, dos quais 7,5 milhões USD corresponde a uma subvenção. Este projeto demonstra a capacidade conjunto de Cabo Verde e do BM para equilibrar o financiamento em termos de empréstimos e subvenções.
- O projeto “Melhorar a Conectividade e as Infraestruturas Urbanas em Cabo Verde” é focado na melhoria do acesso a transportes e infraestruturas urbanas resilientes ao clima nas zonas selecionadas para o período 2024–2028 e de um montante de 35 milhões USD. Os objetivos são: (i) a reabilitação dos espaços públicos e a melhoria dos principais bens públicos para maximizar a adaptação às mudanças climáticas e o desenvolvimento económico com baixas emissões de carbono (ii) o reforço da conectividade e resiliência dos transportes, a fim de garantir uma conectividade fiável durante todas as estações e o acesso aos serviços de transporte (iii) o apoio e reforço das capacidades para um melhor planeamento urbano e de transportes integrado, resiliente às mudanças climáticas e com baixas emissões de carbono, conectividade intermodal e gestão de ativos de transportes e (iv) dar uma resposta imediata a uma crise ou emergência elegível, financiando a execução da reabilitação e reconstrução de infraestruturas de emergência. O custo total do projeto é de 40 milhões USD, é implementado pela UGPE do MFFE e o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e da Habitação (MIOTH). O enfoque do projeto é considerado climático a 85 %, dos quais 78 % correspondem à adaptação e 7 % à mitigação.

- A segunda extensão do projeto “*Cabo Verde Resilient Tourism and Blue Economy*” está em curso. O projeto inicial de desenvolvimento do turismo resiliente e da economia azul, no valor de 45 milhões USD, aprovado em junho de 2022 e recebeu um financiamento adicional de 10 milhões USD em 2023. O BM aprovou uma segunda tranche adicional do projeto em 2024, num montante de 30 milhões USD (2024-2028). Os recursos adicionais serão também aplicados para enfrentar os riscos e vulnerabilidades relacionados com o clima. O projeto é ampliado nomeadamente para as ilhas de São Nicolau e Boa Vista. Os marcadores do BM indicam um enfoque de 31 % nas mudanças climáticas (22 % em adaptação e 9 % em mitigação).

Os Relatórios sobre o Clima e o Desenvolvimento País (CCDR – *Country Climate Development Report* em inglês) do BM são um diagnóstico que integra as mudanças climáticas e o desenvolvimento. Eles ajudam os países a dar prioridade às ações com maior impacto que podem reduzir as emissões de GEE e aumentar a adaptação e a resiliência, ao mesmo tempo que cumprem objetivos de desenvolvimento mais amplos. Eles incluem os custos e os desafios, bem como os benefícios e as oportunidades de implementar as ações concretas e prioritárias sugeridas. Os CCDR contribuem para outros diagnósticos fundamentais do BM para os compromissos e operações do país e ajuda a atrair financiamento e o direcionar para ações climáticas de grande impacto.

O relatório sobre [Cabo Verde – Country Climate and Development Report](#) foi apresentado em janeiro 2025. O documento analisa como o país pode construir resiliência climática e estimular o desenvolvimento de baixo carbono, enquanto identifica os impulsionadores chaves. Juntamente, análise os danos económicos e sociais projetados das mudanças climáticas; o quadro institucional e jurídico relevante; como alcançar uma economia resiliente às mudanças climáticas no nexo água-terra e através da economia azul e dos sistemas de infra-estruturas; a transição ecológica nos setores da energia, dos transportes, dos resíduos e do digital; as ações fundamentais para apoiar o setor privado e as pessoas a tornarem-se mais resilientes aos choques climáticos através da proteção social e, por último, das competências necessárias e do reforço do sistema de saúde. Depois das recomendações, estima os seus custos e benefícios e modela os efeitos na economia.

International Finance Corporation (IFC) do BM

A [IFC](#) – membro do grupo do BM, é a maior instituição de desenvolvimento global focada no setor privado em mercados emergentes. A IFC usa o seu capital, experiência e influência para criar mercados e oportunidades nos países em desenvolvimento.

Em julho 2023, a IFC concedeu um empréstimo de 20 milhões EUR ligado à sustentabilidade à *Cabo Verde Airports S.A.* para apoiar o turismo em Cabo Verde, melhorar a qualidade das infraestruturas dos aeroportos de Cabo Verde e ajudá-los a reduzir as emissões de GEE. O financiamento centra-se na renovação e na ecologização de toda a rede de quatro aeroportos internacionais e três aeroportos domésticos de Cabo Verde, que se encontram espalhados por sete ilhas do país. É o primeiro empréstimo da IFC ligado à sustentabilidade concedido a uma empresa cabo-verdiana e foi concebido para incentivar o mutuário a atingir objetivos ambientais, sociais e/ou de governação através de incentivos de preços.

Com este apoio, *Cabo Verde Airports S.A.* irá renovar os seus aeroportos e implementar uma estratégia de descarbonização através de vários projetos de energias renováveis, incluindo a melhoria da iluminação LED e a instalação de sistemas de refrigeração mais eficientes em

termos energéticos nos locais. O desempenho financeiro do empréstimo estará ligado a dois indicadores-chave: a redução das emissões de GEE e a certificação com o *Airport Carbon Accreditation*, um programa global de certificação de gestão de carbono para aeroportos.

2.4.3 Espanha, a sua função dentro do Pacto de Autarcas para a África Subsaariana – CoMSSA

A iniciativa do CoMSSA, que apoia as cidades da África Subsaariana no combate às mudanças climáticas e na promoção do acesso à energia sustentável, está a ser implementada em Cabo Verde com o apoio da Cooperação Luxemburguesa e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Esta colabora na execução dos objetivos do CoMSSA, que incluem: (i) o apoio técnico e financeiro para ajudar as cidades a desenvolverem SEACAP. Estes planos visam mitigar as emissões de GEE e aumentar a resiliência das cidades às mudanças climáticas (ii) a capacitação das autoridades locais para planear e implementar políticas públicas eficazes que promovam a transição para energias renováveis e o desenvolvimento sustentável a longo prazo e (iii) o fortalecimento da colaboração internacional através de parcerias internacionais que permitem partilhar conhecimento, tecnologias e boas práticas entre cidades da África Subsaariana e outras regiões envolvidas na iniciativa.

Embora a AECID não mencione especificamente o clima como um objetivo, ela contribui para a ação climática através de alguns projetos com foco na resiliência do setor agrícola, o reforço do empreendedorismo e da sustentabilidade ambiental, social e económica dos setores do turismo e da pesca através do desenvolvimento de cadeias de valor mais sustentáveis e da criação de mercados.

2.4.4 Fundo de Adaptação

O país beneficiou apenas de um projeto regional financiado pelo Fundo de Adaptação (FA), como indicado na [Tabela 4](#). A subvenção está na categoria de um projeto de tamanho normal.

Tabela 4: Projeto do Fundo de Adaptação

PAÍS	TÍTULO	ENTIDADE DE EXECUÇÃO	MONTANTE APROVADO EM USD	MONTANTE TRANSFERIDO EM USD	DATA DE APROVAÇÃO	ESTADO
Regional Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento da África Ocidental e Central ADAPT - Reforçar a resiliência dos sistemas agrícolas às mudanças climáticas (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe)	FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola	14 000 000	1 294 136	23 março 2024	Proposta aprovada

2.4.5 Fundo Verde para o Clima – GCF

O Fundo Verde para o Clima (GCF) – um elemento crítico do histórico Acordo de Paris – é o maior fundo climático do mundo, mandatado para apoiar os países em desenvolvimento a aumentar e concretizar as suas ambições de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) para caminhos de baixas emissões e resilientes ao clima.

O GCF foi estabelecido ao abrigo dos Acordos de Cancun em 2010 como um veículo de financiamento dedicado para os países em desenvolvimento no âmbito da arquitetura climática global, ao serviço do Mecanismo Financeiro da UNFCCC e do Acordo de Paris.

2.4.5.1 Novo plano estratégico

O plano estratégico 2024-2027 do GCF, adotado em meados de 2023, foi acompanhado, em novembro de 2023, pela realimentação do fundo para o atual período de programação (GCF-2) com mais recursos financeiros que no GCF-1 (período 2020-2023). Em dezembro de 2023, 31 países comprometeram-se a apoiar com um total de 12,8 mil milhões USD até 2027. O plano estratégico do GCF traduz a urgência da crise climática, bem como o crescimento e o amadurecimento da organização à medida que esta se torna ainda mais transformadora e acessível.

As principais evoluções do plano estratégico incluem um compromisso operacional para melhorar significativamente o acesso dos países em desenvolvimento aos recursos, incluindo a previsibilidade, a rapidez de programação e execução, a simplificação dos processos e procedimentos, a complementaridade com outros intervenientes no financiamento da luta contra as mudanças climáticas e o reforço das parcerias e do acesso direto.

2.4.5.2 Financiamento aprovados e financiamento disponível para CV

Cabo Verde beneficiou até julho 2024 de quatro propostas de prontidão (ou *readiness*) como indicado na [Tabela 5](#).

A primeira e segunda propostas de preparação implementadas pelas agências das Nações Unidas focam-se aos efeitos das mudanças climáticas em setores/atores da economia azul e do turismo sustentável respetivamente. É de salientar que as duas *readiness* apresentam notas conceituais nos respetivos setores que podem ser desenvolvidas em projetos climáticos submetidos ao GCF.

A terceira proposta centra-se em apoiar o país a aceder a financiamento climático do GCF e ultrapassar um obstáculo maior para Cabo Verde por não ter até agora nenhuma Entidade Acreditada (AE – *Accredited Entity*) nacional junto ao GCF. A última baseia-se numa abordagem geográfica. Todos fazem parte do período de financiamento 2020-2023.

Tabela 5: Projetos *Readiness* do GCF em Cabo Verde

TÍTULO	ENTIDADE ACREDITADA	VALOR (EM USD)	DATA DE APROVAÇÃO / E DE FIM
Reforçar as capacidades institucionais dos Estados membros da Comissão Climática dos Estados Insulares Africanos (AISCC) para gerir os riscos climáticos e reforçar a resiliência – Projeto RESIslands	UNECA – United Nations Economic Commission for Africa	493 986 para CV do total de 4 943 986	30/3/2024
Permitir o acesso direto ao financiamento climático do GCF para Cabo Verde	LuxDev – Agência de Desenvolvimento do Luxemburgo	500 000	05/2/2024
Apoio à programação nacional e planeamento do turismo sustentável para Cabo Verde	UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial	500 000	26/2/2022
Reforçar as capacidades de Cabo Verde para fazer face aos efeitos das mudanças climáticas em setores-chave da economia azul	FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	500 000	03/12/2021 – 07/2024

Fonte: Página Web do GCF

Para o período 2024-2027, Cabo Verde também pode beneficiar do programa de readiness do GCF:

- até 3 milhões USD para o processo do NAP (ou outros processos de planeamento de adaptação) para o GCF-1, uma vez que Cabo Verde não acedeu ao processo do NAP no período de financiamento 2020-2023
- até 3 milhões USD para um processo subsequente do NAP para o período GCF-2, que pode ser acedido após a conclusão do processo GCF-1
- até 4 milhões USD para iniciativas de preparação, com um adicional de 0,32 milhões USD por ser um SIDS e
- até 1 milhão USD para uma entidade de acesso direto.

Dada esta disponibilidade, o país tem-se esforçado por acelerar a mobilização destes fundos, identificando as áreas em que serão utilizados.

Para o efeito, foi desenvolvida e aprovada uma proposta de readiness do NAP para o financiamento da adaptação, destinada mais especificamente aos municípios, proporcionando-lhes as ferramentas/planos/estudos/capacidades que lhes devem permitir aceder a fontes específicas de financiamento climático a nível descentralizado (ver [Anexo F – Folheto: Readiness QGG “Cabo Verde Quadro da Governança Climática”](#)) com um plano de ação climática para os municípios. Este projeto destina-se mais especificamente a 16 dos 22 municípios cabo-verdianos que ainda não dispõem de um SEACAP.

Cabo Verde também apresentou uma proposta de preparação, que foi submetida pelo Fundo de Readiness do GCF no valor de 0,8 milhões USD para reforçar o seu Quadro de Governança Climática (ver [Anexo F – Folheto: Readiness QGG “Cabo Verde Quadro da Governança Climática”](#)).

No entanto, até agora, o país não conseguiu garantir financiamento do GCF para um projeto climático. Isto pode dever-se a várias razões, incluindo as capacidades de conceção e apresentação de projetos, bem como a complexidade dos procedimentos do GCF, mas agora, com competências reforçadas, está a começar a desenvolver propostas.

Por conseguinte, Cabo Verde planeou reforçar o QGC com uma proposta centrada no reforço da operacionalização de Sistemas de Alerta Precoce (SAP) multirriscos a nível central e local. A proposta envolve várias entidades/instituições cabo-verdianas, essenciais para um sistema eficaz de alerta precoce. Beneficiará do apoio de outras organizações ou iniciativas internacionais em áreas específicas relacionadas com o SAP.

Estas propostas estão em conformidade com todos os resultados definidos no plano estratégico do GCF para o período 2024-2027, que sublinha a importância do acesso ao financiamento para a adaptação, incluindo:

- ações empreendidas a nível local
- a operacionalização eficiente de um Quadro de Governança Climática que fortaleça o país face aos impactos das mudanças climáticas e
- a introdução de sistemas de alerta prévio novos ou melhorados.

No âmbito do programa de *readiness* implementado pelas Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO em inglês), identificou-se alguns projetos ligados ao setor da economia azul e do turismo sustentável. Cada uma das organizações tinha de propor quatro notas concetuais.

O GCF dispõe de um Mecanismo de Preparação de Projetos (PPF- *Project Preparation Facility*). O PNUD está atualmente a utilizá-la para preparar uma proposta conjunta intitulada “*Climate and Health Co-Investment Facility Coordination Programme*” para 14 países incluindo Cabo Verde.

2.4.6 Fundo Global para o Ambiente – GEF

No que diz respeito aos mecanismos de financiamento no âmbito do GEF, Cabo Verde beneficiou de financiamento em todos os períodos de programação do GEF-1 a -7, e o mais recentemente o GEF-8 como indicado na [Tabela 6](#). No total, o Fundo Fiduciário do GEF financiou mais de 20 projetos em Cabo Verde (ver lista completa no [Anexo F](#)). A sétima reconstituição dos recursos (GEF-7) abrange o período de julho de 2018 a junho de 2022, e aquela do GEF-8 corresponde ao período de julho de 2022 a junho de 2026 com dois projetos de grande dimensão em preparação depois de ter o conceito aprovado em 2023.

Tabela 6: Projetos GEF

TÍTULO	ÁREAS FOCAIS	AGÊNCIA	SUBVENÇÃO DO GEF (USD)	COFINANCIAMENTO (USD)	ESTADO	PERÍODO DO GEF/ FONTE
Acelerar a transição de Cabo Verde para a economia azul e verde	Biodiversidade degradação dos solos	FAO	10 024 158	31 188 895	Conceito aprovado	GEF-8/ Trustfund
Adaptação às mudanças climáticas dos sistemas agroalimentares de Cabo Verde para melhorar a segurança alimentar e os meios de subsistência	Mudanças climáticas	FAO	2 639 726	15 000 000	Conceito aprovado	GEF-8 -Special Climate Change Fund (SCCF)
Adoção integrada da mobilidade elétrica no setor marítimo através da inovação em tecnologias limpas	Mudanças climáticas	ONUDI	1 008 806	2 610 000	Projeto aprovado	GEF-7/ Trustfund
Reforço dos sistemas de governança da biodiversidade para a gestão sustentável dos recursos naturais vivos em Cabo Verde	Biodiversidade	PNUD	3 484 703	24 663 133	Projeto aprovado	GEF-7 Trustfund
Rumo à neutralidade da degradação dos solos para melhorar a equidade, a sustentabilidade e a resiliência	Degradação dos solos	FAO	2 183 105	7 528 482	Projeto aprovado	GEF-7/ Trustfund
Quarta Comunicação Nacional e Primeiro Relatório Bienal de Atualização da República de Cabo Verde no âmbito da UNFCCC	Mudanças climáticas	PNUD	852 000	703 050	Projeto aprovado	GEF-7/ Trustfund

Fonte: Base de dados de projetos GEF

A abertura de uma nova janela de financiamento climático pelo GEF para os Países de Rendimento Médio representa um passo significativo na mobilização do financiamento climático internacional para países como Cabo Verde, considerando que até recentemente, não existia qualquer subvenção multilateral para adaptação específica para os pequenos estados insulares não pertencentes ao grupo de Países Menos Desenvolvidos (PMD). O conceito do projeto para “Melhorar a capacidade de adaptação de Cabo Verde através de soluções de adaptação agroecológica, governança e capital, reforçando a abordagem de toda a sociedade, proporcionando a segurança alimentar e meios de subsistência sustentáveis” foi aprovado pelo Fundo Especial para as Mudanças Climáticas (SCCF) em junho 2023. Cabo Verde é o primeiro e único país a ter a sua nota concetual aprovada pelo SCCF em 2023.

2.4.7 Fundo Monetário Internacional – FMI

O Mecanismo para a Resiliência e a Sustentabilidade (RSF) oferece financiamento a longo prazo e a preços acessíveis para ajudar os países empenhados em reforma a reduzir os riscos para a estabilidade futura da sua balança de pagamentos, nomeadamente os associados às mudanças climáticas e às pandemias. Cabo Verde beneficiou de um RSF de 18 meses (aprovado em dezembro de 2023) num montante de 23,7 milhões de SDR (aproximadamente 30 milhões EUR), para apoiar os esforços do governo para implementar reformas climáticas macro críticas e catalisar o financiamento privado para a adaptação e transição climática.

Foram definidos seis objetivos:

1. Assegurar a coordenação intersetorial da gestão nacional das mudanças climáticas.
2. Tomar em conta as catástrofes naturais e os riscos relacionados com o clima no planeamento orçamental.
3. Assegurar que os investimentos refletem a necessária resiliência física às mudanças climáticas.
4. Inscrever-se numa trajetória para melhorar a eficiência energética e a transição, a fim de aumentar a adaptação, a mitigação e a resiliência climática.
5. Assegurar o acesso aos recursos hídricos e a sua sustentabilidade fiscal tendo em conta os impactes climáticos a longo prazo neste setor e o valor dos investimentos.
6. Tornar o setor financeiro de Cabo Verde mais 'verde'.

A realização das nove medidas ligadas a estes seis objetivos é acompanhada de desembolsos sucessivos, representando cada um deles um desembolso do FMI de 2,63 milhões USD. As metas estabelecidas são enumeradas na [Tabela 7](#), com o objetivo-alvo indicado à direita de cada meta.

Tabela 7: Medidas de Reforma definidas no âmbito do RSF

METAS DE REFORMA	OBJ
MR1. O Governo estabelecerá um conselho/órgão para coordenar o planeamento e a estratégia da política das mudanças climáticas, e a Gestão de Riscos de Desastres (GRD) sob a alçada dos Chefes de Governo, com tarefas, responsabilidades e procedimentos claros, incluindo mecanismos para (i) responsabilizar as entidades pela coerência entre os planos setoriais, em conformidade com a estratégia de desenvolvimento nacional (PEDS II) e os compromissos internacionais (NDC), e (ii) fornecer supervisão estratégica da GRD definida nos Termos de Referência, com a implementação refletida nos protocolos das reuniões regulares. O MAA exerce as funções de secretariado.	1
MR2. Para assegurar uma melhor gestão dos riscos orçamentais, o Ministério das Finanças efetuará e publicará na Declaração de Riscos Fiscais anual uma análise quantitativa dos riscos orçamentais gerados pelas alterações climáticas.	2
MR3. O Ministério das Finanças aprovará alterações ao quadro jurídico das PPP para garantir que os requisitos climáticos sejam refletidos nos acordos de PPP e publicará um manual que integre estes requisitos ao longo do ciclo de vida dos projetos de capital das PPP, desde a identificação do projeto até às fases de gestão do contrato.	3
MR4. Para aumentar e sistematizar o financiamento climático, o Ministério das Finanças (i) adotará uma estratégia nacional de mobilização de financiamento climático que identifique de forma abrangente os instrumentos de financiamento para desbloquear as fontes de financiamento climático e (ii) desenvolverá e publicará uma carteira de projetos de capital público avaliados, incluindo projetos relacionados com o clima, como parte do processo orçamental.	3
MR5. A fim de apoiar os planos de transição energética, que exigirão investimentos substanciais em infraestruturas, o Governo irá: (i) determinar a taxa de recuperação dos custos para o fornecimento de eletricidade (que reflita plenamente os custos operacionais e de capital), (ii) identificar eventuais discrepâncias entre a tarifa existente e a recuperação dos custos assim definida, (iii) realizar uma avaliação do impacto distributivo e (iv) publicar e adotar regulamentos estabelecendo uma metodologia para ajustar as tarifas de eletricidade à taxa de recuperação dos custos identificada, a aplicar pela entidade reguladora (alcançando assim a recuperação total dos custos) até à data de ensaio, com ajustamentos periódicos transparentes. (MICE e MF).	4
MR6. Para apoiar as iniciativas de reforma, que exigirão investimentos substanciais em infraestruturas, o governo irá: (i) determinar a taxa de recuperação de custos para o abastecimento de água (refletindo plenamente os custos operacionais e de capital), (ii) identificar qualquer discrepância entre a tarifa existente e a recuperação de custos assim definida, (iii) realizar uma avaliação do impacto distributivo, e (iv) publicar e adotar regulamentos que estabeleçam uma metodologia para ajustar as tarifas da água à taxa de recuperação de custos identificada, a aplicar pela entidade reguladora (alcançando assim a recuperação total dos custos) até à data de teste, com ajustamentos periódicos transparentes, e/ou financiando o investimento em infraestruturas de forma transparente a partir do orçamento, com vista a garantir a sustentabilidade do setor da água. (Agência Nacional da Água e do Saneamento (ANAS), e MF).	5
MR7. O Registo Social Único (RSU) será alargado de modo a constituir a base de um sistema de apoio social capaz de atenuar eficazmente as implicações da transição climática e dos fenómenos de risco climático. Para o efeito, o Ministério da Família e da Inclusão Social e o MF alargarão a cobertura do RSU a 100 % dos agregados familiares pobres e vulneráveis (incluindo das zonas rurais), tal como identificados com base no último inquérito ao orçamento familiar, e oferecerão a inclusão no RSU a 100 % dos agregados familiares em zonas vulneráveis ao clima.	5
MR8. O INGT ou uma nova unidade/conselho para a gestão das mudanças climáticas e a gestão do risco de desastres naturais desenvolverá e divulgará mapas de risco de desastres naturais e de vulnerabilidade, incluindo informações sobre como e onde os riscos climáticos podem afetar as áreas e regiões, para avaliar os riscos e as vulnerabilidades da população, dos bens de infraestrutura, dos setores e da economia/empresas. O regulamento relativo ao ordenamento do território e os requisitos do código de construção serão alterados de modo a considerar os riscos de catástrofes e as vulnerabilidades no planeamento do desenvolvimento urbano e rural e na conceção e construção de infraestruturas e edifícios.	5
MR9. O BCV desenvolverá uma arquitetura de informação sobre o clima para os bancos, que consistirá (i) na adoção de uma taxonomia de adaptação e mitigação das alterações climáticas e (ii) na publicação dos riscos e oportunidades climáticas e de diretrizes de divulgação, de modo que os bancos devem apresentar seus roteiros internos no prazo de seis meses a partir da data efetiva de aplicação das diretrizes, seguidos de relatórios de progresso semestrais.	6

No âmbito do RSF, o FMI responsabiliza-se entre outros pelas medidas relacionadas ao risco fiscal com o seu Departamento de Assuntos Fiscais. Esse apoio é prestado sob a forma de assistência técnica e de reforço das capacidades para alcançar as medidas estabelecidas, como apoiar o setor financeiro a ter em conta riscos climáticos nos acordos de empréstimos de alojamento juntamente com o Banco Central de Cabo Verde, entre outras medidas que serão desenvolvidas.

O BM e o Grão-Ducado do Luxemburgo contribuíram para algumas das medidas através das suas intervenções no país, tais como aqueles no setor da energia ou o apoio no âmbito do quadro de governança climática.

C-PIMA

A Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático (C-PIMA – *Climate Change Public Investment Management Assessment*) acrescenta uma dimensão de resposta ao clima ao quadro PIMA – *Planning, Implementation, Monitoring and Allocation*, e avalia a capacidade dos países para gerir os investimentos relacionados com clima em infraestruturas. O C-PIMA ajuda os governos a identificar potenciais melhorias nas instituições e processos de investimento público para construir infraestruturas com baixo teor de carbono e resistentes ao clima. O C-PIMA envolve uma avaliação de cinco instituições de gestão do investimento público que são fundamentais para as infraestruturas sensíveis ao clima, que são:

1. O planeamento sensível ao clima.
2. A coordenação entre entidades.
3. A avaliação e seleção de projetos.
4. A orçamentação e gestão da carteira de projetos, e
5. A gestão de riscos.

Mais que isso, o C-PIMA avalia três questões transversais importantes para a gestão de instituições, nomeadamente o quadro legal e regulamentar, os sistemas de informação e a capacidade do pessoal do governo. Os benefícios de conduzir esta avaliação para os países incluem:

1. Ter uma avaliação a preparação institucional e as lacunas na gestão de investimentos públicos no contexto dos desafios das mudanças climáticas.
2. O apoio do desenvolvimento e o reforço do quadro para enfrentar os riscos relacionados com o clima no investimento em infraestruturas e facilitar o acesso ao financiamento climático.
3. Ter plano de ação através de uma identificação de ações de reforma e explorar o apoio ao desenvolvimento de capacidades do FMI e de outras organizações.
4. O intercâmbio entre pares de forma a aprender e partilhar experiências com outros países que enfrentam problemas e desafios semelhantes.

Em março de 2023 a pedido do MFFE, foi realizado pelo Departamento de Assuntos Fiscais do FMI uma avaliação C-PIMA de Cabo Verde. Esta é uma base de referência em relação à qual podem ser medidos os progressos futuros. As conclusões e recomendações do C-PIMA de Cabo Verde em relação às cinco instituições de gestão do investimento público e às três

questões transversais podem ser consultadas [aqui](#). É de anotar que a C-PIMA de Cabo Verde menciona as nove medidas definidas pelo RSF como parte das recomendações do C-PIMA. É recomendado que a revisão da avaliação seja feita periodicamente para garantir que as melhorias são sustentáveis e respondem à evolução das necessidades climáticas.

2.4.8 Hungria

Cabo Verde beneficia de um empréstimo de 42 milhões EUR da Hungria sobre a forma de uma linha de crédito com a Eximbank Hungary (banco estatal húngaro que fomenta as exportações e importações). O Programa de Mobilização de Água para Agricultura em Cabo Verde (PMAA) visa apoiar a agricultura e a sua modernização com a mobilização de água. Concretamente, atividades do PMAA incluem a instalação de sistemas de dessalinização de água alimentados por energia solar para uso na agricultura, o tratamento de águas residuais para irrigação, visando mitigar a escassez de água que tem afetado o desenvolvimento do setor agrário ao longo de várias décadas. O PMAA é implementado com a empresa Água de Rega (AdR) e as instalações situar-se-ão nas ilhas de Boa Vista, Maio, Santiago, Santo Antão, e São Vicente. O financiamento é concessional – sem taxa de juro – com um período de carência de oito anos e 18 anos de reembolso.

2.4.9 Grão-Ducado do Luxemburgo

O quinto Programa Indicativo de Cooperação (PIC) entre Cabo Verde e o Grão-Ducado do Luxemburgo, que abrange o período 2021-2025, intitula-se PIC “[Desenvolvimento-Clima-Energia](#)” (DCE) e responde aos desafios que Cabo Verde deve enfrentar tendo em conta a elevada vulnerabilidade do país aos efeitos das mudanças climáticas e a sua falta de água doce, bem como as oportunidades oferecidas pelas condições favoráveis à produção de energias renováveis. Ele foi concebido como a resposta do Grão-Ducado do Luxemburgo para apoiar as políticas e estratégias de desenvolvimento socioeconómico e ambiental de Cabo Verde. Com um orçamento indicativo de 86 milhões EUR distribuídos por seis setores de intervenção, ele abrange todas as ilhas: emprego e empregabilidade, água e saneamento, transição energética, desenvolvimento local, governança e ação climática, e saúde. Este montante provém de duas fontes do governo luxemburguês, nomeadamente o Fundo Clima e Energia (FCE), com um montante de 17 milhões EUR, e a ajuda bilateral da cooperação ao desenvolvimento.

2.4.9.1 Fundo Clima e Energia – FCE

Para apoiar a sua Estratégia de Financiamento Internacional do clima 2021-2025 (FCI), o Grão-Ducado do Luxemburgo criou o FCE, colocado sob a autoridade do Ministro do Ambiente, do Clima e do Desenvolvimento Sustentável.

Com um orçamento de 220 milhões EUR para o período 2021-2025, o FCE financia projetos bilaterais e multilaterais (incluindo as contribuições do Grão-Ducado do Luxemburgo para o GCF), e é também acessível às ONG luxemburguesas para um montante de 25 milhões EUR. O orçamento é adicional à ajuda pública ao desenvolvimento (APD). O FCE financiou mais especificamente o “Programa de Apoio à Governança e Ação Climática”, e aumentou o orçamento dos programas de apoio nos setores de água e saneamento e da transição energética.

OBJETIVO GERAL	Até 2025, Cabo Verde alcançará os seus objetivos e compromissos climáticos, tal como definido na sua NDC	
OBJETIVO ESPECÍFICO	Estabelecer um sistema nacional de governança climática centrado em processos inclusivos, na coerência institucional e no rigor científico que promova a ação climática eficaz e eficiente aos níveis nacional e local	
RESULTADOS	GOVERNANÇA CLIMÁTICA As estruturas públicas, privadas e da sociedade civil no setor climático são reforçadas	AÇÃO CLIMÁTICA Um quadro favorável para a implementação de medidas de adaptação e mitigação é estabelecido
SUBRESULTADOS	O planeamento e a coordenação climática são reforçados a todos os níveis	Um sistema de transparência nacional é estabelecido e operacionalizado
	A responsabilidade climática, tecnologia, ciência e conhecimento são apoiados	As competências psra o financiamento de ações climáticas descentralizadas são apoiadas
	A diplomacia climática nacional, geopolítica e conhecimentos linguísticos são melhorados	Medidas de adaptação são implementadas em cinco municípios
	A mobilização do financiamento climático é reforçado	
	O empoderamento cívico e a comunicação climática são fortalecidos	

Figura 5: Objetivos e resultados do Programa de apoio à Governança e Ação Climática

O Programa de apoio à Governança e Ação Climática como indicado na [Figura 5](#), visa apoiar Cabo Verde na implementação da sua nova política climática até 2025. Isto resultará numa governança climática consolidada que fará de Cabo Verde um país de baixo carbono e mais resiliente às mudanças climáticas. O reforço da eficácia e da eficiência da governança e da ação no domínio do clima irá operacionalizar o quadro de transparência reforçada e, assim, ajudar o país a cumprir os seus compromissos internacionais em matéria de clima.

No âmbito do PIC DCE, é de destacar os dois outros programas de apoio que receberam fundos do FCE tendo em conta das suas atividades em favor do clima.

O “Programa de Apoio à Transição Energética” de 12,6 milhões EUR alinha-se com o PDSE e tem como objetivo a longo prazo o acesso universal a energia limpa e a preços acessíveis. O programa prevê transformar a forma como a energia é produzida e consumida, promovendo simultaneamente a coesão e a inclusão social, bem como a competitividade económica. Especificamente, o programa:

1. Promove a microgeração de eletricidade a partir de fontes renováveis.
2. Facilita um aumento da percentagem de energias renováveis na matriz elétrica.
3. Contribui para melhorar a eficiência energética (em termos de consumo de energia nos setores residencial e não residencial e em termos de perdas).
4. Reforça a governança do setor.

O valor total do programa conta com 5 milhões EUR do FCE e 7 milhões EUR do Fundo da Cooperação do Luxemburgo e 0.6 milhão EUR de contribuição nacional do Cabo Verde (5 % do montante total).

O Programa de apoio ao setor de “Água e Saneamento” visa a consolidação das ações empreendidas durante os anteriores PIC, especialmente na Brava e no Maio, além do desenvolvimento de novas atividades nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau. Estas são as ilhas onde a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento é ainda realizada diretamente pelos municípios e onde, conseqüentemente, a reforma e a profissionalização dos serviços não tinham sido implementadas. A intervenção desenvolve ações no sentido de contribuir significativamente para mudar e aumentar a sustentabilidade do setor da água e saneamento, e em particular para aumentar a disponibilidade de água para consumo humano, através da redução dos custos de produção e distribuição, visando assegurar, simultaneamente, a redução dos efeitos ambientais negativos e o impacto nos ecossistemas marinhos, bem como a melhoria da eficiência operacional e comercial do setor. Finalmente, o programa continua a reforçar a capacidade das instituições do setor, quer através de formação ou da modernização institucional, organizacional e regulamentar. O valor total inicial do programa aumentou a fim de integrar a Unidade de Dessalinização 100 % solar na ilha da Brava. O valor total do programa de 17,8 milhões EUR conta com 2 milhões EUR do FCE, e 0,6 milhões EUR de contribuição nacional de Cabo Verde. O saldo provém da cooperação bilateral.

2.4.10 InfraCo Africa

A [InfraCo Africa](#) é uma empresa privada que gere fundos de vários governos e que os usa para investir nas fases iniciais dos projetos, fornecendo capital, experiência e conhecimento para desenvolver projetos de infraestrutura na África Subsaariana. A empresa procura criar oportunidades viáveis de investimento em infraestruturas que equilibrem os interesses dos governos anfitriões, do setor privado nacional e internacional, bem como os provedores de financiamento. A InfraCo Africa atua como entidade que desenvolve o projeto ou como coinvestidora, assumindo grande parte dos custos iniciais e riscos do desenvolvimento do estágio inicial, reduzindo assim os custos de entrada de investidores em infraestrutura do setor privado e operadores de projetos.

No setor da energia, a Cabeólica é uma PPP estabelecida em 2008 entre a Infraco Limited, uma empresa privada de desenvolvimento de infraestruturas financiadas por fundos de alguns países da União Europeia (UE), o Governo de Cabo Verde, através do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, e a Electra, SARL. A PPP tinha como objetivos o desenvolvimento, financiamento, construção, propriedade e operação de quatro parques eólicos em Cabo Verde, com uma capacidade total instalada de 25,5 megawatts (MW), distribuídos pelas ilhas de Santiago (9,35 MW), São Vicente (5,95 MW), Sal (7,65 MW) e Boa Vista (2,55 MW). Em 2016, tirando partido de um período operacional positivo, a InfraCo Africa vendeu a sua participação remanescente na Cabeólica ao setor privado, de modo a poder reinvestir os fundos em novos projetos.

O financiamento foi concedido pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), pelo BAD, pela Africa Finance Corporation e pelo Finnfund.

2.4.11 Mecanismo de Ação de Mitigação

O MAF, anteriormente conhecido como Mecanismo NAMA (*Nationally Appropriate Mitigation Action*), foi fundado conjuntamente pela Alemanha e pelo Reino Unido. Posteriormente, a Dinamarca e a UE juntaram-se ao programa como novos doadores. A partir de 2023, o MAF, centra-se na promoção da descarbonização e mais especificamente em três setores prioritários - energia, transportes e indústria - mas estão abertos a projetos intersectoriais ligados a um dos setores prioritários.

Este mecanismo não exige que a entidade seja acreditada, mas as entidades de execução estão sujeitas a uma verificação da sua capacidade setorial e análise de procedimentos que demonstrem a sua aptidão para atuar como entidade de execução.

Um concurso para entregar as propostas de conceito de projeto é lançado anualmente. O processo decorre em duas fases desde 2023. A primeira visa selecionar os projetos mais promissores e viáveis com o potencial elevado de mitigação a fim de contribuir para a descarbonização do país como definido pelo NDC. A proposta detalhada será entregue durante a segunda fase depois de ter sido pré-selecionada.

Cabo Verde utilizou este fundo para o projeto de ["Promoção da Mobilidade Elétrica em Cabo Verde \(ProMEC\)"](#) com um financiamento de 7,1 milhões EUR implementado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH* (GIZ) em parceria com o Ministério da Indústria, Comércio e Energia (MICE) e o Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI) para o período 2020-2025. O projeto está a apoiar o governo no desenvolvimento e implementação da sua estratégia para a promoção de VE, a fim de alcançar uma quota de mercado significativa das compras totais de veículos. Até ao final do projeto, pretende-se que 4,3 % dos veículos ligeiros recentemente matriculados e 10 % das novas aquisições de veículos da administração pública sejam elétricos. O projeto prevê igualmente apoio e incentivos para a aquisição de 600 veículos elétricos, a instalação de uma rede de 40 estações de carregamento de VE comerciais e 55 privadas e a execução de cinco projetos de demonstração de autocarros elétricos. Em contrapartida, espera-se que o projeto mobilize a volta de 12 milhões EUR do setor privado nacional.

2.4.12 Millennium Challenge Corporation

A *Millennium Challenge Corporation* (MCC) já apoiou Cabo Verde anteriormente através de dois compactos no valor de 174 milhões USD e em dezembro de 2023 selecionou Cabo Verde como elegível para desenvolver mais um compacto regional e em outubro de 2024 foi assinado um acordo de subvenção no valor de 5,643 milhões USD para financiar estudos técnicos e custos administrativos associados ao desenvolvimento do Compacto Regional de Cabo Verde, que se espera venha a focar-se na resiliência dos setores digital e dos transportes.

2.4.13 NDC Partnership e Partnership Action Fund

O *NDC Partnership* baseia-se no princípio da ação coletiva e visa facilitar a colaboração entre os governos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, as instituições internacionais e os intervenientes não estatais para prestar um apoio rápido e adequado com base nas prioridades

identificadas pelos governos: assistência técnica, conhecimentos especializados e financiamento para a ação climática. Ele reúne mais de 200 países membros, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, e mais de 80 instituições (internacionais e não governamentais).

Ao aderir no início de 2024, Cabo Verde, como membro institucional, está em condições de aceder:

1. Aos apoios existente, através dos países membros nomeadamente para a revisão da NDC, a revisão ou melhoria da LT-LEDS, a iniciativa dos conselheiros económicos.
2. Ao mecanismo de financiamento concebido para completar o apoio direto dos membros com o Fundo de Ação de Parceria (PAF).
3. Aos produtos e ferramentas de conhecimento partilhados.
4. Às atualizações regulares sobre a ação da *NDC Partnership* e oportunidades de participar em atividades a nível mundial, regional e nacional.

Cabo Verde está a analisar/discutir com o *NDC Partnership* para beneficiar de apoio no âmbito da revisão/preparação do seu NDC que apresentará em 2025.

2.4.14 Obrigações

Cabo Verde quer ser pioneiro no mercado de [obrigações verdes e azuis](#) em África. O país deu passos significativos nos últimos anos para promover o financiamento sustentável e investir em projetos de energias renováveis, ou de economia azul.

A bolsa de valores de Cabo Verde oferece 4 tipos de produtos sustentáveis: (i) títulos Azuis (Blue Bonds), (ii) títulos Verdes (Green Bonds), (iii) títulos Sociais (Social Bonds), e (iv) Obrigações Sustentáveis.

Isto é uma demonstração que o setor privado tem um potencial muito forte no financiamento da ação climática e que este já começou a ser explorado em Cabo Verde.

Destacam-se dois tipos de obrigações – as azuis e as verdes.

2.4.14.1 Blue Bonds

Cabo Verde lançou os títulos azuis na plataforma de financiamento sustentável Blu-X com o apoio do PNUD. Blu-X é uma plataforma regional de listagem e negociação de instrumentos financeiros sustentáveis e inclusivos orientados para a economia sustentável. Tem como objetivo facilitar os investimentos em instrumentos financeiros públicos e privados orientados para capitalizar projetos inovadores focados na economia sustentável, com particular destaque para a economia azul bem como desbloquear financiamento para intervenções de alto crescimento e alto impacto e apoiar a integração de Cabo Verde nos mercados regionais e internacionais.

O *internacional investment bank S.A* (iibCV), alcançou um feito inédito ao tornar-se na primeira instituição financeira africana a listar um ativo sustentável numa das bolsas de valores mais relevantes a nível mundial, a Bolsa de Valores Sustentável do Luxemburgo (LuxSE - *Luxemburgo Stock Exchange*).

A *Blue Bond* foi listada na LuxSE em novembro 2023, em Luxemburgo, com sua apresentação de seguida em Cabo Verde. Esta primeira listagem dupla (*Dual Listing*) torna-se num marco

histórico para Cabo Verde, colocando o país no mapa internacional, como uma referência na promoção da sustentabilidade dos oceanos. Esta listagem na LuxSE não apenas coloca o iibCV como a primeira entidade cabo-verdiana a listar um ativo sustentável numa Bolsa Internacional, mas também reforça o compromisso contínuo do iibCV com a sustentabilidade dos oceanos e a sua capacidade de atrair investidores comprometidos com causas ambientais e sociais.

2.4.14.2 *Green Bonds*

A Águas de Ponta Preta, uma empresa de abastecimento de água, emitiu o primeiro título verde em Cabo Verde em agosto de 2023. Os fundos foram utilizados para financiar uma central solar fotovoltaica de 5 MW na ilha de São Vicente.

O iibCV, em parceria com o PNUD e o Joint Fund, lançou em 2023, através da Bolsa de Valores de Cabo Verde, uma Oferta Pública de Subscrição e Admissão à cotação das Obrigações Verdes iib designadas como “iib Renewable and Energy-Efficiency Green Bond Série E – 3,5 % 2023 – 2026”. Estas obrigações representam um empréstimo do iibCV no montante global inicial de 400 milhões CVE (escudos). Além de financiar a atividade do iibCV e de complementar sua política de sustentabilidade, esta oferta pública tinha uma remuneração adicional de 0,5 % ao ano sobre o montante total subscrito, destinada ao Hospital Universitário Agostinho Neto na Praia, para financiar o desenvolvimento de projetos relacionados com a geração de energia renovável, eficiência energética, redução da poluição, gestão da água e resíduos, na área da Economia Verde.

2.4.15 Portugal e o FCA como veículo de troca de dívida

Portugal e Cabo Verde assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) em 2023 para uma troca de dívida bilateral a favor do clima que cobre o período 2023-2025. O MoU prevê a assinatura de um acordo entre Portugal e Cabo Verde que reconverte uma parte da dívida, 12 milhões EUR a pagar pelo Cabo Verde, em investimentos climáticos no seu benefício.

No final de janeiro de 2025, com a segunda adenda ao MoU, o programa de conversão de dívida pública em investimento verde foi alargado até 2030, o que permitirá elevar a participação portuguesa no FCA de Cabo Verde para mais de 42,5 milhões EUR. Este financiamento climático destina-se a projetos estruturantes que transformam as obrigações financeiras em oportunidades de crescimento sustentável.

Para progredir com este processo, os países acordaram quais serão os setores e os projetos que beneficiarão deste financiamento climático (os 12 milhões EUR iniciais). O primeiro projeto de troca de dívida entre Cabo Verde e Portugal é um projeto de energia renováveis com dois componentes: uma central fotovoltaica adicional e renovada na ilha de Santiago e instalação de centrais fotovoltaicas associadas à produção e distribuição de água.

Ao mesmo tempo, Cabo Verde está a criar um veículo financeiro para receber estes fundos, neste caso o FCA, que também está integrado no QGC. As várias etapas necessárias para a criação deste tipo de operação estão a decorrer em simultâneo, mas de forma coordenada.

Esta primeira operação representa um passo importante para Cabo Verde e deverá ajudar a posicionar o país como tendo condições para realizar este tipo de exercício e para negociar financiamentos climáticos adicionais. Isso exige também o desenvolvimento de indicadores e metas a atingir, não só em termos de mudanças climáticas, e que Cabo Verde esteja inserido num processo robusto e possa aprender e replicar este tipo de operação.

2.4.16 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD

O projeto desenvolvido pela UNCTAD visa melhorar o acesso dos SIDS beneficiários (Cabo Verde, Comoros, Barbados e São Vicente e as Granadinas) à assistência técnica externa e reforçar a sua capacidade de gestão financeira do desenvolvimento, bem como melhorar a informação e a divulgação sobre a sustentabilidade da dívida no contexto dos ODS, incluindo os ODS ligados ao clima.

2.4.17 União Europeia – UE

A UE apoia o Governo de Cabo Verde nos domínios das energias renováveis, dos transportes sustentáveis e da conectividade digital, num montante de até 300 milhões EUR, no âmbito do “Global Gateway” que tem por fim de apoiar a enfrentar os desafios mais prementes do mundo, entre os quais a luta contra as mudanças climáticas mundiais.

A UE e o Banco Europeu de Investimento (BEI) juntam os seus recursos para conceder uma subvenção e um crédito-quadro para reforçar o mercado da energia em Cabo Verde. A primeira fase centrar-se-á no desenvolvimento de uma instalação de armazenamento reversível, comumente referido como *‘pump and storage’*, e de outros elementos essenciais para otimizar a utilização da energia. A UE concederá uma subvenção de 29 milhões EUR, combinada com um empréstimo soberano de 120 milhões EUR do BEI, para garantir a sustentabilidade energética do país. O BEI concede a Cabo Verde um empréstimo de 22 milhões EUR para apoiar o projeto de ampliação do parque eólico da Cabeólica, que acrescentará 13 MW de energia limpa e renovável à rede elétrica do país. A ampliação inclui a instalação de duas turbinas eólicas de 5 MW e um sistema de armazenamento de energia de 5 MW, reforçando o compromisso de Cabo Verde com a energia verde (atingir 50 % de fontes de energia renováveis até 2030). A Cabeólica é uma PPP apoiada pela *Team Europe*, pelo Governo de Cabo Verde e pelo setor privado local.

Relativamente à modernização das infraestruturas portuárias de Cabo Verde, o pacote inclui uma subvenção de 25 milhões EUR combinada com um empréstimo do BEI até 120 milhões EUR. Desde a expansão do Porto Grande, em São Vicente, até ao fornecimento de energia elétrica em terra ao terminal de cruzeiros do Mindelo, o empréstimo apoiará os transportes sustentáveis, o desenvolvimento de uma economia azul, o reforço da conectividade e a dinamização do comércio em Cabo Verde.

A implementação da Internet de alta velocidade com fim de estabelecer ligações à Internet acessíveis e económicas em todo o país, apoia a ambição de Cabo Verde de se tornar um centro digital na região. Prevê-se a instalação do novo cabo “Equiano” para assegurar uma ligação com Europa e a África ocidental, através de um empréstimo de 37 milhões EUR do BEI à CV Telecom.

Para além disso, a EU apoia o Pacto Global de Autarcas para o Clima e a Energia (GCoM) que é a maior aliança global para a liderança climática das cidades, unindo uma coligação global de mais de 13 000 cidades e governos locais. As cidades e os parceiros do GCoM partilham uma visão de longo prazo de apoio à ação voluntária para combater as mudanças climáticas rumo para uma sociedade resiliente e de baixas emissões. A *Invest4Cities*, *Data4Cities*,

e *Innovate4Cities* são iniciativas do GCoM para apoiar a ação climática local nos territórios membros da sua rede.

A iniciativa CoM SSA apoia as cidades signatárias a alcançarem suas metas de mudança climática e acesso à energia sustentável, fornecendo apoio prático, assistência técnica e acesso a parcerias. O foco está na troca de conhecimento e melhores práticas em relação à ação climática, e assim facilitar a colaboração entre municípios, permitir que compartilhem experiências, recursos e soluções inovadores. O apoio à iniciativa CoM SSA nas suas fases iniciais foi fundamental para o estabelecimento de uma rede de mais de 300 cidades e para a formação de um grupo pioneiro de cidades signatárias. A partir do ano 2019, a iniciativa CoM SSA entra com novos parceiros, e é cofinanciada pela *Team Europe* com a UE, o Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ em alemão) e a AECID, e é implementada pelo AECID, o grupo Grupo Agence Française de Développement (AFD), e a GIZ.

Os sete primeiros municípios de Cabo Verde a aderir ao Pacto de Autarcas²⁵, que os colocam em posição de beneficiar de apoio, são Praia (signatário em 2018), Ribeira Grande de Santiago/Cidade Velha (2019), Ribeira Grande de Santo Antão e Boa Vista (2023) e Mosteiros, Brava e Ribeira Brava de São Nicolau (2024). Estes governos locais comprometeram-se a traduzir a sua ambição política em ações concretas através da elaboração e aplicação de um Plano de Ação para o Acesso à Energia Sustentável e o Clima (PLAC – Plano Local de Ação Climática).



Cidade Velha – Ilha de Santiago

2.5

Complexidade da arquitetura financeira

A [Figura 6](#) ilustra a complexidade do sistema financeiro climático.

Este sistema conta com uma grande diversidade de fontes de financiamento a nível supranacional, nacional e subnacional, de mecanismos multilaterais e vários fundos destinados ao clima, de acordo com a escala da tarefa. A nota indica que o “*esquema é indicativo dos fluxos de financiamento público do clima e não abrange todo o financiamento do clima*”.

A [Figura 6](#) refere-se ao financiamento global e não é específico de Cabo Verde. O ponto de partida é o financiamento dos vários doadores, principalmente países ou agrupamentos como a UE. A primeira linha inclui o financiamento destes doadores que é implementado através das suas agências de cooperação, ou através de fundos ou iniciativas específicas dedicadas ao clima. Vários dos países contribuintes presentes em Cabo Verde não são aqui mencionados, incluindo Hungria, Portugal e o Grão-Ducado do Luxemburgo²⁶.

Os países também contribuem para uma série de instituições multilaterais, fundos regionais e outros. Alguns destes mecanismos ou fundos foram criados no âmbito da UNFCCC, incluindo o GCF, o Fundo de Adaptação (AF), o GEF, que serve de secretariado para o AF, o Fundo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCF) e o SCCF.

A [Figura 6](#) não menciona todos os apoios ou financiamentos que se destinam a fornecer recursos ao nível local (municipal para Cabo Verde). Com o desenvolvimento de PLAC, assiste-se ao reforço dos municípios para conseguir apoio e financiamento específico no âmbito da ação climática. Os fundos ou parceiros com vocação local identificados são os seguintes:

- Programa de Adaptação de Agricultura de Pequena Escala (ASAP).
- Fundo africano para as Mudanças Climáticas (ACCF).
- Fundo francês para o Meio Ambiente Global (FFEM).
- Fundo de Ação de Parceria (PAF) da NDC Partnership.
- Fundo Subnacional para o Clima (SCF).
- Fundo para a lacuna de financiamento climático da cidade (Fundo Gap).
- Programa de Ações Transformativas (TAP) do Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) que é a rede mundial de governos locais e regionais empenhados no desenvolvimento sustentável.
- Acelerador de Inovação Climática do Fundo de Adaptação (AFCIA).
- ONGs ativas em Cabo Verde e com acesso a financiamento climático.

Neste panorama já complexo, estão a surgir novos fundos e iniciativas. Estes respondem a necessidades específicas ou permitem mobilizar recursos adicionais ou parceiros novos. São normalmente anunciadas nas COP para lhes dar mais visibilidade. Tal foi o caso do fundo para “Perdas e Danos” (ver [p.36](#)) que registou progressos na COP 27 e 28.

²⁶ Se o Luxemburgo aparecesse neste diagrama, seria mencionado como um país doador, com a LuxDev como agência de execução e com o Fundo para o Clima e a Energia do Luxemburgo (FCE). O FCE financia projetos específicos, mas também abastece o GCF.

Um exemplo mais recente é a criação de um fundo destinado a mobilizar financiamento público-privado com objetivo de ser apresentado na COP 29, em Baku, dirigido a países em desenvolvimento, mas também aos SIDS. Informação adicional segue na Caixa 2.

CAIXA 2 – SURGIMENTO DE NOVOS MECANISMOS CLIMÁTICOS NUM SISTEMA FINANCEIRO DINÂMICO

Como referido acima, o sistema financeiro climático é complexo e dinâmico. Novos mecanismos e instrumentos entram no palco climático internacional rapidamente e tentam mobilizar financiamento importante de forma eficaz e eficiente.

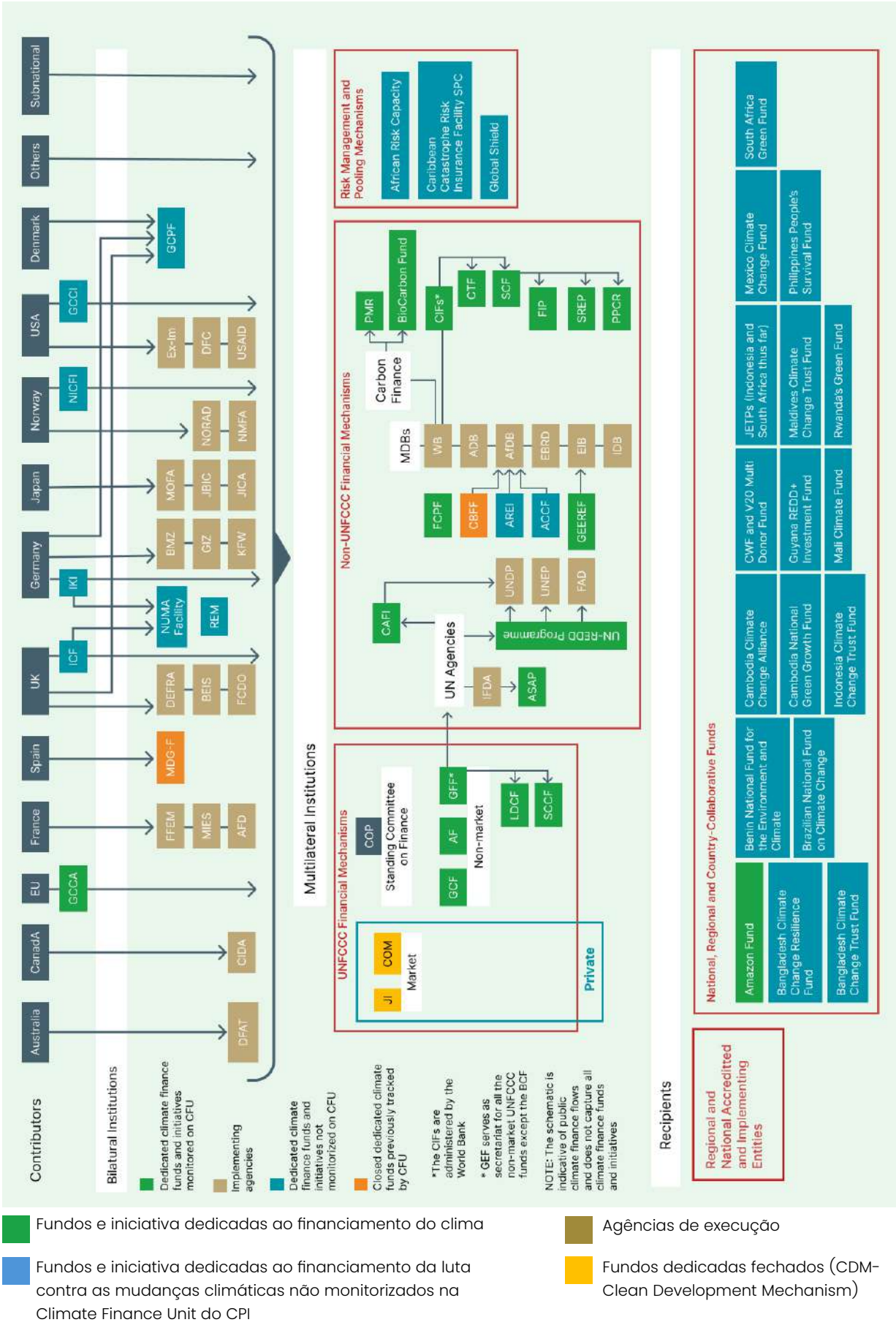
Neste sentido, Azerbaijão, país anfitrião da COP29, anunciou em julho de 2024 a criação do Fundo de Ação para o Financiamento Climático (CFAF – Climate Finance Action Fund) para o investimento na ação climática em PMD. O CFAF, com sede em Baku, no Azerbaijão, será gerido por um conselho de administração que representa os contribuintes, sendo as decisões tomadas coletivamente pelos acionistas.²⁷ O seu objetivo inicial é angariar mil milhões USD, principalmente através de contribuições anuais de países e empresas produtores de combustíveis fósseis. O fundo visa financiar projetos climáticos nos países em desenvolvimento, centrando-se na concretização da próxima geração de NDC, na resposta a catástrofes naturais e na promoção da resiliência climática. Catalisará o investimento público-privado ao mobilizar o setor privado e a redução do risco de investimento em energias limpas, eficiência energética e tecnologias inovadoras, com especial incidência nas energias renováveis e na segurança alimentar. O fundo incluirá igualmente mecanismos especiais de apoio em condições favoráveis e sob a forma de subvenções para fazer face rapidamente às consequências das catástrofes naturais nos países em desenvolvimento que delas necessitem.²⁸

Um mecanismo especial de financiamento de resposta rápida (2R2F) afetará 20 % das receitas do fundo à ajuda imediata em caso de catástrofe nos SIDS, nos PMD e nas comunidades vulneráveis. As contribuições são voluntárias e não é proposto qualquer mecanismo para obrigar os países e as empresas mais responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa a contribuir para o mesmo²⁹. O fundo não investirá em combustíveis fósseis. Todos os lucros gerados pelos projetos serão reinvestidos no fundo para futuras ações climáticas.

27 DW. (2024, July 20). *Azerbaijan unveils COP29 agenda amid financial deadlock*. DW. <https://www.dw.com/en/azerbaijan-unveils-cop29-agenda-amid-financial-deadlock/a-70241019>

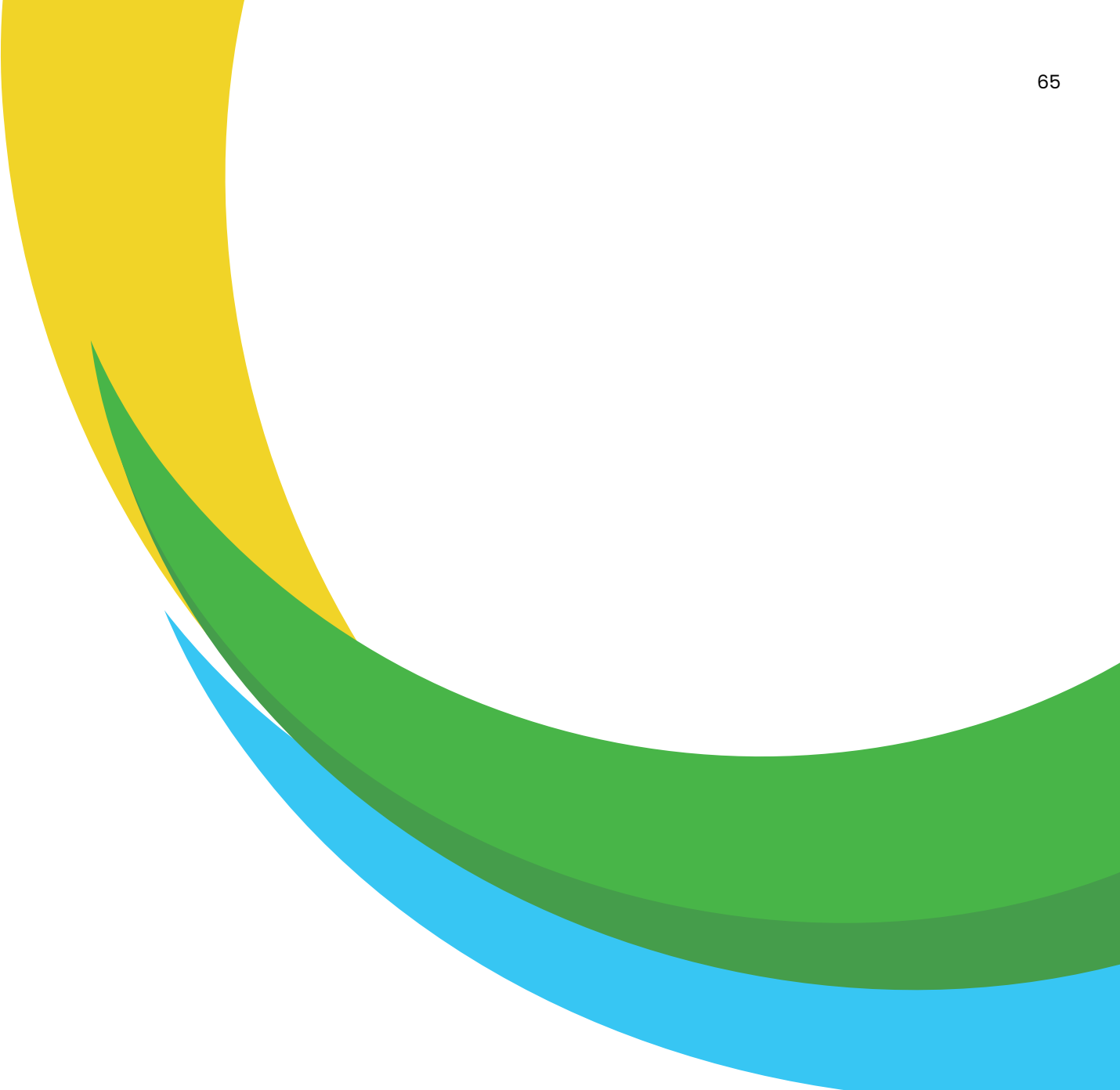
28 COP29 Azerbaijan. (2024, July 18). *Azerbaijan launches Climate Finance Action Fund in package of initiatives for COP29*. COP29 Azerbaijan. <https://cop29.az/en/news/azerbaijan-launches-climate-finance-action-fund-in-package-of-initiatives-for-cop29>

29 The Guardian. (2024, July 20). *COP29 host Azerbaijan seeks \$1bn from fossil fuel producers for climate fund*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/article/2024/jul/20/cop29-host-azerbaijan-seeks-1bn-from-fossil-fuel-producers-for-climate-fund>



Fonte: The Global Climate Finance Architecture (ODI, 2023)

Figura 6: Sistema financeiro climático



03.

Tendências do setor

3.1

Desenvolvimentos recentes e constatações

O [financiamento climático](#) cresceu nos últimos anos e atingiu 1,3 mil milhões USD em média anual no período 2021/2022 em comparação com 653 mil milhões USD no período de 2019/2020.

O [financiamento de mitigação](#) totalizou 1,15 mil milhões USD em 2021/2022, sendo responsável pela maior parte do crescimento do financiamento climático.

Geograficamente, a maior parte da mobilização do financiamento da luta contra as mudanças climáticas continua concentrado nas economias desenvolvidas, principalmente a partir de fontes privadas. No entanto, o crescimento global não é suficiente nem coerente em todos os setores e regiões. O crescimento deve-se principalmente ao investimento no setor das energias limpas num pequeno número de regiões geográficas: 90 % do investimento total provém da China, Estados Unidos da América, Europa, Brasil, Japão e Índia.

O financiamento climático a nível global é também desigual entre setores, tanto para os esforços de mitigação como de adaptação. Os setores das energias renováveis e dos transportes, onde o financiamento privado domina, continuam a atrair a maioria dos fluxos respetivamente 44 % e 29 % do financiamento total da mitigação. Verificou-se um crescimento exponencial na venda de VE. As tecnologias emergentes, como o armazenamento de eletricidade em baterias e o hidrogénio, estão a começar a atrair o financiamento privado graças à queda dos custos de produção, ao aumento do consumo e ao apoio político. No entanto, ainda estão longe da sua escala potencial e desejável.

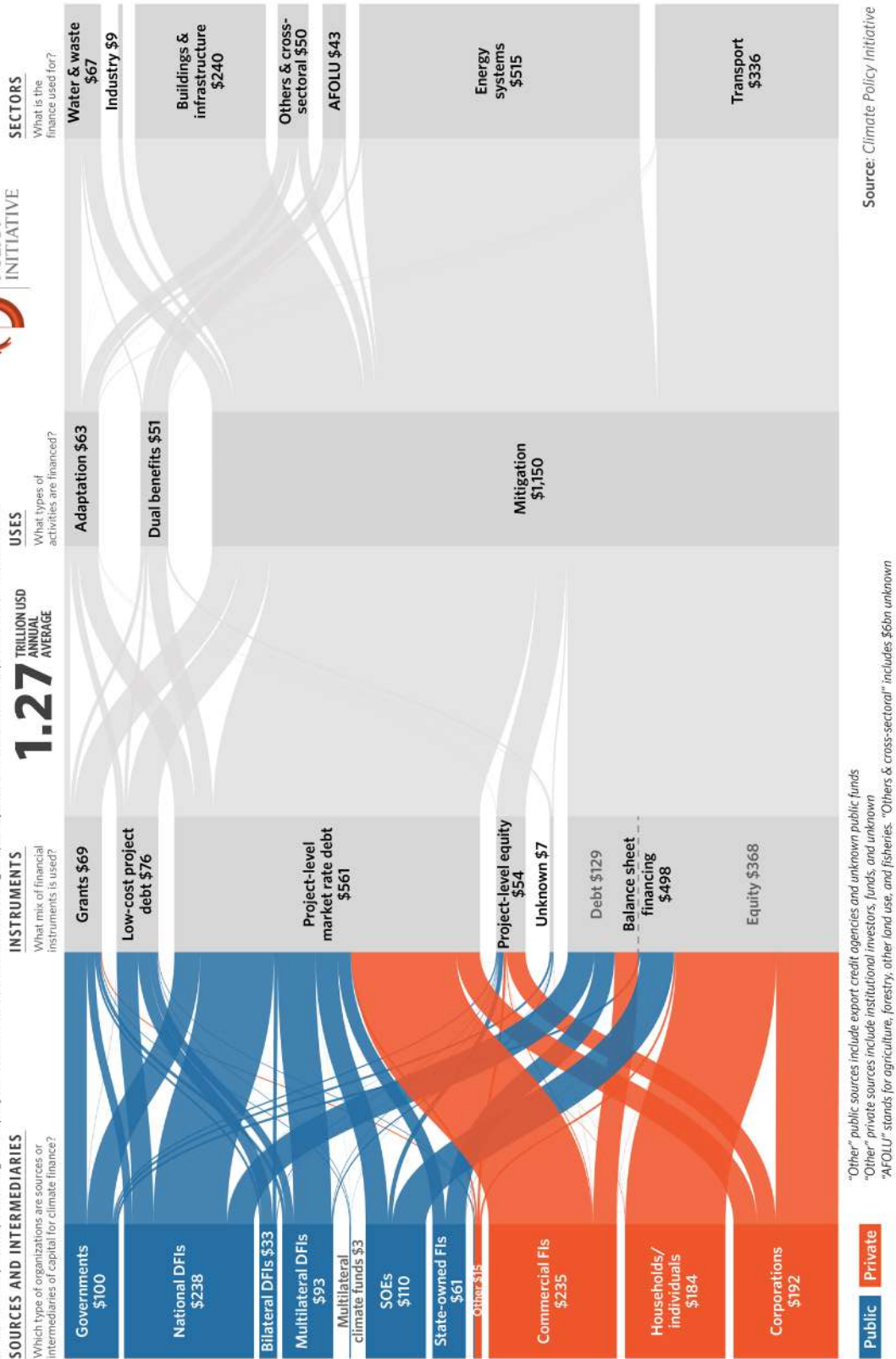
Relativamente às fontes de mobilização de recursos financeiros, o financiamento privado está a aumentar, mas não ao ritmo e à escala necessários. Os atores privados forneceram 49 % do total do financiamento climático (625 mil milhões USD 2021/2022). Tal como acontece com a mobilização de fontes de financiamento nacionais, as economias desenvolvidas são mais bem-sucedidas na mobilização de financiamento privado do que os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento (EMDE). As instituições de financiamento do desenvolvimento continuam a fornecer a maior parte do financiamento público, canalizando 57 % de todo o financiamento público. No entanto, mais de 17 % dos financiamentos públicos destinados ao PMD estão sob a forma de crédito, aumentando os seus já substanciais encargos com a dívida. Neste contexto, é imperativo dar uma ênfase renovada à utilização estratégica dos fundos públicos e de outros financiamentos concessionais para mobilizar significativamente mais capital privado. O maior crescimento do setor privado veio das despesas das famílias, correspondendo a um terço do financiamento privado. Esse crescimento dos gastos das famílias foi apoiado por fortes políticas fiscais domésticas para apoiar a adoção de tecnologias de baixo carbono, principalmente devido à venda de VE.

Entretanto, a arquitetura financeira continua a ser complexa, com muitos fundos dedicados ao clima e uma grande variedade de fluxos de financiamento climático de acordo com a dimensão da tarefa.

Figure ES1: Global climate finance flows in 2021/2022

LANDSCAPE OF CLIMATE FINANCE IN 2021/2022

Global climate finance flows along their life cycle in 2021 and 2022. Values are averages of two years' data to smooth out fluctuations, in USD billions.



Source: Climate Policy Initiative

Figura 7: Fluxos globais do financiamento do clima

Os fluxos de financiamento climático estão apresentados na [Figura 7](#). Este diagrama dá uma visão global dos fluxos financeiros direcionados para o clima, entre 2021 e 2022. Horizontalmente o gráfico faz uma distinção entre fundos públicos e privados. Verticalmente, aparecem quatro categorias de informação, da esquerda para a direita:

- (i) fontes e intermediários para o financiamento do clima
- (ii) instrumentos financeiros utilizados
- (iii) utilizações com o tipo de atividades financiadas e
- (iiii) os setores beneficiários.

Segundo a *Climate Policy Initiative* (CPI)³⁰, o financiamento do clima em África está muito aquém do necessário para implementar as NDC com 12 % das necessidades estimadas cobertas para o continente africano. A África Subsaariana é o maior beneficiário do financiamento internacional para a adaptação com 31 %, ou seja, 11 mil milhões USD em 2021-2022. O financiamento climático na África Subsaariana foi dominado por fluxos internacionais (92 %) em comparação com os fluxos nacionais em 2021-2022. No entanto, persiste um enorme défice de financiamento. De acordo com a mesma fonte, as necessidades de financiamento climático exigirão níveis de investimento significativamente mais elevados, especialmente por parte do setor privado. Os maiores entraves identificados são os elevados riscos reais e percebidos associados ao investimento (14 % dos fluxos totais em 2019/2020 - CPI) e a escassez de financiamento público.

Os obstáculos associados à complexidade do mercado financeiro, à governança, às características específicas dos projetos e às competências e infraestruturas necessárias têm, até à data, asfixiado o investimento privado nas soluções climáticas africanas. A relevância e a intensidade das diferentes barreiras dependem muito do contexto, diferindo em função da geografia, do setor e do subsetor.

O aproveitamento das oportunidades de investimento no clima em África exigirá inovação nas estruturas de financiamento e a utilização estratégica de capital público para “atrair” o investimento privado a níveis ainda não vistos.

3.2

Desafios e oportunidades para Cabo Verde

Do ponto de vista financeiro, desde que Cabo Verde deixou de ser um PMD, tem enfrentado um duplo desafio: (i) transitar para aceder a um conjunto mais diversificado e nem sempre concessional de fontes financeiras e (ii) recorrer aos recursos concessionais de uma forma mais direcionada e eficaz para desbloquear novos investimentos sustentáveis e reduzir as vulnerabilidades económicas e ambientais do país. O país precisa de aumentar progressivamente as fontes de capital privado e de recursos internos para financiar projetos de desenvolvimento, em particular os que envolvem investimentos à prova do clima, e às finanças sustentáveis.

A mobilização de novos recursos financeiros é, portanto, um grande desafio para Cabo Verde. A pressão é forte sobre as finanças públicas, limitadas por elevados níveis de dívida pública, que aumentou com a crise da COVID-19. Embora o rácio dívida pública/PIB permaneça numa trajetória descendente nos três últimos anos (2021-2023), as autoridades governamentais podem não ser capazes de mobilizar sozinhas os recursos e investimentos necessários para alcançar as ambições do país. Por conseguinte, uma solução consiste em identificar uma vasta gama de instrumentos financeiros que possam responder às necessidades identificadas de uma forma sistémica, centrando-se nas instituições, políticas e quadros de incentivos.

Ao mesmo tempo, com a evolução do panorama do financiamento para o desenvolvimento sustentável, Cabo Verde tem a oportunidade de mobilizar recursos internos e externos para financiar a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas. Existe muitos fundos com uma vertente para o clima, dirigidos a diferentes temas, setores, categorias de países, regiões, níveis descentralizados etc., e apresentam uma grande diversidade. No entanto, é de sublinhar que nem todos os instrumentos de mobilização de recursos são acessíveis a Cabo Verde, ou são inadequados tendo em conta as condições de acesso. As atividades relacionadas com as mudanças climáticas são financiadas através de canais bilaterais, regionais e multilaterais. Os tipos de financiamento da luta contra as mudanças climáticas disponíveis através destes canais variam entre subvenções e empréstimos em condições favoráveis, garantias e capitais privados. A arquitetura do financiamento do clima é complexa, com várias modalidades, objetivos e estruturas de governança.

O impacto das mudanças climáticas é um risco maior a médio prazo para o país e o seu setor financeiro. Sendo uma economia de um pequeno estado insular e bastante sensível aos efeitos das mudanças climáticas, o sistema financeiro de Cabo Verde é altamente vulnerável aos choques climáticos, mas também aos processos *slow-onset* ou de aparecimento lento. As autoridades procuram conciliar a necessidade de consolidação orçamental para reduzir os níveis de dívida com a necessidade de continuar a realizar despesas de capital para acelerar o investimento em ações climáticas, e procuram obter apoio dos parceiros para facilitar o acesso ao financiamento.

O setor financeiro de Cabo Verde evoluiu significativamente nas últimas duas décadas. Mais recentemente, o setor começou a empenhar-se na digitalização e no desenvolvimento de produtos financeiros inovadores, e estão a surgir outras oportunidades, tais como linhas de crédito específicas para determinados investimentos à prova do clima ligados às energias renováveis.

Cabo Verde pretende também explorar formas mais inovadoras de financiamento do clima e já deu os primeiros passos nesse sentido e tenciona continuar a explorá-los para aproveitar todas as oportunidades que surjam, mas sobretudo para garantir que essas oportunidades sejam adequadas ao tipo de projeto/atividade, diversificando as fontes. Para isso é necessário analisar as fontes de financiamento existentes, incluindo fundos públicos, privados e internacionais, mas também explorar novas fontes de financiamento, como parcerias público-privadas, obrigações verdes e azuis, [créditos carbono](#), e outros para procurar a melhor combinação entre as necessidades e as possíveis fontes. Para o efeito, será necessário utilizar vários critérios de forma a garantir que os pontos fortes de cada uma delas possam apoiar eficazmente a ação de Cabo Verde.

Alguns dos elementos que seguem podem ajudar Cabo Verde a ultrapassar as atuais barreiras ao acesso e devem ser explorados. Refere-se (i) ao acesso direto das entidades cabo-verdianas aos fundos internacionais para o clima de forma a garantir que entidades ou instituições nacionais ou subnacionais estejam em primeira linha e (ii) vários destes fundos dispõem de mecanismo de apoio a preparação de propostas com o financiamento dos estudos técnicos necessários para candidatar-se (estudos de impacto ambiental, estudos de género, estudos técnicos, entre outros). Dois exemplos de fundos com estas disposições são o GCF³¹ com o Mecanismo de Preparação de Projetos (PPF – Project Preparation Facility) e o MAF.

É importante salientar a relevância da adesão a grupos de reflexão/coligações que promovam a ação climática e que possam apoiar o país na preparação de estratégias voltadas para questões climática específicas. Um deles é a NDC Partnership para as questões de financiamento.

3.3

Financiamento para a ação climática existente em Cabo Verde

Cabo Verde utiliza diferentes fontes de financiamento internacional e nacional para assegurar o seu desenvolvimento em geral e, mais especificamente, para combater os efeitos adversos das mudanças climáticas, como indicado na [Tabela 8](#).

Tabela 8: Tipologia ligada ao financiamento	
CATEGORIA	MECANISMO
Financiamento Nacional	Tesouro / Fundos nacionais (receitas consignadas)
Financiamento Internacional	
Agências Bilaterais	Espanha, Portugal, Grão-Ducado do Luxemburgo, Japão, Alemanha, Canadá, União Europeia, Hungria
Fundos e Agências Multilaterais	Grupo do Banco Mundial: IDA e BIRD, Banco Africana de Desenvolvimento (BAD), ECOWAS Centre for Renewable Energy and Energy Efficiency – ECREEE (CEDEAO)
Fundos do CQNUMC/ UNFCCC	GEF, GEF- SGP (Small Grant program), GCF
Mecanismos financeiros fora da CQNUMC	PNUD, FAO, FIDA

Fonte: BUR

31 Para o período 2024–2027, o GCF terá disponível 1 milhão USD para apoio a EAD – entidade de acesso direto. Existe também o PPF acessível para todas EAD com um financiamento máximo de 1,5 milhões USD para cada candidatura.

Os financiamentos internacionais recebidos através da cooperação bilateral ou multilateral, ou os mecanismos mais utilizados e relatados entre 2016 e 2022, estão listados no BUR (ver lista no [Anexo H](#)).

O total atinge para este período um valor de 49,9 milhões USD. Deste valor, 80 % foram destinados a projetos de mitigação e 20 % para adaptação como indicado na [Figura 8](#). Os setores que receberam mais financiamento climático foram a energia, os transportes, a agricultura e os recursos hídricos.

Como ilustrado na [Figura 9](#), as subvenções representam, de longe, a maior parte do apoio climático (73 %), seguidas pelos empréstimos (21 %).

Repartição do Apoio Climático por tipo (2016-2022) em US\$

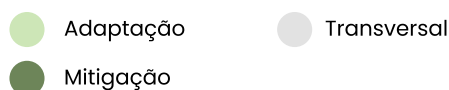
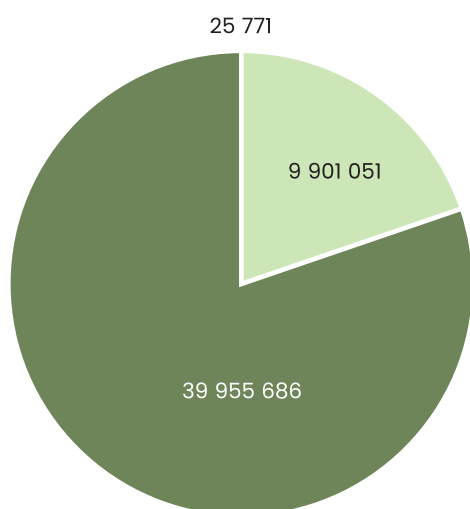


Figura 8: Repartição do apoio climático por tipo de medida

Repartição do Apoio Climático segundo a modalidade (2016-2022) em US\$

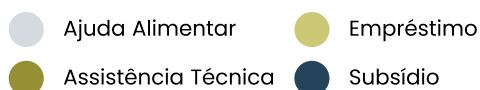
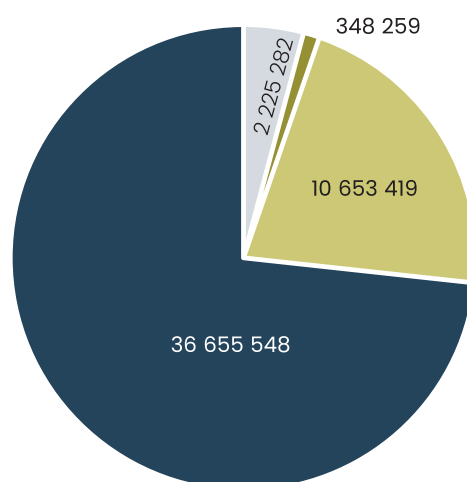


Figura 9: Repartição dos financiamentos internacionais por modalidade de financiamento

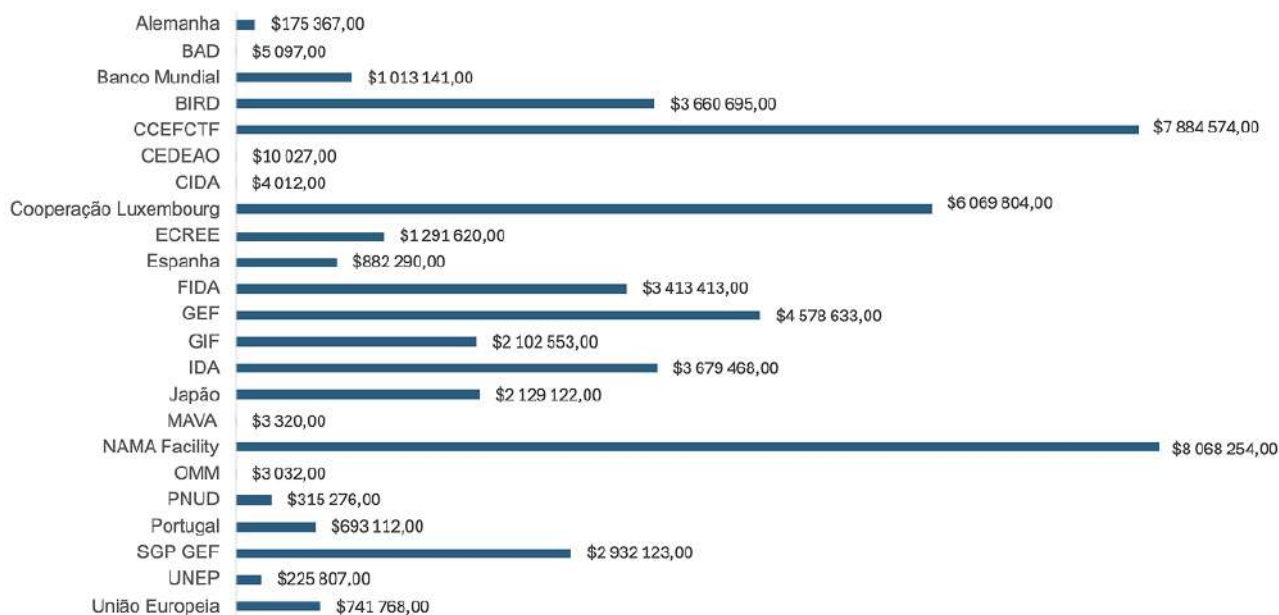
Repartição do Apoio Climático (US\$)/ Entidade de 2016-2022

Figura 10: Apoio Climático internacional por entidade doadora pelo período 2016-2022

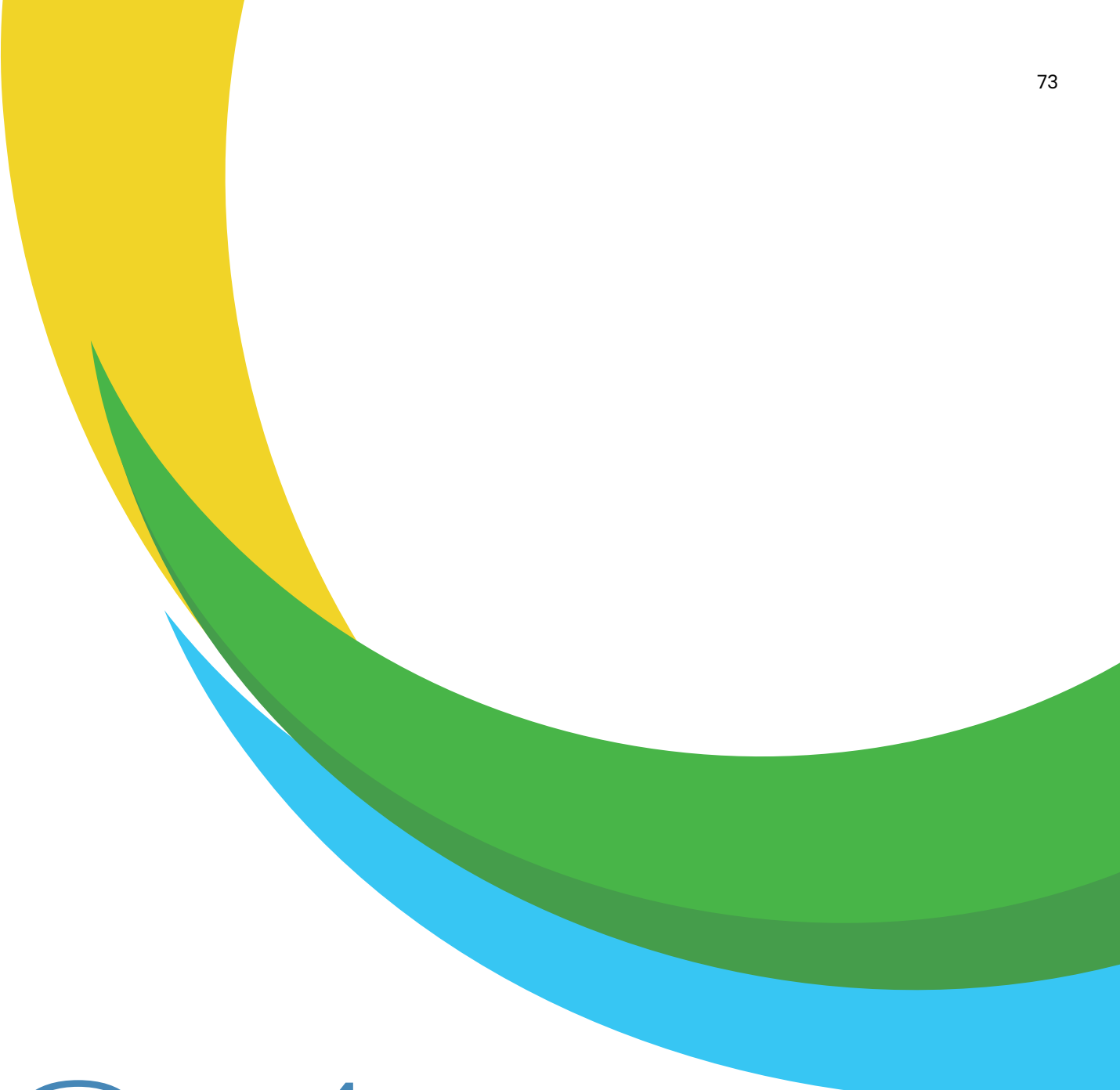
A [Figura 10](#) mostra quais os doadores que mais contribuíram para o apoio ao clima em Cabo Verde. Como já foi referido, várias entidades pertencem ao grupo do BM (IDA, BIRD e BM), que gere igualmente o fundo canadiano CCEFCTF. O BM aparece como a entidade com a disponibilização de fundos mais significativa para o período abrangido pelo relatório do BUR.

O aparecimento de novos doadores (Hungria, GCF) e a inovação financeira farão com que esta repartição se altera significativamente no próximo BTR.

Um outro parâmetro que modificará esta divisão provirá da contabilização do financiamento endógeno ao país e as contribuições privadas através das famílias e do setor privado, como equipamentos solares ou VE, e/ou a emissão de obrigações na bolsa dos valores.

O próximo relato dos apoios climáticos de Cabo Verde (BTR) exigirá uma análise pormenorizada do financiamento, a fim de evitar [dupla contagem de emissões](#).

Os projetos implementados em Cabo Verde preveem às vezes uma contribuição nacional como é o caso com os programas financiados pelo Grão-Ducado do Luxemburgo, o MAF, entre outros. Quando o projeto beneficia na sua totalidade de um financiamento climático, a contraparte disponibilizada pelo Governo de Cabo Verde deveria também estar registada como financiamento climático.



04.

Plano Estratégico de Mobilização de Apoio Climático – PEMAC

O primeiro subcapítulo do PEMAC (4.1) descreve a abordagem metodológica utilizada para definir o apoio necessário à implementação da NDC, do NAP e da LT-LEDS em Cabo Verde, garantindo, simultaneamente, o seu alinhamento com o PEDS e outras estratégias nacionais.

Conforme descrito no segundo subcapítulo (4.2), e envolvendo todas as partes interessadas, o exercício consistiu em identificar o caminho de mudança que o país pretende seguir para implementar com sucesso a sua política climática. Com base na ToC, que é constituída pelos resultados, produtos, atividades, barreiras a ultrapassar e pressupostos, bem como pelas ligações lógicas entre os vários níveis, foi elaborada a Teoria da Ação (ToA – *Theory of Action*). Esta é apresentada no terceiro subcapítulo (4.3). Esta última parte identifica também as entidades responsáveis e partes envolvidas para cada atividade, organizando-as sequencialmente de acordo com sua prioridade.

O capítulo 5, expõe as fontes de apoio e de financiamento para implementar a ToA. A identificação das fontes existentes de apoio climático a que o país recorre atualmente é apresentada no 2.3 e 2.4, proporcionando um melhor enquadramento para este exercício. Com base na situação existente, identifica-se as necessidades a satisfazer em termos de financiamento e de reforço das capacidades.

4.1

Abordagem metodológica

A abordagem para a elaboração do PEMAC baseia-se no desenvolvimento de uma ToC e de ToA para conhecer as necessidades de ação a fim de atingir o objetivo máximo da resiliência nacional até 2030. De facto, esta abordagem permitirá igualmente a identificação das necessidades de investimento, permitindo acionar os meios disponíveis para mobilizar os recursos necessários para consolidar a governança e a ação climáticas adequadas ao contexto cabo-verdiano a nível nacional e local.

A ToC tem duas componentes incluídas no conceito de “recursos”, ou seja, a mobilização de recursos financeiros (foco deste plano), e o reforço das capacidades dos atores e das partes interessadas. O exercício ToC iniciou-se em 2024 e foi conduzido de forma participativa. O desenvolvimento de estratégias de financiamento do clima implica também desenvolver planos de investimento nacionais, locais e setoriais da NDC e elaborar planos financeiros para os implementar. A ToA trata da questão do plano que tem de ser acompanhado de um orçamento e das opções de financiamento de acordo com as necessidades identificadas.

O planeamento do investimento é reconhecido como um processo dinâmico e iterativo, ajustado ao contexto, ambição e capacidade do país. Será necessário articular as etapas através das quais o planeamento e a mobilização do investimento podem progredir incluindo a sua monitorização.

1. PLANEAMENTO DO APOIO E DA CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO	→ 2. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE APOIO E DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES	→ 3. MOBILIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO
1.1 Forte capacidade institucional das entidades-chave do país (plano de formação dos atores e das partes interessadas,...)	2.1 Informação baseada nos instrumentos de política de desenvolvimento climático e compreender que provas/análises adicionais podem ser essenciais para formular os investimentos	3.1 Mapeamento das fontes de financiamento para investimentos prioritários (incluindo os financiamentos já utilizados, como os mais inovadores)
1.2 Conhecimento especializado e capacidade analítica	2.2 Efetuar ou utilizar as avaliações dos riscos e da vulnerabilidade às mudanças climáticas	3.2 Inventário dos projetos
1.3 Coordenação eficaz (quadro de governança climática)	2.3 Identificar os cenários de emissões do país para determinar o potencial de mitigação	3.3 Identificação de parceiros financeiros e estabelecimento de um plano de financiamento
1.4 Acordos de envolvimento das partes interessadas (mapeamento das partes interessadas, e dos acordos possíveis)	2.4 Utilizar ferramentas de priorização e seleção dos projetos para priorizar os investimentos versus necessidades	3.4 Consolidação do quadro, contexto e enquadramento favoráveis para redução dos riscos
1.5 Integração bem-sucedida das prioridades climáticas em processos mais amplos de planeamento do desenvolvimento e do investimento	2.5 Priorização das necessidades de investimento	

Figura 11: Descrição de metodologia do PEMAC

O PEMAC divide-se em três fases:

- (i) o planeamento do apoio da capacidade de mobilização
- (ii) a identificação das necessidades de apoio e definição de prioridades e
- (iii) a mobilização do financiamento.

Cada uma das fases identifica medidas específicas para o planeamento de mobilização ser bem-sucedido. Este é apresentado visualmente na [Figura 11](#). Alguns dos pontos destacados estão a ser objeto de estudo, em curso de elaboração, de validação e mesmo de implementação a nível nacional.

Estas etapas identificadas durante a abordagem metodológica são consideradas como essenciais no contexto da mobilização de recursos. Trata-se, por exemplo da/do:

- implementação do QGC, elemento para melhorar a coordenação e o conhecimento
- identificação do potencial de mitigação e adaptação do país para o qual a NDC, o NAP e a LT-LEDS fornecem vários cenários possíveis, bem como o potencial de cada setor
- utilização de ferramentas e guias, e do reforço das capacidades para os utilizar, como a [Análise Custo Benefício \(ACB\)](#), [Análise de Custo Efetividade \(ACE\)](#) e [Análise Multicritério \(AMC\)](#) para priorizar os investimentos versus necessidades, e
- mapeamento das fontes de financiamento capazes de responder aos investimentos prioritários.

**Mosteiros** – Ilha do Fogo

4.2

ToC: barreiras, ações, resultados e impacto

Em resposta ao déficit de apoio climático e às barreiras enfrentadas por Cabo Verde, as ações, resultados e impactos da mobilização de financiamento e das necessidades de capacitação para a implementação da política climática de Cabo Verde foram determinadas a partir de um exercício de ToC/ToA realizado com o envolvimento dos parceiros e de partes interessadas.

A ToC foi alinhada com as principais políticas nacionais, como a LT-LEDS CV, a NDC, o NAP e o PEDS II, e as estratégias e planos setoriais do país (energia, agricultura, saúde, economia azul, água e saneamento, turismo, etc.) (ver [2.1](#) p.26) para fornecer uma abordagem metodológica que permita a Cabo Verde desbloquear os fluxos de financiamento climático e desenvolver capacidade nacional e local para apoiar a construção de resiliência climática e o desenvolvimento de baixo carbono.

O país vem implementando várias ações para melhorar a ação climática em diversas áreas, nomeadamente:

- A aprovação do novo QGC, o desenvolvimento do sistema nacional de transparência climática.
- A criação de um plano de comunicação e da literacia climática.
- O desenvolvimento de abordagem para a medição de risco e vulnerabilidade climática, abordagem para a análise híbrida de custo-benefício de ações climáticas e o reforço da ação climática local através do desenvolvimento de PLAC e de procedimentos administrativos e financeiros para a implementação de mecanismos descentralizados de apoio à ação climática.
- Elaboração de um guia para ajudar os municípios de Cabo Verde a integrar aspetos das mudanças climáticas no PLAC e no Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS).

O Governo fez grandes esforços e envolveu-se consideravelmente e, tal como descrito no exercício participativo da ToC, foram diminuídas em parte as lacunas em matéria de coordenação, articulação e capacidade nos diversos níveis, central e local. No entanto, ainda persistem aspetos que limitam o impacto destas ações, constituindo barreiras relevantes para o processo de mobilização de recursos.

4.2.1 Da ToC para a declaração de objetivo (visão a longo prazo)

A partir da ToC para melhorar a capacidade de mobilização de recursos para a ação climática, definiu-se a seguinte declaração de objetivo a seguir:

SE Cabo Verde reforçar a coordenação das políticas e parcerias em matéria de ação climática, melhorar os sistemas de recolha de dados climáticos, promover o conhecimento das partes interessadas sobre o financiamento climático, investir em empregos verdes e azuis³² e reforçar a capacidade técnica **ENTÃO** Cabo Verde melhorará a sua capacidade de mobilizar apoio climático a partir de fontes multilaterais, bilaterais e privadas **PORQUE**, a nível central e local, Cabo Verde terá um conhecimento robusto e capacidade adaptativa, quadros de governança mais fortes e uma base técnica sólida para aceder ao financiamento climático e o utilizar de forma mais eficiente e eficaz na criação de resiliência climática e apoio ao desenvolvimento sustentável de baixo carbono.

É de realçar que a declaração de objetivo serve como a visão a longo prazo do país. Esta terminologia é comumente usada pelos doadores implicados no financiamento climático tal como GCF, MAF e o FMI. A [Figura 12](#) ilustra a ToC e integra a declaração de objetivo, resultados, produtos e barreiras para o apoio climático em Cabo Verde.

³² De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os empregos verdes são empregos dignos que contribuem para preservar ou restaurar o ambiente, quer em setores tradicionais como a indústria transformadora e a construção, quer em setores verdes novos e emergentes como as energias renováveis e a eficiência energética. Os empregos azuis são os empregos verdes nos setores da economia azul. Na sua essência, são empregos que contribuam para melhorar a eficiência energética e das matérias-primas, limitar as emissões de GEE, minimizar os resíduos e a poluição, proteger e restaurar os ecossistemas e apoiar a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

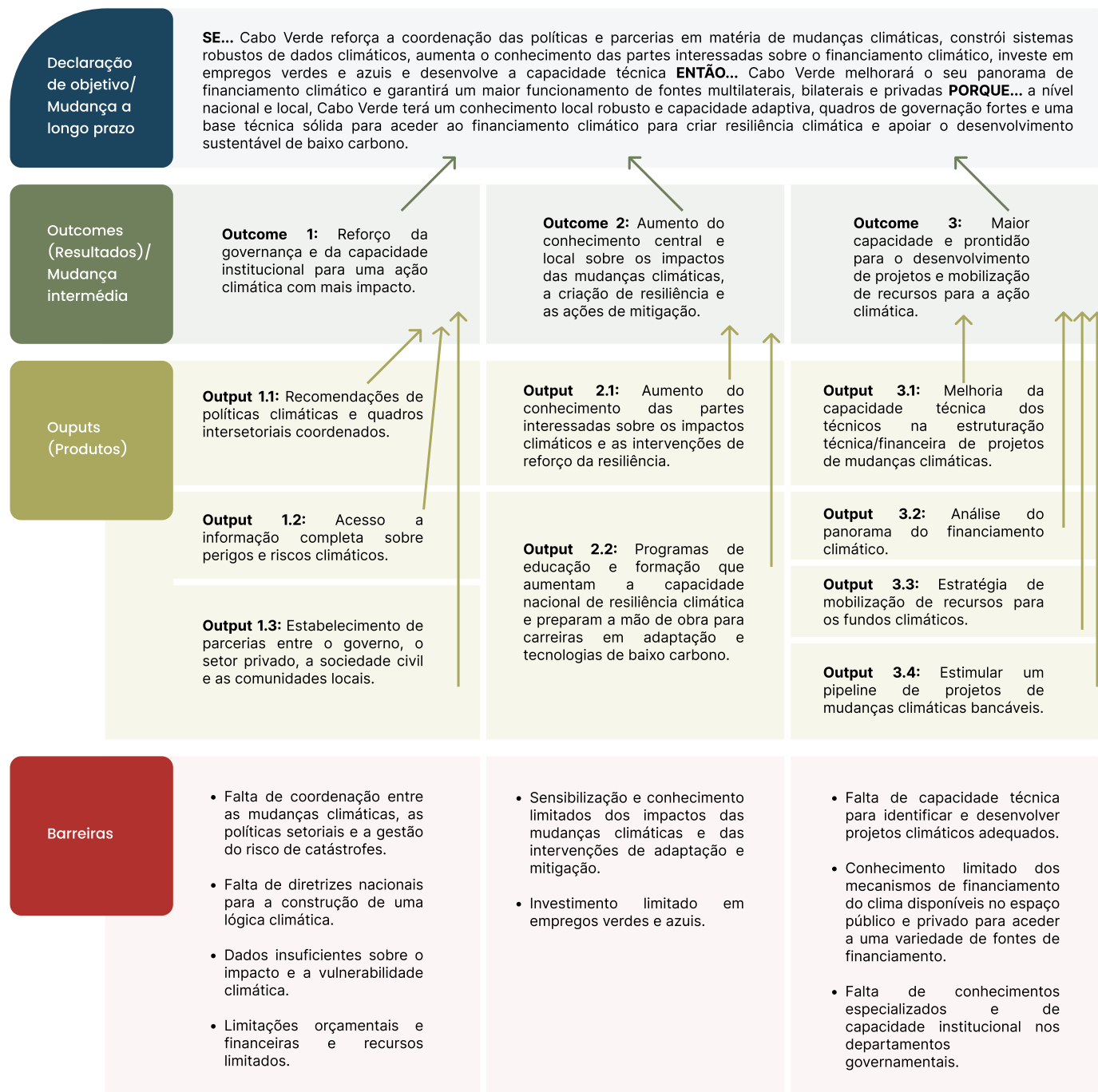


Figura 12: ToC para o apoio climático

4.2.2 Da declaração de objetivo para os resultados, produtos e atividades

A proposta ToC estabelece uma visão geral e lógica das atividades, dos produtos e resultados que contribuirão para o cumprimento dos resultados e objetivos codesenvolvidos com as partes interessadas. É importante mencionar que o PEMAC não só trabalha na questão da mobilização do financiamento para a ação climática, mas também implica reforçar as capacidades nacionais (tanto institucionais, como organizacionais e individuais), a coordenação entre entidades nacionais e locais, e por último o conhecimento tecnológico. Desse modo, esta ToC reflete o caminho de mudança que Cabo Verde aspira tomar de forma a garantir um maior apoio climático.

Como indicado na ToC, três resultados foram evidenciados e constituem a base para a definição dos produtos que contribuirão para ultrapassar as barreiras ou constrangimentos existentes.

Resultado 1: Reforço da governança e da capacidade institucional para uma ação climática com mais impacto

É operacionalizado um quadro robusto de governança climática a nível central e local para gerir eficazmente os riscos climáticos, mobilizar recursos em todos os setores, e produzir dados para informar a agenda climática do país. As instituições nacionais e locais desenvolvem as competências, conhecimentos e recursos necessários para planear, implementar e monitorizar eficazmente as ações climáticas.

Resultado 2: Aumento do conhecimento central e local sobre os impactos das mudanças climáticas, a criação de resiliência e as ações de mitigação

Aumentar a consciência e o conhecimento das partes interessadas sobre os impactos das mudanças climáticas, bem como as estratégias de mitigação e adaptação, para apoiar a construção de uma resiliência eficaz e aumentar a preparação do país para se adaptar. Além disso, a priorização de investimentos em programas de desenvolvimento de competências que equipam a força de trabalho de Cabo Verde para carreiras em adaptação e tecnologias de baixo carbono (empregos verdes e azuis) é essencial para criar a capacidade de implementar a LT-LEDS.

Resultado 3: Maior capacidade e preparação para o desenvolvimento de projetos e mobilização de recursos para a ação climática

Será reforçada a capacidade dos técnicos envolvidos no desenvolvimento de projetos de mudanças climáticas a apresentar aos fundos internacionais para o clima, fontes bilaterais e privadas, e na captação de financiamento climático. Cabo Verde desenvolverá uma estratégia robusta de mobilização de recursos para apoiar a identificação e a garantia de oportunidades de financiamento e apoiará o estabelecimento de um sistema nacional de investimento que considere os impactos das mudanças climáticas.

Cada resultado é desagregado em produtos, e cada produto é alcançado através de várias atividades. O quadro seguinte enumera os produtos e as atividades associadas.

O primeiro dígito da numeração dos produtos identifica o resultado a que se referem. Eles estão inseridos na [Tabela 10](#).

Uma teoria de PEMAC simplesmente não existe sem uma ToA que articule a forma como a ToC será concretizada. A sua lógica não pode ser testada a menos que a lógica do PEMAC especifique como a “lógica da mudança” vai ser implementada. Então é importante articular uma ToA na fase de conceção do plano porque tem um efeito sobre a ToC e a sua concretização.

A [Tabela 9](#) apresenta a priorização das atividades propostas na ToC, utilizando uma escala de 1 (ação muito prioritária) a 5 (ação menos prioritária). O critério da priorização é definido em função do grau da importância e/ou urgência do impacto de cada atividade, se esta não é implementada.

Tabela 9: Priorização das atividades				
1	2	3	4	5
Ações que devem ser priorizadas acima de todas as outras, pois podem ter um impacto negativo significativo se não forem concluídas imediatamente.	Ações que exigem intervenção imediata e podem ter consequências significativas se não forem realizadas.	Ações importantes que precisam ser concluídas em um prazo definido.	Ações que devem ser realizadas em breve, mas não são críticas.	Ações que podem ser adiadas sem grandes consequências.

As atividades estão enquadradas nos produtos a serem entregues para a concretização dos resultados esperados. Para que a [Tabela 10](#) seja coerente com a mudança a longo prazo a que o PEMAC aspira, certas atividades estão de facto a ser desenvolvidas no momento da publicação do presente documento, como é o caso da atividade 3.3.1, que é a elaboração deste documento, o PEMAC. No entanto, a ToC apresenta todas as atividades para que o leitor tenha conhecimento do conjunto de ações necessárias para chegar à desejada mudança a longo prazo.

Tabela 10: ToC: Produtos e atividades priorizadas	
ATIVIDADES	
Produto 1.1 Recomendações abrangentes em matéria de política climática e quadros intersetoriais coordenados e coerentes a nível nacional	
Atividade 1.1.1 – Revisão da política climática e os quadros regulamentares em todos os setores (assegurando alinhamento com a LT-LEDS, NDC, NAP e PEDS II). Trata-se especialmente da energia, água, agricultura e turismo, tais como o Programa Nacional para a Energia Sustentável, o Plano Estratégico Nacional para a Água e Saneamento (PLENAS) e o Quadro Estratégico Unificado para a Promoção da Economia Azul (QEUPEA), para garantir o alinhamento e a coerência intersetorial em todas as medidas políticas relacionadas com as mudanças climáticas	

ATIVIDADES	
Atividade 1.1.2 – Elaboração de recomendações políticas para criar um ambiente propício ao financiamento da ação climática, tais como incentivos fiscais, comunicação de informações sobre práticas de sustentabilidade, instrumentos de redução de riscos (e.g., garantias) e procedimentos simplificados (incluindo a introdução de regulamentação adequada e de dimensão correta para promover o investimento sustentável na ação climática)	
Atividade 1.1.3 – Elaboração de recomendações políticas para que o setor privado integre gradualmente os riscos climáticos e as questões de sustentabilidade na gestão das suas atividades e nos seus relatórios anuais	
Atividade 1.1.4 – Organização de consultas políticas com os principais interessados, incluindo funcionários da administração central e local, instituições financeiras e sociedade civil, para recolher contributos sobre as recomendações políticas, facilitar a adoção das recomendações propostas e criação de consenso	
Produto 1.2 – Acesso a informação completa sobre os perigos e riscos climáticos para apoiar a tomada de decisão, a governança climática, as recomendações políticas e o desenvolvimento de estratégias a longo prazo	
Atividade 1.2.1 – Melhoria das redes de observação do clima e das condições meteorológicas, das infraestruturas e do tratamento de dados para melhorar a prestação de serviços de monitorização hidrométrica, de previsão e de sistemas de alerta precoce e o desenvolvimento de políticas aos níveis local e nacional	
Atividade 1.2.2 – Geração de informação, avisos e serviços climáticos em formato, língua e plataformas acessíveis para utilização por funcionários governamentais, comunidades locais e agregados familiares	
Atividade 1.2.3 – Adoção de um quadro nacional de avaliação de riscos e vulnerabilidades climáticas para os níveis nacional, subnacional e setorial para facilitar o desenvolvimento da lógica climática, o mapeamento dos hotspots (zonas de maior risco) e a identificação das soluções climáticas mais adequadas, bem como a sua priorização no processo de conceção de projetos. A solução proposta deve ser integrada no Sistema Nacional de Investimento	
Atividade 1.2.4 – Desenvolvimento de cenários económicos futuros devido aos riscos das mudanças climáticas e compreender os potenciais impactos no sistema financeiro	
Atividade 1.2.5 – Condução de sessões de formação às autoridades e comunidades locais sobre como integrar os riscos e vulnerabilidades climáticas no planeamento do desenvolvimento subnacional e setorial e na tomada de decisão	
Atividade 1.2.6 – Condução de sessões de formação ao setor financeiro nacional sobre riscos climáticos, testes de resistência climática e relatórios de sustentabilidade	
Produto 1.3 – Estabelecimento de parcerias entre o governo, o setor privado, a sociedade civil e as comunidades para a ação climática nos setores multilateral, bilateral e privado	
Atividade 1.3.1 – Identificação de iniciativas de ação climática com as partes interessadas	
Atividade 1.3.2 – Desenvolvimento e implementação de uma estratégia de parceria que defina as funções, responsabilidades e expectativas de cada grupo de partes interessadas, assegurando o alinhamento com os objetivos climáticos nacionais	
Atividade 1.3.3 – Estabelecimento de uma rede de parcerias para a ação climática que permita às partes interessadas partilhar conhecimentos, recursos e boas práticas e coordenar esforços de forma eficaz	
Produto 2.1 – Conhecimento das partes interessadas sobre os impactos climáticos e as intervenções de reforço da resiliência de uma forma sensível ao género e visando especificamente as mulheres e os jovens aumentados	
Atividade 2.1.1 – Desenvolvimento e distribuição de materiais educativos com base na atividade 1.2.3 sobre como utilizar a informação sobre perigos e riscos climáticos para apoiar a tomada de decisões informadas sobre ações de adaptação adequadas, incluindo orientações e módulos de aprendizagem eletrónica, sobre os impactos climáticos e estratégias de resiliência nos principais setores afetados	

ATIVIDADES

Atividade 2.1.2 – Reforço das capacidades, através de sessões práticas e demonstrações no terreno sobre a resiliência às mudanças climáticas e intervenções de mitigação adaptadas a diferentes grupos de partes interessadas, incluindo funcionários governamentais, ONG, agentes do setor privado e líderes comunitários

Atividade 2.1.3 – Expansão da campanha nacional de sensibilização reforçando as atividades em curso no âmbito da implementação do Plano Nacional de Comunicação das Mudanças Climáticas 2023-2025, incluindo a sensibilização dos meios de comunicação social e eventos comunitários, para educar o público sobre os impactos das mudanças climáticas e a importância da construção de resiliência

Produto 2.2- Programas de educação e formação que aumentam a capacidade nacional de resiliência climática e preparam a força de trabalho de Cabo Verde para carreiras em adaptação e tecnologias de baixo carbono

Atividade 2.2.1 – Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino para integrar nos seus currículos cursos centrados no clima, nomeadamente sobre financiamento climático, preparação para as mudanças climáticas, adaptação e resiliência às mudanças climáticas e novas tecnologias e programas de certificação. Desenvolver e implementar um curso executivo sobre financiamento internacional do clima

Atividade 2.2.2 – Desenvolvimento de programas de estágios que proporcionem experiência prática em empregos verdes e azuis, em especial nas energias renováveis, na agricultura sustentável, nos setores marinho e marítimo, nas infraestruturas resistentes ao clima, no financiamento sustentável e climático e nas práticas ESG das empresas

Produto 3.1 – Capacidade técnica dos peritos em estruturação técnica/financeira de projetos de mudanças climáticas melhorada

Atividade 3.1.1 – Desenvolvimento das capacidades dos técnicos nacionais e locais sobre mecanismos de financiamento do clima (GCF, GEF, AF, etc.), estruturação de projetos, modelação financeira, execução de projetos e monitorização e avaliação, e promover a partilha do conhecimento

Atividade 3.1.2 – Desenvolvimento e divulgação de conjuntos de ferramentas e orientações para a elaboração de propostas de projetos, análise financeira e avaliação de riscos no contexto de projetos climáticos

Atividade 3.1.3 – Desenvolvimento de propostas de ideias de projetos com base nos resultados do produto 3.4

Atividade 3.1.4 – Estabelecimento de um programa de apoio técnico em que os técnicos nacionais e locais são colocados em contacto com peritos internacionais em desenvolvimento de estruturas de financiamento de projetos que podem apoiar o desenvolvimento de propostas e a mobilização de recursos

Atividade 3.1.5 – Identificação de iniciativas para instituições financeiras sobre os riscos e oportunidades relacionados com o clima, os produtos financeiros inovadores que foram desenvolvidos noutros países africanos e a identificação de potenciais oportunidades para CV

Produto 3.2 – Análise exaustiva do panorama do financiamento do clima

Atividade 3.2.1 – Avaliação do cenário de financiamento climático de Cabo Verde, identificação de oportunidades de financiamento climático e investigação do potencial para desbloquear instrumentos financeiros inovadores, tais como produtos de seguros, financiamento misto e obrigações rotuladas (verde, azul, sustentabilidade)

Atividade 3.2.2 – Desenvolvimento de uma base de dados de potenciais fontes de financiamento, incluindo fundos multilaterais, doadores bilaterais e investidores privados, adaptados ao contexto de Cabo Verde

Atividade 3.2.3 – Realização de consultas às partes interessadas para fazer o levantamento dos fluxos de financiamento climático existentes e identificar lacunas e oportunidades (desenvolver o apoio ao MRV – monitoring, reporting and verification)

Atividade 3.2.4 – Publicação e divulgação um relatório anual sobre o panorama do financiamento climático em Cabo Verde, destacando tendências, desafios, oportunidades, lições aprendidas e melhores práticas

ATIVIDADES

Atividade 3.2.5 – Realização de um estudo para analisar a forma como a política orçamental pode melhorar o investimento climático e as práticas ESG das empresas e instituições financeiras

Atividade 3.2.6 – Desenvolvimento de um roteiro de finanças sustentáveis para garantir a sustentabilidade do setor financeiro em relação aos riscos ESG e a concretização de oportunidades de financiamento verde/azul (especialmente, atrair investimentos verdes/azuis). O plano de ação do roteiro deve estipular pilares e marcos que alinhem e coordenem o setor financeiro com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Produto 3.3 – Estratégia de mobilização de recursos, com base na análise do panorama do financiamento climático realizada no resultado 3.2, para os fundos climáticos que descreve como garantir recursos financeiros para a ação climática e facilita a mobilização sustentável de recursos, fornecendo um plano claro para garantir e utilizar fundos de fontes internacionais e privadas

Atividade 3.3.1 – Elaboração da estratégia de mobilização de recursos em consulta com os intervenientes relevantes e assegurar o alinhamento com o Programa Nacional do GCF que está atualmente em desenvolvimento para apoiar Cabo Verde no acesso ao financiamento do GCF

Atividade 3.3.2 – Desenvolvimento de um plano de ação para cada uma das principais instituições internacionais de financiamento do clima, incluindo o GCF, o GEF, o AF, o CIF, e o MAF, identificando os projetos que pretendem ser financiados e demonstrando como estão alinhados com as políticas e prioridades de investimento do fundo relevante

Atividade 3.3.3 – Criação de um protocolo nacional para a receção pelo Governo de projetos climáticos, triagem e pré-avaliação para a entrega de uma carta de não objeção para a sua apresentação aos fundos/parceiros internacionais

Atividade 3.3.4 – Apresentação da estratégia de mobilização de recursos e recolher contributos das partes interessadas

Atividade 3.3.5 – Colaboração com peritos internacionais em financiamento do clima para rever e aperfeiçoar a estratégia de mobilização de recursos

Produto 3.4 – Pipeline de projetos de mudanças climáticas bancáveis prontos a serem financiados são estimulados

Atividade 3.4.1 – Realização de avaliações de mercado em setores-chave, incluindo água, agricultura, turismo, energia, marinho e marítimo, para identificar potenciais ideias de projetos de mudanças climáticas para financiamento climático a apresentar aos fundos climáticos

Atividade 3.4.2 – Criação uma lista de iniciativas prioritárias para os fundos climáticos

Atividade 3.4.3 – Criação de um mapeamento abrangente de organizações nacionais, regionais e internacionais com as quais estabelecer parcerias para o desenvolvimento de projetos para fundos climáticos

Atividade 3.4.4 – Facilitação da acreditação de entidades nacionais aos mecanismos de financiamento climático internacional (e.g. GCF)

Atividade 3.4.5 – Identificação de iniciativas de desenvolvimento de projetos com organizações parceiras para ajudar as partes interessadas a transformar ideias em projetos bancáveis, com base na formação fornecida através do resultado 3.1

4.2.3 As barreiras que impactam as mudanças

As mudanças induzidas visam mitigar o impacto das barreiras identificadas na conceção da ToC conforme ilustrado na [Figura 12](#). Cada resultado está associado a um grupo específico de barreiras:

Resultado 1:

- Falta de coordenação entre as mudanças climáticas, as políticas setoriais e a gestão do risco de catástrofes
- Falta de diretrizes nacionais para a elaboração de propostas de adaptação e resiliência às mudanças climáticas
- Insuficiência de dados sobre os impactos e vulnerabilidade climática dificulta a definição de prioridades e a justificação das solicitações de financiamento e
- Restrições financeiras, uma vez que o espaço orçamental limitado de Cabo Verde pode restringir a sua capacidade de corresponder ao cofinanciamento necessário para alguns fundos internacionais para o clima.

Resultado 2:

- Sensibilização e conhecimento limitados sobre os impactos das mudanças climáticas e as intervenções de adaptação e mitigação e
- Investimento limitado no desenvolvimento de empregos verdes e azuis.

Resultado 3:

- Falta de capacidade técnica para identificar e desenvolver projetos adequados relacionados com as mudanças climáticas
- Conhecimento limitado dos mecanismos de financiamento do clima disponíveis no espaço público e privado e da forma de aceder a uma variedade de fontes de financiamento e
- Falta de conhecimentos especializados e de capacidade institucional nos departamentos governamentais, o que dificulta a preparação e a apresentação eficazes de propostas de financiamento.

Barreiras transversais

- A pequena economia e os recursos limitados de Cabo Verde podem dificultar a atribuição de prioridade aos investimentos climáticos em relação a outras necessidades prementes de desenvolvimento
- A dependência de Cabo Verde de recursos externos pode limitar a sua autonomia na determinação das prioridades de financiamento climático e no acesso a fontes de financiamento alternativas e
- Obstáculos burocráticos, incluindo procedimentos administrativos complexos, processos de aprovação morosos e coordenação limitada entre agências governamentais.

4.2.4 Os pressupostos

Os pressupostos tomam em conta o contexto e descrevem a situação. Eles são elementos que devem existir para que a mudança ocorra:

- Existe em Cabo Verde uma forte vontade política e um forte empenho na ação climática
- O novo quadro de governança climática adotado por Cabo Verde em abril de 2024 pode melhorar significativamente a coordenação da mobilização de recursos para a ação climática
- Envolvimento ativo a nível nacional e local para reforçar a resiliência às mudanças climáticas e apoiar ações de mitigação
- O reforço das capacidades pode melhorar a capacidade de acesso das partes interessadas locais ao financiamento da ação climática
- As parcerias entre o governo, o setor privado e a sociedade civil podem mobilizar recursos adicionais e
- Localização do planeamento e da implementação da ação climática através dos PLAC para cada município pode melhorar significativamente o acesso a mecanismos descentralizados de financiamento do clima e contribuir para os objetivos e metas nacionais em matéria de clima.

4.3

ToA para a concretização da ToC

Os quadros de resultados tendam geralmente a concentrar-se nos objetivos a diferentes níveis resultantes da ToC que devem ser captados como parte da monitorização e avaliação do programa. Contudo, o modelo de execução de um programa também cria produtos, resultados e impactos, e há muitas vezes um valor intrínseco em medir e monitorizar estes objetivos de “execução”, em particular para captar os sinais de sustentabilidade e, caso necessário, permitir a reprogramação das atividades com vista ao seu alinhamento com a cadeia de resultados do programa.

A ToC estabelece uma visão geral e lógica das ações, dos produtos e resultados, enquanto a ToA prioriza as ações e propõe uma abordagem sequencial ou um plano de implementação das atividades para alcançar os resultados – *outcomes* – da ToC.

A [Figura 13 – Ilustração ToA](#) com a priorização das atividades de forma sequencial, ilustra a ToA com a priorização das atividades de forma sequencial. Esta ilustração apresenta a mesma informação que a [Figura 12 – ToC para o apoio climático](#), mas reagrupa cada atividade de acordo com a urgência ou prioridade da mudança. A priorização utiliza setas coloridas, do vermelho (ação muito prioritária) ao verde-escuro (ação menos prioritária), tal como na [Tabela 9](#).

Nove códigos de cor diferentes são utilizados para agrupar as atividades que contribuam para o mesmo produto – *output*.

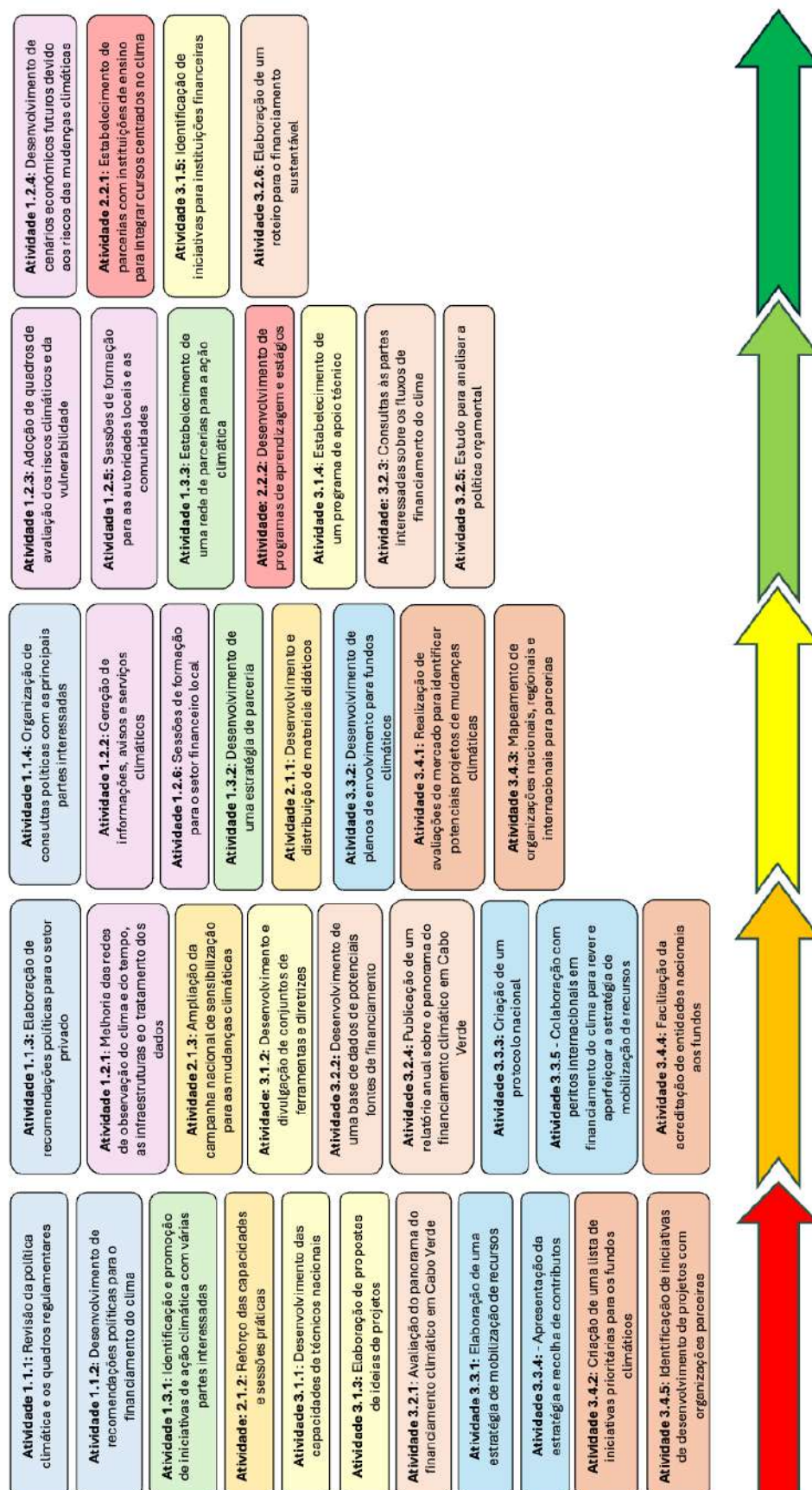


Figura 13: Ilustração da ToA com a priorização das atividades de forma sequencial

Para facilitar a implementação do PEMAC, identificou-se as entidades nacionais responsáveis das atividades e as outras entidades envolvidas na [Tabela II](#). As atividades em curso ou planeadas para criar sinergias estão indicadas na última coluna. Esta análise é apresentada na folha “ToC/ToA entidades” do ficheiro Excel que faz parte do PEMAC. A tabela tem a estrutura seguinte, e menciona todas as atividades ligadas à ToC.

Tabela II: Estrutura da tabela Excel indicando as entidades responsáveis em função das atividades

ATIVIDADES EM CURSO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM CURSO OU PLANEADAS PARA CRIAR SINERGIAS COM (SE APLICÁVEL)
Resultado 1: Reforço da governança e da capacidade institucional para uma ação climática com mais impacto			
Produto 1.1 Recomendações abrangentes em matéria de política climática e quadros intersetoriais coordenados e coerentes a nível nacional			
Atividade 1.1.1 – Rever os quadros regulamentares em todos os setores (assegurando alinhamento com a LT-LEDS, NDC, NAP e PEDS II).	Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG) dos ministérios setoriais	Secretariado Nacional da Ação Climática (SNAC)	Para o setor de energia, alinhar o Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE) e o Plano Diretor de Setor Elétrico (PDSE) para 2040.
		Delegações do MAA	Para o setor de água e saneamento, alinhar o Plano Estratégico Nacional para a Água e Saneamento (PLENAS) (já está a ser feito)
		Sector privado (que atua no setor)	No setor de Economia Azul, alinhar as diretrizes e do Quadro Estratégico Unificado para a Promoção da Economia Azul (QEUPEA).
		Sociedade civil	No setor de agricultura, criar sinergias no Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA), e o Programa de Mobilização de Água para a Agricultura (PMAA) implementado pela Empresa pública Água de Rega (AdR).
			No domínio da Saúde, a vulnerabilidade do setor e as estratégias de adaptação estão apresentadas no Plano Nacional de Adaptação da Saúde as Mudanças Climáticas 2023-2027 e está a trabalhar-se o sistema de alerta precoce para incluir índices de conforto térmico para a população.
			No setor de Turismo, o Programa Operacional do Turismo (POT) é um documento de referência. O projeto <i>Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde (PI76981)</i> visa aumentar a diversidade e a resiliência na oferta turística e a participação das PME nas cadeias de valor relacionadas com o turismo em destinos específicos.

4.4

Monitorização da Implementação

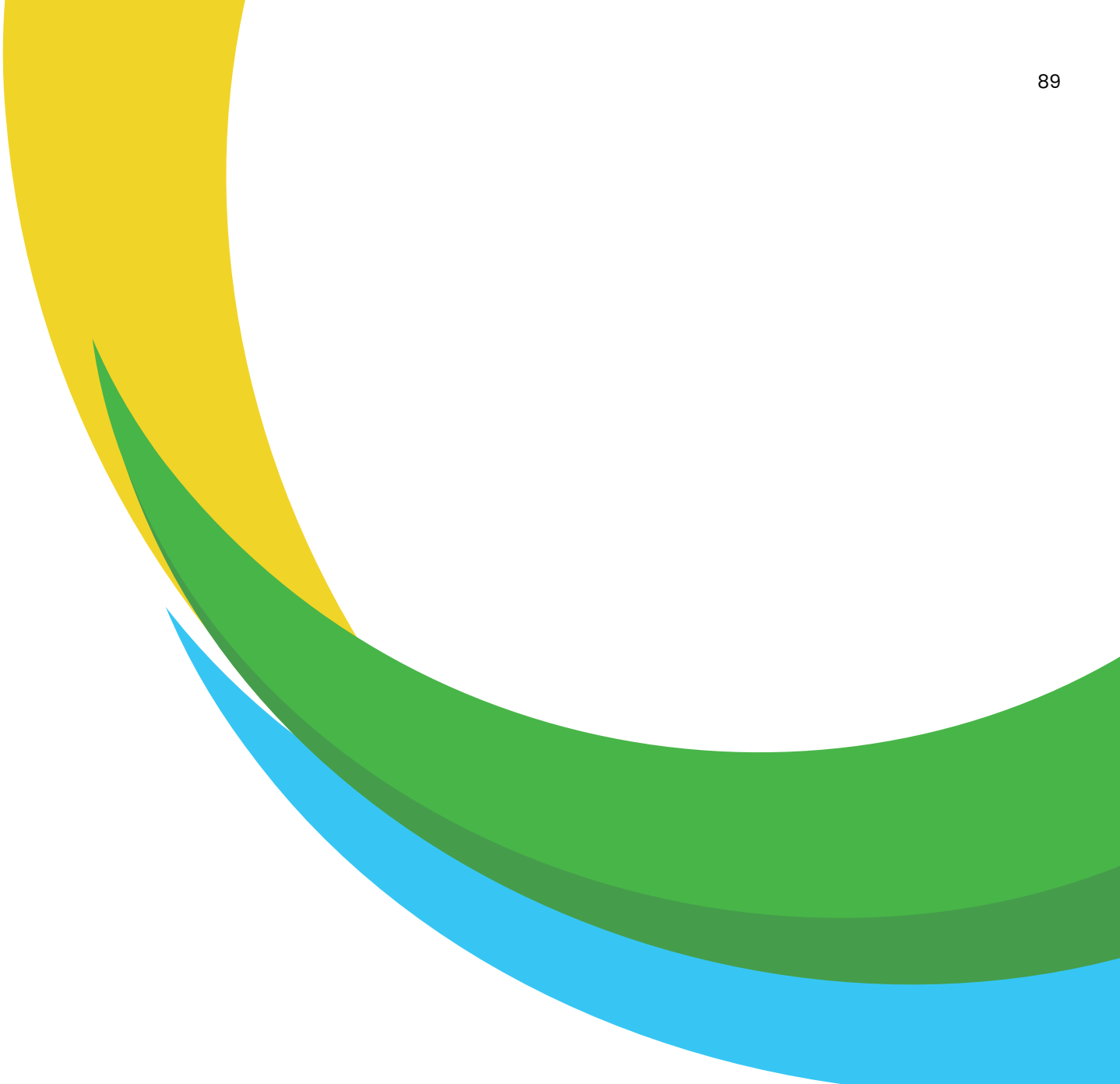
A necessidade de ação climática e de dispor de recursos é urgente, assim como a necessidade de aprender o que funciona ou é viável, de promover a responsabilização e de apoiar a transparência.

Através do processo de monitorização e avaliação (M&A), é possível identificar as fontes mais adequadas para os tipos de ações a financiar e aumentar a escala de certos projetos-piloto. Os conhecimentos adquiridos através do acompanhamento e da avaliação permitem corrigir a trajetória e proceder a ajustamentos para garantir que as operações permaneçam viáveis e pertinentes, especialmente em ambientes em rápida mutação. Um acompanhamento rigoroso permite a todas as partes demonstrar que estão a cumprir as suas promessas e compromissos, bem como fornecer dados para o desenvolvimento dos Relatórios BTR no quadro de compromissos do país no âmbito do CQNUMC.

Os indicadores são elementos essenciais do sistema M&A do plano estratégico e fazem parte do quadro de resultados ou da matriz de monitorização de uma política. Na sua essência, os indicadores ligam a ToC/ToA à prática, uma vez que são monitorizados durante a implementação do plano estratégico com base nas prioridades definidas e conforme o *pipeline* de projetos e as ações de reforço de capacidades identificadas. Um quadro sólido de M&A é igualmente essencial para acompanhar os progressos do aumento do financiamento à ação climática, da aplicação de medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas e do reforço da resiliência.

Os indicadores de acompanhamento da ToA são essencialmente indicadores de produtos (*output*) relacionados com as atividades a serem desenvolvidas durante o processo de mobilização de recursos. A seguir apresenta-se uma lista de indicadores, a título de exemplo, que poderão constar do quadro de M&A do PEMAC:

- O montante de financiamento climático mobilizado anualmente a partir de várias fontes, incluindo uma repartição das fontes multilaterais, bilaterais e privadas.
- Número de projetos bancáveis apresentados por instituições internacionais de financiamento do clima.
- Redução do tempo de resposta a fenómenos meteorológicos extremos, devido à melhoria dos sistemas de alerta precoce.
- Número de propostas de projetos bem-sucedidas apresentadas a fundos internacionais.
- Número de projetos ou iniciativas de pesquisa relacionadas com as mudanças climáticas realizadas em colaboração com o ensino superior, institutos nacionais ou internacionais.



05.

Necessidades e fontes de financiamento

As necessidades das comunidades e do país foram priorizadas e alinhadas com o quadro climático nacional existente, nomeadamente a NDC, o NAP e a LT-LEDS. Para ter um formato visualmente intuitivo e sintetizado para a leitura dos objetivos para colmatar as necessidades, foi criado o quadro estratégico do PEMAC (2025-2035) que detalha os objetivos, as ações, os custos estimados e as fontes de financiamento, conforme apresentado na folha “PEMAC – Quadro detalhado” do ficheiro Excel.

Este quadro incorpora a estrutura dos objetivos e ações prioritárias do quadro estratégico do NAP. No entanto, as ações 1 e 2 foram ajustadas para o horizonte 2025-2035, considerando o progresso alcançado pelo país desde a sua elaboração. Depois, este quadro integra, por ordem, as medidas de adaptação e de mitigação da NDC e da LT-LEDS.

De forma sequencial, a tabela tem como primeiro informação o setor que indica a área de atividade em que a ação está a ser incorporada. Como o NAP tem contribuições transversais, as mesmas não estão associadas setores específicos. Em seguida, consta o pilar que se alinha consoante os objetivos delineados (conhecimento, implementação de ações de adaptação e de mitigação e quadro institucional). O pilar provém da linguagem do NAP enquanto o setor é da NDC. Depois, a fonte de informação indica de qual documento estratégico nacional, a NDC, o NAP e a LT-LEDS, provém as informações sobre as contribuições e medidas.

Como os três documentos estratégicos utilizam níveis de denominação diferentes, o quadro estratégico do PEMAC propõe utilizar a definição das “contribuições de adaptação e de mitigação” da NDC e as “medidas de mitigação” da LT-LEDS dentro do nível “Contribuições (2025-2035)” do PEMAC. De mesmo modo, as “medidas de adaptação e de mitigação” da NDC e as “ações de mitigação” da LT-LEDS integram a coluna medidas correspondente do quadro detalhado do PEMAC, que podem ser consultadas na mesma folha do ficheiro Excel. A coluna medidas revistas propõe-se a fazer sugestões de melhoria ou de ajustamento à situação atual relativamente à coluna das medidas. A coluna projeto identifica projetos implementados e/ou planeados que contribuem para as medidas identificadas para colmatar as necessidades assinaladas.

A seguir, o marcador climático sinaliza, se a medida contribui para a adaptação, mitigação, tem co- benefícios ou é transversal com foco na capacitação, financiamento e/ou tecnologia e equipamento. O estado de avanço mostra em que fase se encontra a medida, ou seja: (i) planeada (ii) em preparação (iii) em implementação (iv) concluída (v) eliminada e (vi) não planeada. A data início de implementação e data final de implementação indicam o ano em que o projeto começa/é suposto iniciar e acaba/é suposto concluir. O tipo de apoio, se existe, refere em que forma o apoio é considerado ajuda alimentar, assistência técnica, empréstimo, investimento interno ao país, subvenção ou um misto entre os modos já mencionados. O custo estimado relata o montante em milhões de euros que a medida é avaliada. As fontes de financiamento identificam os fundos nacionais e internacionais que poderiam suportar e cobrir potencialmente a execução de cada medida para realizar os objetivos do PEMAC. A entidade responsável pela implementação é o órgão nacional que se responsabiliza a concretizar a medida, que está descrita detalhadamente no ficheiro Excel como elaborado na [Tabela 11](#). Informação adicional sobre cada linha de apoio, medida ou projeto pode ser consultada nos comentários sobre apoio. Já a folha “Explorador do acesso de FC CV” do ficheiro Excel mostra todas as fontes de financiamento que este documento conseguiu identificar para Cabo Verde. O processo da identificação das fontes de financiamento é um processo longo e complexo.

Como já referido, o resultado é indicativo e não exaustivo. Foram destacadas fontes de financiamento à qual Cabo Verde poderia ter acesso, mas sem garantia de obtenção. Além disso, existem fontes de financiamento que não constam neste quadro, mas que podem muito bem serem considerados como fornecedores de apoio. A principal fonte de informações usada foi a Climate Fund Explorer do NDC Partnership³³. A escolha desta ferramenta baseia-se no facto da NDC Partnership ter atualmente mais de duzentos membros, incluindo mais de cento e trinta países, desenvolvidos e em desenvolvimento, e quase cem instituições, constituindo a base de dados mais completa de fundos climáticos. Esta inclui os diferentes apoios, fundos e financiamentos disponíveis para concretizar o apoio climático em Cabo Verde. No presente, dos 139 fundos existentes, o país é elegível apenas para 47. Para cada fundo está indicado o organismo e descrição do mesmo, o prestador de apoio, o organismo administrador, a finalidade do apoio, o tipo de apoio, os países elegíveis, o marcador climático, os setores e temas, o tipo de beneficiário e a página web oficial.

A ferramenta apresenta as necessidades prioritárias de Cabo Verde e das suas comunidades num formato claro e conciso. Ela alinha essas necessidades com os principais quadros climáticos nacionais, facilitando a visualização dos objetivos estratégicos e ações correspondentes. Como descrito, o quadro estratégico do PEMAC possui uma estrutura bem-definida, com contribuições multissetoriais, para facilitar uma rápida compreensão de como cada ação aborda as necessidades climáticas nacionais e ajuda as partes interessadas a avaliar e mobilizar os recursos necessários. Isto traduz-se, por exemplo, em medidas ligadas a um nome de projeto com o valor do custo estimado e o estado de avanço do apoio recebido. Igualmente pode-se entender qual entidade tem a tutela dessa ação e que fonte de financiamento é utilizada ou pode ser considerada.



Ribeira Brava – Ilha de São Nicolau

33 NDC Partnership. (n.d.). Climate funds explorer. <https://ndcpartnership.org/knowledge-portal/climate-funds-explorer>

5.1

Processo de mobilização de apoio climático

A mobilização de recursos é estruturada em 5 eixos, cada uma com um objetivo específico.

A elaboração de programas bilaterais e multilaterais deve destacar as necessidades do país identificadas nos documentos estratégicos, com o objetivo de integrar as questões climáticas em todas as etapas de desenvolvimento de programas, projetos e investimentos, desde a identificação até a conclusão da formulação. Isso inclui fazer referência aos documentos estratégicos pertinentes, utilizar ferramentas disponíveis para registrar as contribuições climáticas e preparar relatórios que permitam ao país cumprir seus compromissos internacionais.

1. O processo de negociação climática a nível internacional busca aumentar a visibilidade de Cabo Verde na sua ação climática, permitindo que o país defenda suas posições nos fóruns ou reuniões internacionais, se integre facilmente em grupos como AOSIS e grupo africano, destaque os progressos realizados e se tornar um “campeão” climático, posicionando-se para mobilizar mais apoio climático para suas iniciativas.
2. A elaboração de programas bilaterais e multilaterais deve destacar as necessidades do país identificadas nos documentos estratégicos, com o objetivo de integrar as questões climáticas na elaboração de programas/projetos/investimentos desde a identificação até à finalização da formulação. Isso inclui referir-se aos documentos estratégicos relevantes e utilizar as ferramentas disponíveis para registrar as contribuições climáticas e elaborar os relatórios a apresentar para assumir os compromissos internacionais do país.
3. A apresentação de propostas em conformidade com a especificidade das fontes de financiamento existentes e a exploração de novas alternativas tanto a nível do setor privado como do público. A [Figura 14](#) ilustra o conjunto de partes interessadas mais relevantes envolvidas no processo de mobilização do apoio/fundos em Cabo Verde.
4. Comunicação clara sobre as prioridades do país uma vez que é essencial para a mobilização de recursos. A comunicação deve ser adequada aos grupos-alvos (nível local e nacional), mas também interna e externa ao país para angariar os fundos e ao mesmo tempo reforçar as capacidades de todas as partes interessadas.
5. Um quadro institucional funcional e o conhecimento sobre os instrumentos associados à ação climática. O objetivo é dispor da capacidade, a nível nacional, para utilizar os instrumentos existentes e melhorar as propostas de financiamento e o quadro macroeconómico, e assim, conseguir um aumento sustentável do financiamento para o país.

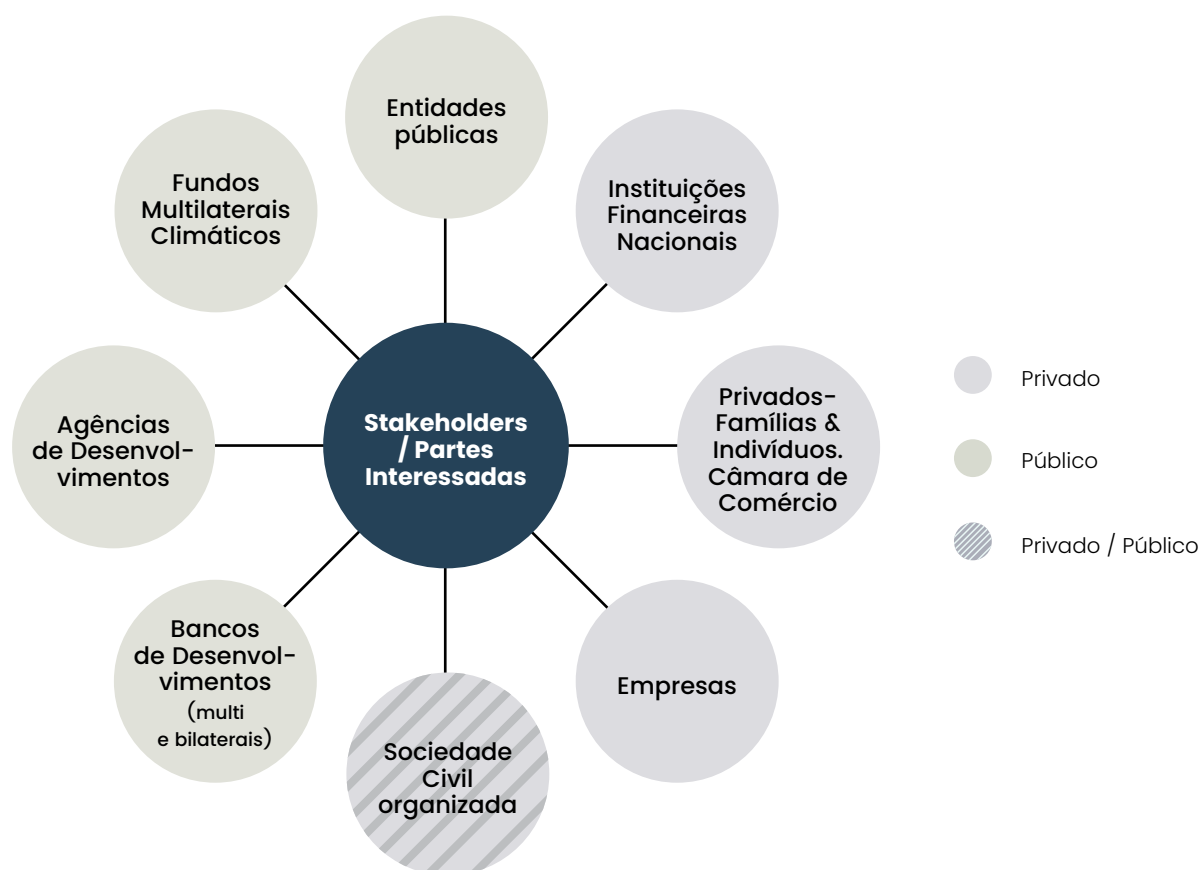


Figura 14: Partes interessadas mais relevantes para o processo de mobilização de fundos

5.2 Cronograma

O PEMAC refere-se aos documentos estratégicos acordados internacionalmente no âmbito do ciclo de ambição do Acordo de Paris que assinalam o rumo do financiamento climático internacional na [Figura 15](#) – Ciclo de ambição do [Acordo de Paris até 2050](#).³⁴

Este ciclo de ambição, que ocorre a cada 5 anos, refere-se ao processo de revisão e aumento das metas climáticas pelos países signatários do Acordo após cada [Balanço Global \(GST – Global Stocktake\)](#), com vista a reforçar os esforços globais para alcançar os objetivos de longo prazo do Acordo de Paris. O Acordo de Paris estabeleceu que em 2020, e a cada 5 anos depois dessa data, os países deveriam apresentar NDC novas ou revistas e que o primeiro GST teria lugar em 2023 e a cada 5 anos após essa data. Em paralelo, o ETF definido pelo Acordo de Paris, estipula que os países devem monitorizar e reportar a cada dois anos, através dos BTR, os progressos na implementação dos compromissos previstos nas suas NDC.

34 Fransen, T., Northrop, E., Mogelgaard, K., & Levin, K. (2017). Enhancing NDCs by 2020: Achieving the goals of the Paris Agreement. World Resources Institute.

O 7º encontro do Núcleo Lusófono sobre a Transparência recomenda aos países de aumentar a respetiva capacidade de reporte para dar resposta eficaz e eficiente aos resultados do GST e fazer a ligação entre o primeiro BTR e a revisão da NDC³⁵. Portanto, cada nova ronda de NDC deve ser informada pelas conclusões de cada GST, por um lado, e pela informação decorrente dos seus sistemas nacionais de informação e monitorização da ação climática, por outro. O ciclo de ambição é fundamental para garantir que os compromissos climáticos sejam progressivamente aumentados, de forma alinhada com os avanços científicos e tecnológicos, e adequados para enfrentar os desafios emergentes das mudanças climáticas. Neste contexto, é de salientar que entre 2023 e 2025 (da COP28 em Dubai à COP30 em Belém) decorre o primeiro exercício completo deste ciclo de ambição, nomeadamente (i) a conclusão do primeiro GST de 2023, (ii) a definição de um NQGC que estabelece novas metas quantitativas coletivas para o financiamento climático, e (iii) a apresentação das novas NDC, com compromissos reforçados e mais ambiciosos do que as NDC precedentes e apresentação dos primeiros BTR em dezembro de 2024.

Nesta lógica, o PEMAC deve ser revisto regularmente, de acordo com o ciclo de ambição do Acordo de Paris, visto que os compromissos climáticos de Cabo Verde aumentarão gradualmente. O panorama do financiamento climático a nível internacional mudará devido à evolução da ambição e compromisso mais forte dos atores internacionais no tempo, o que implicará a capitalização de fundos e financiamentos existentes ou a criação de novos mecanismos de financiamento e a alteração de certos critérios de elegibilidade de fontes de financiamento. A mais curto prazo, o PEMAC deverá ser revisto tendo em conta o desenvolvimento da NDC 3.0.



Figura 15: Ciclo de ambição do Acordo de Paris até 2050

35 Manuel Junior, Cavalheiro, G., & Gotthardt, S. (2024). O papel da transparência no aumento da ambição da ação climática: A ligação dos BTR às NDC – 7º Seminário do Núcleo Lusófono. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. https://portaldoclima.gov.cv/wp-content/uploads/2024/05/2024_Relatorio-Final-Seminario-Nucleo-Lusofono_Angola.pdf

5.3

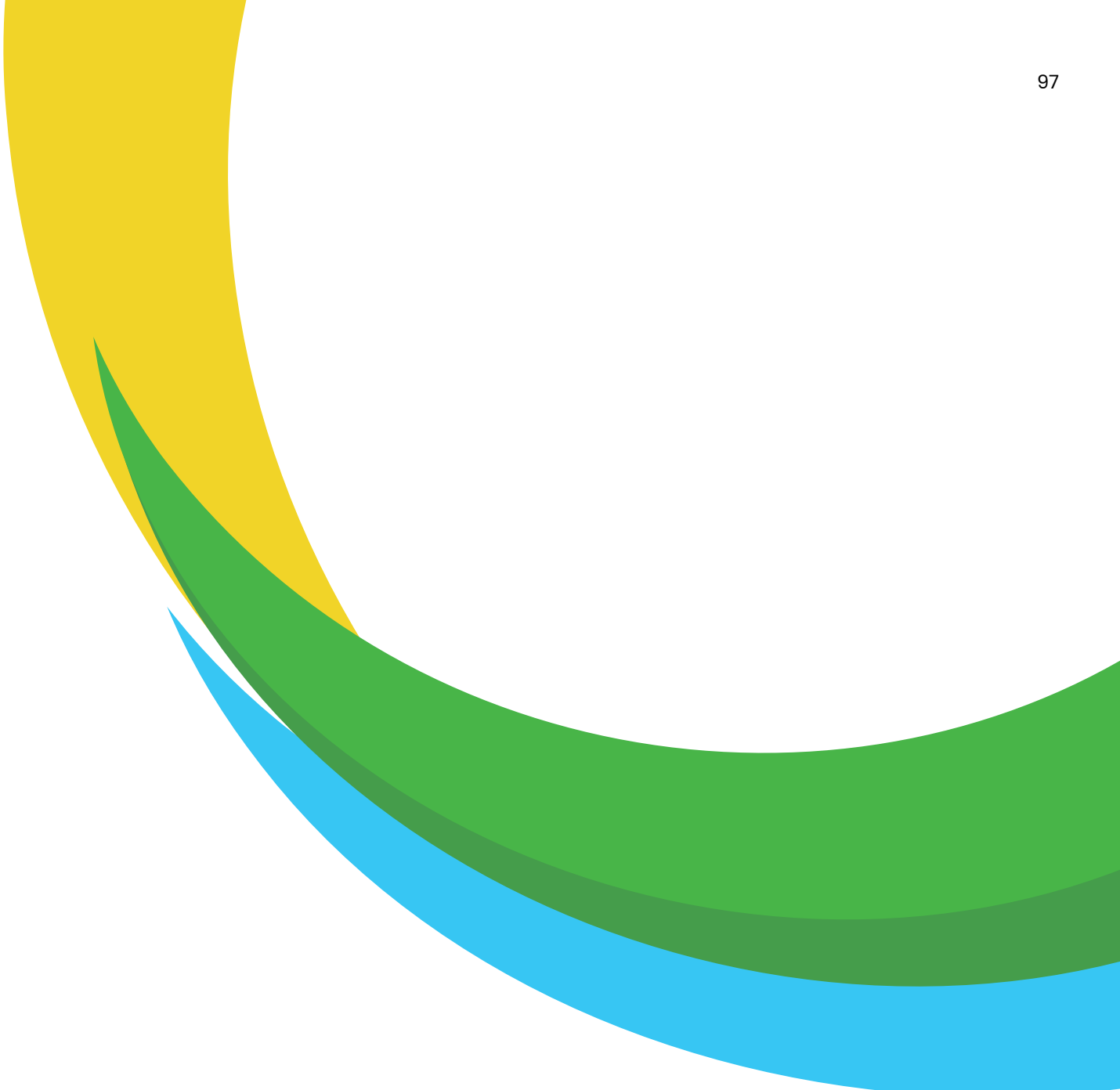
Desafios

Os maiores desafios que Cabo Verde identifica quando se trata da mobilização de recursos internacionais para o nível central e local são expostos aqui. Alguns destes obstáculos já foram expostos no capítulo 3.2 Desafios e oportunidades para Cabo Verde, tendo uma lente mais macro. No entanto, este capítulo pretende descrever as limitações a nível operacional e que incluem:

1. O SNAC necessita de estar operacional para conseguir implementar as partes que fazem referência às suas responsabilidades. Do mesmo modo, mas em menor escala o CIAC e o CNAAC também têm responsabilidades atribuídas pelo PEMAC.
2. A falta de coordenação entre os parceiros gerando lacunas ou sobreposições no apoio.
3. O processo da apropriação do PEMAC pelo conjunto dos órgãos do QGC é essencial para assegurar a execução eficaz do plano de financiamento climático para Cabo Verde na próxima década. Devido ao próximo ciclo de ambição do Acordo de Paris que começará em 2025, será importante atualizar o plano de financiamento de acordo com prioridades e necessidades do país.
4. É importante fazer o seguimento tanto de novas fontes de financiamento e dos critérios de elegibilidade para o Cabo Verde, por exemplo a criação do Fundo de Perdas e Danos, como as fontes que deixarão de ser atuais ou de existir. Também sucede o mesmo com os instrumentos como o C-PIMA que segue o quadro dos ecossistemas económico e financeiro do país.
5. A burocracia complexa e pesada dos fundos climáticos coloca por vezes um travão na intenção do país em iniciar um processo de submissão de proposta. Barreiras evidentes são a língua estrangeira como o inglês, os estudos necessários e outros.
6. Cabo Verde tem sentido dificuldades em aumentar a escala do seu financiamento climático. O país tem um historial de execução de projetos climáticos de sucesso e isto é demonstrado pela disponibilidade de parceiros internacionais a continuar a trabalhar com o país. Então, é estrategicamente de relevo que o país consiga aumentar os valores dos projetos apresentados.
7. Os recursos humanos públicos ao nível central e local são limitados. Essa limitação é particularmente evidente no processo de identificação e formulação de propostas de projetos.
8. A falta de base climática sólida constitui um desafio na formulação de uma narrativa/justificação climática para Cabo Verde. Isto quer dizer que a indisponibilidade de dados climáticos dificulta a elaboração de cenários diversos ligados aos impactos climáticos e consequentemente a formulação de propostas carece de dados científicos.
9. Existe uma falta de absorção de conhecimento e envolvimento das instituições a vários níveis sobre as mudanças climáticas, embora essa situação esteja a melhorar. Isto implica que os organismos apresentem uma falta de capacidade em formular e implementar projetos climáticos. Cabo Verde conseguiu até agora mobilizar uma combinação de financiamentos climáticos para reforçar as suas capacidades, financiar projetos de adaptação e mitigação e melhorar o seu ambiente financeiro.



Ilha de Santa Luzia



06.

Conclusões e recomendações

No entanto, existem ainda várias fontes de financiamento que podem ser exploradas e que o país não utilizou até à data, como o PAF da NDC Partnership, o GCF (com exceção do fundo de preparação) e outros. Vários destes recursos visam o setor privado, e têm a forma de empréstimos concessionais, o que requer um maior envolvimento deste setor. O mesmo acontece com a sociedade civil, a qual, não obstante ter um melhor histórico de mobilização e acesso a apoio climático, ainda tem um potencial por explorar.

As bases de dados para registar o apoio climático ainda estão subdesenvolvidas e a introdução de uma ETF e de uma marcação climática irá melhorar esta situação.

Constata-se também que as estratégias adotadas ou em vias de validação em relação às mudanças climáticas (como a LT-LEDS) quando são ambiciosas, implicam alterações importantes e por vezes disruptivas nas estruturas económicas existentes, com consequências significativas. O país está a tomar consciência deste facto, e pode ver-se o apoio de vários doadores na documentação da situação e na disponibilização de ferramentas para monitorizar os desenvolvimentos e reforçar as capacidades nacionais, como o FMI. A aceleração da ação climática também exige que o país analise todas as consequências negativas das mudanças climáticas e define quais delas são prioritárias de intervenção para um desenvolvimento sustentável das suas comunidades. Nomeadamente a LT-LEDS expõe as opções de mitigação viáveis para o contexto do país. Estas podem ser mitigadas por reformas fiscais, financeiras, institucionais e regulamentares e pela integração de medidas climáticas nas políticas macroeconómicas. Cabo Verde já tomou medidas para investir na mobilidade elétrica, nas energias renováveis e na água, para citar apenas alguns exemplos.

Os indicadores do PEMAC deverão, sempre que possível, estar ancorados ao sistema integrado de seguimento e avaliação (SISA) do PEDS II ou o seguinte. Caso ainda não existam indicadores que permitam o seguimento e avaliação eficaz do PEMAC, é fundamental a criação e inclusão de novos indicadores e respetivas metas de referência anuais no SISA.

Algumas das medidas identificadas pela CPI para acelerar a aplicação do financiamento da luta contra as mudanças climáticas e criar um impacto na economia real, são válidas à nível de Cabo Verde tendo em conta o contexto do país. Eles estão apontados em verde na [Tabela 12](#).

Tabela 12: Medidas de reforço do apoio climático retidas para Cabo Verde

AGENDA	MEDIDA	DESCRIÇÃO
Transformar o sistema financeiro	Reformar as instituições financeiras internacionais	Tirar partido da dinâmica existente para reformar os mandatos, as operações e os <i>business models</i> , a fim de reduzir o custo do capital e assegurar a mobilização de capitais privados
	Tirar partido dos financiamentos concessionais para expandir os fluxos privados	Transformar a utilização dos financiamentos concessionais limitados para que sejam acessíveis, flexíveis e aplicados onde são mais necessários
	Reforçar a integridade neutral/net zero do setor financeiro privado	Ultrapassar o anúncio dos objetivos para 2050 e estabelecer planos de transição a mais curto prazo, transparentes e verificáveis, centrados nos impactos na economia real
Fazer a ponte entre as necessidades climáticas e as necessidades de desenvolvimento	Aproveitar as sinergias entre o desenvolvimento e a ação climática	Alinhar mais estreitamente estas duas agendas de investimento para acelerar a ação em ambas as frentes
	Integrar a adaptação e a resiliência às mudanças climáticas nos sistemas financeiros	Aumentar a compreensão dos riscos climáticos para melhorar a resiliência e os fluxos financeiros
	Eliminar gradualmente os combustíveis fósseis não consumidos através de uma transição justa	Assegurar que as vias para acabar com o desenvolvimento dos combustíveis fósseis tenham em conta os impactos em todas as principais partes interessadas a todos os níveis, do nacional ao local
Mobilizar capital nacional	Alinhar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) com cenários de 1,5°C	Alinhar melhor as NDC com os objetivos do Acordo de Paris para criar sinais mais fortes de política interna e investimento
	Melhorar o ecossistema local para o investimento no clima	Reforçar o desenvolvimento de capacidades e criar ambientes mais propícios para desbloquear o capital privado nacional inexplorado, particularmente nos Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento (MEED/EMDE)
Atuar para melhorar os dados	Simplificar e normalizar as taxonomias e os relatórios	Trabalhar em todos os países para harmonizar e melhorar a interoperabilidade destas ferramentas, a fim de reduzir a sobrecarga com relatórios
	Tornar os dados relativos ao financiamento do clima amplamente acessíveis e disponíveis	Conseguir uma maior transparência e liderança por parte dos governos e das instituições financeiras para o desenvolvimento (IFD) numa abordagem nova, normalizada e centralizada para a monitorização dos dados de financiamento climático

Fonte: <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2023/11/Global-Landscape-of-Climate-Finance-2023.pdf>

Da análise realizada aos vários fundos públicos, privados e mistos destinados a investir em projetos que promovam a diminuição das emissões de GEE, a resiliência às mudanças climáticas, e o reforço do quadro para a ação climática conclui-se que:

- Cabo Verde já tem recorrido ao financiamento de alguns desses fundos, pelo que faz sentido capitalizar esse conhecimento. Importa assim procurar montar um fórum interministerial que inclua o Governo, Doadores, Bancos Comerciais e as Câmaras de Comércio para a partilha de projetos e de financiamentos. Este deverá ser o ponto de partida para agregação de ideias e a construção de propostas a partir desta, numa ótica de geometria variável de colaborações.
- Muito dos fundos para quais Cabo Verde é elegível são multilaterais o que pode demonstrar que os projetos ainda necessitam sempre de uma intervenção pública para mitigar alguns dos riscos intrínsecos a estes projetos ou um cofinanciamento. Importa assegurar que Cabo Verde tenha uma taxa de sucesso elevada nas aplicações que faz a fundos de investimento.
- Existem vários tipos de possibilidade de apoio financeiros: donativos, empréstimos com taxas de juro mais favoráveis, cofinanciamento, garantias para minimizar o risco da componente privada, entre outros. A solução final resultará de um diálogo entre o promotor do projeto e o financiador.
- Existe espaço para o desenho de instrumentos complementares que podem apoiar a capacidade de Cabo Verde para angariar financiamento para o setor, nomeadamente acordos-quadro com instituições financeiras ou parceiros de desenvolvimento e o financiamento para o desenho de projetos.
- Existem fundos com âmbito de atuação mais alargado (desenvolvimento sustentável) e outros específicos para adaptação, mitigação ou ambos. Importa assegurar junto do ponto focal dos fundos ou diretamente que a tipologia de projeto é elegível, reduzindo-se assim o risco de insucesso na candidatura.
- Importa assegurar em Cabo Verde uma experiência real na montagem de projetos de financiamento de modo a aumentar a taxa de sucesso das candidaturas e da sua execução efetiva. Agregar projetos e financiadores é uma matriz complexa que exige experiência local *on - the- job*.
- Os processos de candidatura são exigentes ao nível da identificação e quantificação dos impactes do projeto no ambiente e nas pessoas, o que requer uma organização significativa aquando da elaboração da candidatura. Por isso, Cabo Verde já dispõe de ferramenta para estimar o potencial em termos de benefício em relação ao custo e priorização dos projetos.
- Ter uma definição clara do objeto a candidatar a financiamento, dos impactos positivos gerados pelo investimento e a sua ligação à estratégia do país, alinhada com o âmbito do investimento. Tentar candidatar uma ideia de projeto que não esteja bem definida é uma perda de tempo tendo um custo de oportunidade elevado para Cabo Verde.

- É necessário analisar os projetos que Cabo Verde possa ter em *pipeline* para concretizar a NDC, a LT-LEDS, o NAP, para identificar qual o fundo que mais se apropria ao impacto que o projeto irá ter.
- É necessário que o setor financeiro privado de Cabo Verde também contribua para este processo, através de cofinanciamento ou outra alavancagem.
- O setor privado ainda não está diretamente envolvido no financiamento da adaptação às mudanças climáticas e não existe um quadro de acompanhamento do financiamento para monitorizar os potenciais ações de adaptação financiadas em Cabo Verde pelo setor privado.
- O mesmo acontece com a sociedade civil, pese embora já ter mobilizado algum financiamento relacionado com clima. A operacionalização do Fórum do Cidadão e do Clima e a sua atividade pode ser fulcral na dinamização de um papel mais ativo na mobilização de apoio climático para e por este setor.



Salinas do Porto Inglês – Ilha do Maio

Glossário

Para progredir no domínio do financiamento do clima, é necessário que haja um entendimento comum de definições chave que se apresentam de seguida.

ACB – Análise Custo Benefício: As estimativas de custos e benefícios dos projetos de investimentos e a análise destes devem ajudar os governos, a aperfeiçoar os planos de mudanças climáticas, demonstrando até que ponto os planos de financiamento são suficientes para cumprir as metas de mitigação e as necessidades de adaptação. A utilização da ACB deve também ajudar a angariar financiamento, tanto no âmbito dos orçamentos nacionais como a nível internacional porque demonstra ao potencial financiador que a proposta/projeto foi cuidadosamente avaliada que as mudanças climáticas foram consideradas de forma rigorosa. Alguns fundos climáticos exigem este tipo de análise para confirmar o financiamento.

ACE – Análise de Custo Eficácia: Os custos são avaliados em termos monetários, os benefícios são quantificados em unidades físicas (tCO₂e). Este método permite analisar o custo de diferentes opções que atingem objetivos semelhantes (tCO₂e), gerando um ranking em termos de custos por unidade. Permite analisar casos/projetos com múltiplos objetivos ou critérios, mas apenas se forem quantificáveis.

AMC – Análise Multicritério: São consideradas classificações de alternativas com base em vários critérios de prioridade, tendo a possibilidade de considerar certos benefícios que por vezes não são quantificáveis (ou seja: preservação da biodiversidade). Este método de priorização permite combinar critérios financeiros/econômicos com outros critérios: técnicos, ambientais e sociais. As abordagens AMC podem ser complementadas com ACB e ACE.

CQNUMC – A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change) foi aprovada em 1992, com o objetivo de estabilizar a concentração de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera a um nível que evite que as atividades humanas interfiram negativamente com o sistema climático, distinguindo claramente obrigações diferenciadas para países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Dupla contagem de emissões: O Acordo de Paris estabelece que as Partes devem aplicar uma contabilidade sólida ao adotar abordagens de cooperação que envolvam a utilização de resultados de mitigação transferidos internacionalmente para uma NDC, a fim de garantir, nomeadamente, que não haja dupla contagem³⁶. A dupla contagem inclui a emissão dupla, reclamação dupla e uso duplo³⁷. Mais precisamente, o artigo 13.º do Acordo de Paris e as atividades relacionadas com a transparência pedem para evitar a dupla contagem na comunicação de informações sobre o apoio necessário e recebido³⁸.

Financiamento climático: Financiamento destinado a reduzir as emissões e a aumentar os sumidouros de GEE. Tem também como objetivo reduzir a vulnerabilidade dos sistemas humanos e ecológicos aos impactos negativos das mudanças climáticas, bem como manter e aumentar a sua resiliência (ver [UNFCCC Standing Committee on Finance – SCF, 2020](#)).

³⁶ United Nations Framework Convention on Climate Change. (2022). ETF reference manual (Version 2). <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/v2 ETFReferencemanual.pdf>

³⁷ Integrity Council for the Voluntary Carbon Market. (n.d.). Os princípios fundamentais do carbono. <https://icvcm.org/pt-pt/os-principios-fundamentais-do-carbono/?redirect=true>

³⁸ Climate Transparency Platform. (2024). Climate support – BTR reporting requirements (Report No. 1). <https://climate-transparency-platform.org/sites/default/files/2024-05/1.%20Climate%20support%20-%20BTR%20reporting%20requirements.pdf>

Financiamento da adaptação: Financiamento direcionado para atividades que reduzem a vulnerabilidade dos seres humanos ou dos sistemas naturais aos impactos das mudanças climáticas e dos riscos relacionados ao clima, mantendo ou aumentando a capacidade de adaptação e a resiliência.

Financiamento da mitigação: Financiamento direcionado para atividades que a) contribuam para reduzir ou evitar emissões de GEE, incluindo gases regulados pelo Protocolo de Montreal ou b) mantenham ou aumentem os sumidouros e reservatórios de GEE.

Global Stocktake. Balanço Global (GST), estabelecido pelo Acordo de Paris, é um processo que está no centro do mecanismo de ambição do Acordo de Paris para avaliar a resposta do mundo à crise climática a cada cinco anos e informar a ronda seguinte de apresentação de NDC novas ou revistas. O primeiro balanço foi concluído na COP28. O GST avalia os progressos, à escala global, na redução das emissões de gases de efeito estufa, na construção de resiliência aos impactos climáticos e na obtenção de financiamento e apoio para enfrentar a crise do clima.

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change) criado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988 com o objetivo de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima, suas implicações e possíveis riscos futuros, bem como para propor opções de adaptação e mitigação.

Mercados e Créditos de Carbono: Os mercados de carbono transformam as emissões de CO₂ em mercadoria, atribuindo-lhes um preço, e constituem um mecanismo crucial para atenuar a crise climática, permitindo o comércio de créditos e a compensações de emissões de carbono. Este sistema, que teve origem em acordos internacionais como o Protocolo de Quioto, evoluiu para incluir mercados regulamentares e voluntários, desempenhando cada um deles um papel significativo na redução das emissões globais.

A [Iniciativa para os Mercados Africanos de Carbono \(ACMI\)](#) trabalha para aumentar significativamente os mercados de carbono em África, de modo a concretizar o potencial do continente e a apoiar um desenvolvimento duradouro e com impacto.

NAP – Plano Nacional de Adaptação (*National Adaptation Plan*), estabelecido no âmbito do Quadro de Adaptação de Cancun e destacado no Acordo de Paris, visa identificar necessidades de adaptação a médio e longo prazo, informadas pela ciência mais recente. Uma vez identificadas as principais vulnerabilidades às mudanças climáticas, o processo do NAP desenvolve estratégias para as resolver.

NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada (*Nationally Determined Contributions*), está no coração do Acordo de Paris e da concretização dos seus objetivos a longo prazo. As NDC incorporam os esforços de cada país para reduzir as emissões nacionais e adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas. O Acordo de Paris exige que cada Parte prepare, comunique e mantenha sucessivas contribuições determinadas a nível nacional (NDC) que pretende alcançar.

PA – Acordo de Paris (Paris Agreement), acordado em 2015, e que reúne hoje 194 Partes, e marca uma nova era nos esforços globais para combater as mudanças climáticas. Com este Acordo, todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se comprometem a empreender esforços progressivamente mais ambiciosos no combate às mudanças climáticas, reconhecendo que os países em desenvolvimento devem ser apoiados para a implementação efetiva do Acordo de Paris.

Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) Alguns dos territórios mais vulneráveis do mundo às mudanças climáticas são os SIDS dos quais Cabo Verde faz parte. Embora os SIDS apresentem um vasto leque de diferenças, como a localização, o ambiente cultural, a língua, a complexidade geológica, a dimensão e a demografia, estes partilham características semelhantes que podem conduzir a uma maior vulnerabilidade. A nível internacional, os SIDS estão frequentemente sub-representados, devido à sua dimensão e aos problemas de capacidade que enfrentam. Este grupo foi reconhecido pela primeira vez como um grupo distinto de países em desenvolvimento na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 1992, também conhecida como Conferência do Rio ou Cimeira da Terra. Os SIDS partilham muitas características e desafios semelhantes em relação ao financiamento climático como (i) o afastamento geográfico (ii) a dependência do comércio internacional (iii) as exigências de infraestruturas dispendiosas (iv) populações mais pequenas que estão em constante crescimento (v) pequenas economias (vi) elevada suscetibilidade a catástrofes naturais (vii) uma maior dependência dos serviços ecossistêmicos e (viii) uns ambientes únicos e frequentemente frágeis.

Os SIDS enfrentam muitos desafios únicos, alguns dos quais são causados ou exacerbados pelas mudanças climáticas. Dificuldades geográficas, dificuldades económicas e vulnerabilidades sociais são desafios aos quais os SIDS são mais vulneráveis do que a maioria dos outros países. Embora estes países e territórios estejam entre os que menos contribuem historicamente para as emissões de GEE, são alguns dos mais profundamente afetados pelos impactos das mudanças climáticas.

Cabo Verde, com 39 outros países, faz parte da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), uma organização intergovernamental de Estados costeiros e insulares. O objetivo da AOSIS é assegurar que a voz dos SIDS seja melhor ouvida face às mudanças climáticas e que eles recebam financiamento proporcional aos desafios que enfrentam. Estão a ser criadas fundos para prestar mais atenção aos SIDS. Exemplos são o Fundo Especial para as Mudanças Climáticas – SCCF gerido pelo Fundo Global para o Ambiente – GEF (ver 2.4.6 p. 48), ou o Fundo Verde para o Clima – GCF que aumentou o montante disponível para a adaptação.

Títulos e Obrigações para reforçar a ação climática e os seus investimentos propostos pelas bolsas de valores. Os títulos Azuis são qualquer tipo de instrumento de dívida utilizado para captar recursos com o objetivo de financiar ou refinanciar, no todo ou em parte, projetos e compra de ativos relacionados à água/oceano/economia azul. Os títulos Verdes correspondem a qualquer tipo de instrumento de dívida utilizado para captar recursos com o objetivo de financiar ou refinanciar, no todo ou em parte, projetos e compra de ativos capazes de trazer benefícios ao meio ambiente ou ainda contribuir para amenizar os efeitos das mudanças climáticas. As obrigações sustentáveis: qualquer tipo de instrumento de dívida utilizado para captar recursos com o objetivo de financiar ou refinanciar, no todo ou em parte, uma combinação de um ou mais projetos que contribuam positivamente para o desenvolvimento sustentável.

Enquanto os títulos Sociais são qualquer tipo de instrumento de dívida, de capital e/ou híbrido utilizado para captar recursos com o objetivo de financiar ou refinanciar, no todo ou em parte, projetos e compra de ativos capazes de contribuir para amenizar os problemas socioeconómicos.

Referências

Adil, L., Eckstein, D., Kuenzel, V., Schaefer, L.: Climate Risk Index 2025 – Who suffers most from extreme weather events? <http://www.germanwatch.org/en/93013>

Acordo do Paris. Acessível em português em [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22016A1019\(01\)&from=PL](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22016A1019(01)&from=PL)

Alliance for Hydromet Development (July 2024), *Hydromet Gap Report 2024*. <https://library.wmo.int/idurl/4/68926>

Climate Transparency Platform. (2024). *Climate support – BTR reporting requirements* (Report No. 1). <https://climate-transparency-platform.org/sites/default/files/2024-05/1.%20Climate%20support%20-%20BTR%20reporting%20requirements.pdf>

COP29 Azerbaijan. (2024, July 18). *Azerbaijan launches Climate Finance Action Fund in package of initiatives for COP29*. COP29 Azerbaijan. <https://cop29.az/en/news/azerbaijan-launches-climate-finance-action-fund-in-package-of-initiatives-for-cop29>

CPI <https://www.climatepolicyinitiative.org/>

CPI, Global Landscape of Climate Finance 2023 – November 2023 CPI Landscape of Climate Finance in Africa – October 2024

DW. (2024, July 20). *Azerbaijan unveils COP29 agenda amid financial deadlock*. DW. <https://www.dw.com/en/azerbaijan-unveils-cop29-agenda-amid-financial-deadlock/a-70241019>

ECDPM brief, KARAKI K. e BILAL S (April 2024) “The EU and debt-for-climate swaps: Geopolitical ambitions and development impacts”

Eurodad, European network on debt and development, Fresnillo Iolanda (November 2023), “Miracle or mirage? Are debt swaps really a silver bullet?”

FMI, African Department (July 2024), Cabo Verde: Fourth Review of the Arrangement Under the Extended Credit Facility and First Review of the Arrangement Under the Resilience and Sustainability Facility and Request of Rephasing of Availability Dates–Press Release. and Staff Report– (IMF Staff Country Reports Vol. 2024, No. 257 30 Jul. 2024). <https://doi.org/10.5089/9798400283918.002>

FMI, Fiscal Affairs Department (April 2024), Cabo Verde: Technical Assistance Report, –Climate Public Investment Management Assessment (C-PIMA)

Fransen, T., Northrop, E., Mogelgaard, K., & Levin, K. (2017). *Enhancing NDCs by 2020: Achieving the goals of the Paris Agreement*. World Resources Institute.

IISD. (2024, November 27). *Baku conference sets new collective climate finance goal*. SDG Knowledge Hub. <https://sdg.iisd.org/news/baku-conference-sets-new-collective-climate-finance-goal/>

Institute for Agriculture and Trade Policy. (2023). *The EU's double standards on double counting*. <https://www.iatp.org/eus-double-standards-double-counting>

Integrity Council for the Voluntary Carbon Market. (n.d.). *Os princípios fundamentais do carbono*. <https://icvcm.org/pt-pt/os-principios-fundamentais-do-carbono/?redirect=true>

Manuel Junior, Cavalheiro, G., & Gotthardt, S. (2024). *O papel da transparência no aumento da ambição da ação climática: A ligação dos BTR às NDC – 7º Seminário do Núcleo Lusófono*. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. https://portaldoclima.gov.cv/wp-content/uploads/2024/05/2024_Relatorio-Final-Seminario-Nucleo-Lusofono_Angola.pdf

NDC Partnership. (n.d.). *Climate funds explorer*. <https://ndcpartnership.org/knowledge-portal/climate-funds-explorer>

Portal do clima de Cabo Verde <https://portaldoclima.gov.cv/recurso/estudo-sobre-a-medicao-da-vulnerabilidade-climatica-em-cabo-verde-relatorio-final/>

The Guardian. (2024, July 20). *COP29 host Azerbaijan seeks \$1bn from fossil fuel producers for climate fund*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/article/2024/jul/20/cop29-host-azerbaijan-seeks-1bn-from-fossil-fuel-producers-for-climate-fund>

UNFCCC. (2024, November 24). COP29 UN Climate Conference agrees to triple finance to developing countries, protecting lives and livelihoods. <https://unfccc.int/news/cop29-un-climate-conference-agrees-to-triple-finance-to-developing-countries-protecting-lives-and>

UNFCCC. (n.d.). *Standing Committee on Finance (SCF)*. UNFCCC. <https://unfccc.int/SCF>

United Nations Framework Convention on Climate Change. (2022). *ETF reference manual* (Version 2). <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/v2 ETFreferencemanual.pdf>

United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR), (2024), *Global Status of Multi-Hazard Early Warning Systems*. <https://www.undrr.org/media/102535>

World Bank, *Cabo Verde – Country Climate and Development Report (English)*. Washington, D.C.: World Bank Group. (<http://documents.worldbank.org/curated/en/099011425053533766>)

World Bank, *Cabo Verde Economic Update – Blue Economy: The Latent Potential of Fisheries and Aquaculture in Cabo Verde*

World Bank, *Cabo Verde – Resilient Tourism and Blue Economy Development Project: Second Additional Financing (English)*. Washington, D.C.: World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/099041124092013320/BOSIB1c7f2bdd30091b7c51e1fc391 90510>

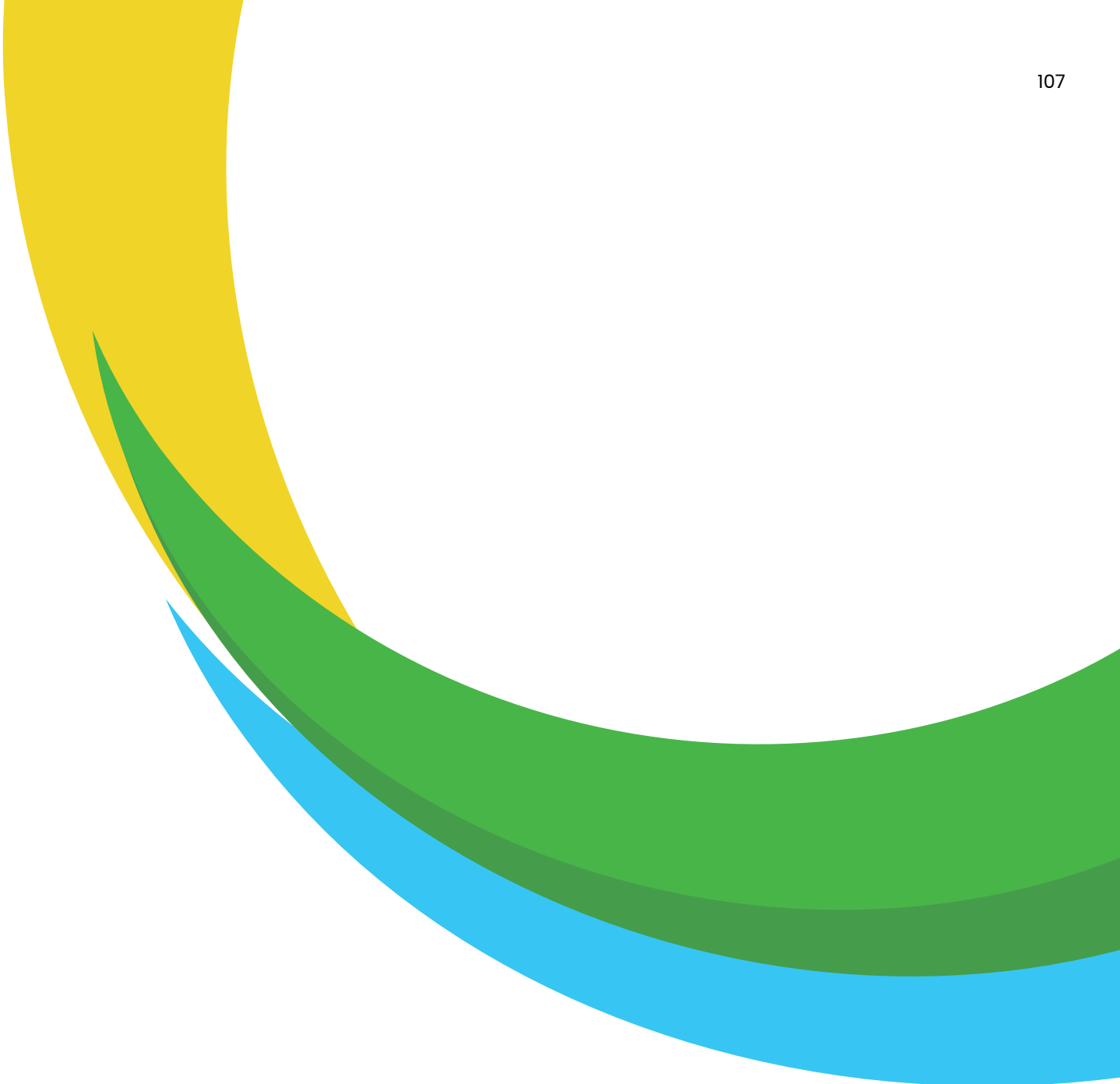
World Meteorological Organization (WMO), (2023), *Early Warnings for All in Focus: Hazard Monitoring and Forecasting– Results of the Pillar 2 Rapid Assessment, Analytical Brief*. <https://wmo.int/files/early- warnings-all-focus-hazard-monitoring-and-forecasting>

World Resources Institute. (2024, March 15). NCQG Deep Dive: How We Reach \$300 Billion and \$1.3 Trillion. <https://www.wri.org/insights/ncqg-climate-finance-goals-explained>

World Resources Institute, *Statement-oecd-report-shows-developed-countries-met-100b-goal-first-time*, May 29, 2024 (<https://www.wri.org/news/statement-oecd-report-shows-developed-countries-met-100b-goal-first-time>)



Mosteiros – Ilha do Fogo



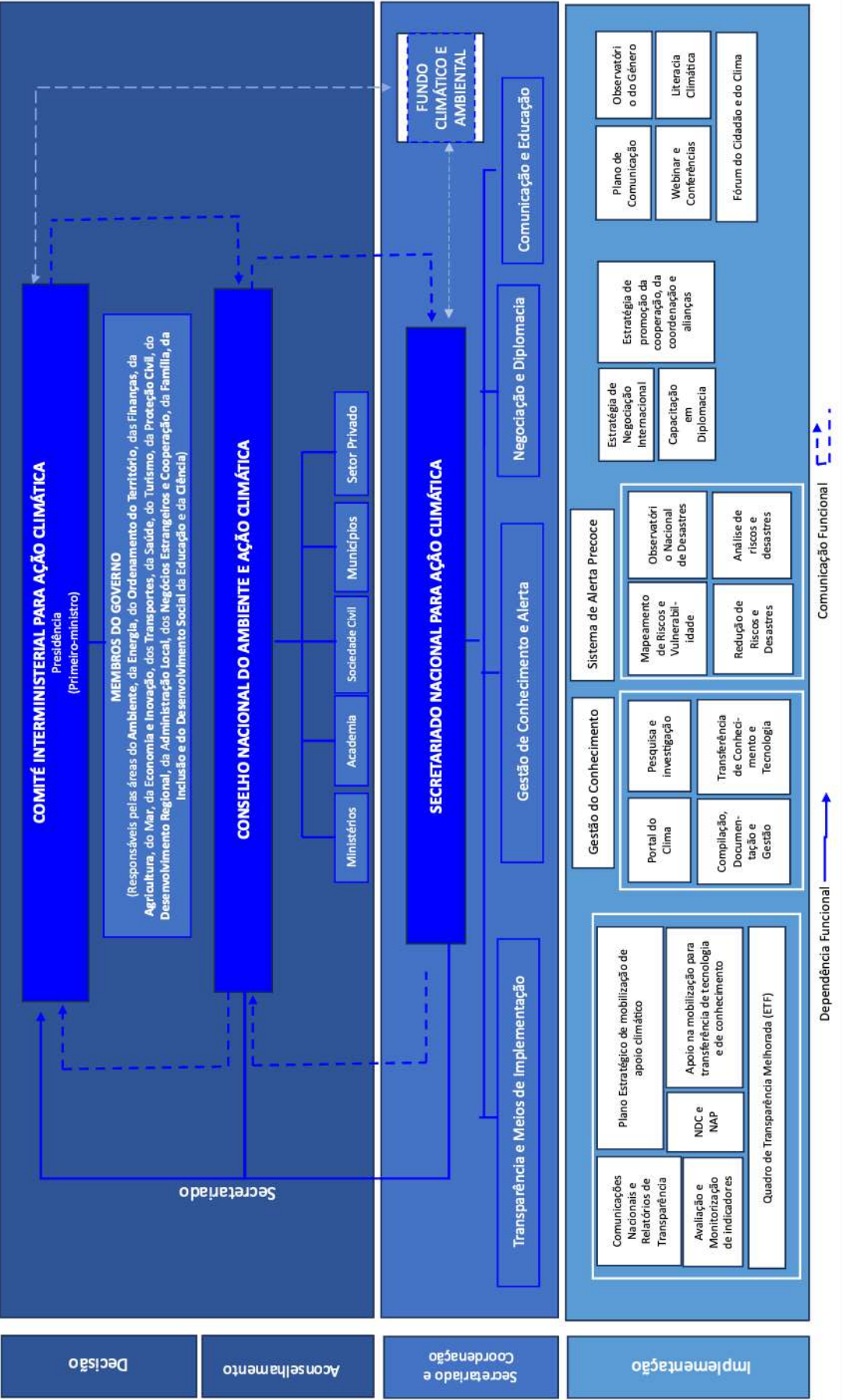
Anexos

Anexo A**Departamentos do SNAC e áreas de atuação**

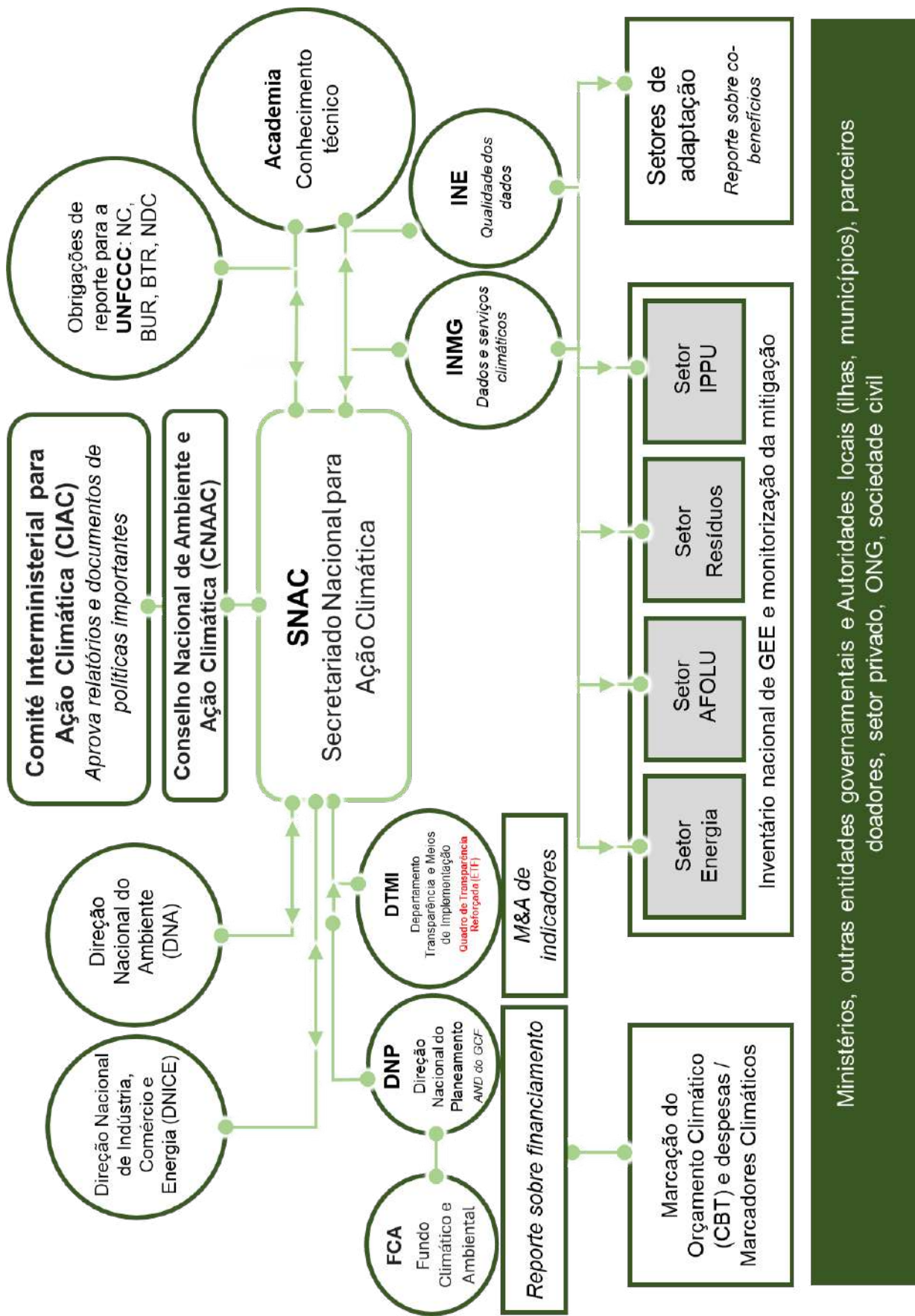
DEPARTAMENTO	ÁREAS DE ATUAÇÃO
Transparência e Meios de implementação	Quadro de transparência melhorada (ETF) Prestação de contas, Auditoria e Transparência Monitorização, reporte e avaliação de Iniciativas Climáticas Participação e Fiscalização Pesquisa e Desenvolvimento de Indicadores de Transparência Estratégias de mobilização de apoios climáticos Mobilização para transferências de tecnologias e conhecimento NDC e NAP
Gestão de Conhecimento e Alerta	Produção e Disseminação de Conhecimento Científico Monitorização e Alerta de Mudanças Climáticas Análise e redução de riscos e desastres, observatório de desastres Portal do Clima Divulgação de Informações sobre Mudanças Climáticas Sistemas de alerta prévio Mapeamento de riscos e vulnerabilidade Observatório Nacional de Desastres Análises e redução de riscos e desastres Compilação de documentação e gestão
Negociação e Diplomacia	Negociação e participação em Acordos e Conferências Internacionais Cooperação Internacional em Matéria Climática Capacitação em negociação Promoção da cooperação, da coordenação e alianças
Comunicação e Educação	Fórum do Cidadão e do Clima Implementação de ações de comunicação e sensibilização Estratégias de Comunicação e Sensibilização (Planos de Comunicação) Engajamento da Sociedade e Campanhas de Conscientização Publicidade Responsável e Comunicação Empresarial Género e Grupos Vulneráveis

Anexo B

Quadro da Governança Climática pormenorizado



Anexo C
Quadro Governança Climática: Entidades, Obrigação de reporte, Setores



Anexo D

Tipos de troca da dívida, os agentes envolvidos e as outras características

TIPOS DE TROCA / CONVERSÃO DA DÍVIDA	AGENTES ENVOLVIDOS	OUTRAS CARACTERÍSTICAS
Conversão da dívida bilaterais	Credor bilateral e um devedor soberano	- A dívida bilateral é tratada - Os desembolsos são geralmente efetuados em moeda local - Podem ser declarados como ajuda pública ao desenvolvimento (APD) - Austrália, Bélgica, França, Itália, Alemanha, Noruega, Portugal, Espanha e Estados Unidos contam-se entre países que criaram programas bilaterais de conversão da dívida
Participação de terceiros nas conversões das dívidas	Credor bilateral, devedor soberano e intervenientes multilateral ou fundo múltiplo (público ou privado)	- Tratamento da dívida bilateral - Os desembolsos para um fundo multilateral são efetuados em moeda local - Podem ser declarados como ajuda pública ao desenvolvimento (APD) - Programas ativos com o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e o Paludismo (Fundo Mundial)
Conversões das dívidas através do setor privado por recuperação (compra) da dívida	Credor bilateral ou privados (detentor de obrigações), um devedor soberano e um agente privado sem fins lucrativos	- Tratamento da dívida bilateral ou, mais recentemente, da dívida obrigacionista - Envolve uma recuperação/compra da dívida a uma nova emissão da dívida ou um empréstimo - Utilizado principalmente para trocas de dívida por natureza - Envolve normalmente bancos comerciais, bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições de financiamento do desenvolvimento, companhias de seguro, consultores jurídico e financeira e outras instituições financeiras privadas..

Anexo E**Folheto : Readiness NAP “Planeamento da Ação Climática a Nível Local”**

O projeto proposto visa contribuir para o objetivo global em que “Cabo Verde possui as ferramentas e competências técnicas e recursos financeiros adequados para conceber, implementar, coordenar e monitorizar a adaptação climática e intervenções de reforço da resiliência a nível local que favoreçam uma transição justa para os mais vulneráveis”


Ministério das Finanças


DIREÇÃO NACIONAL DO PLANEAMENTO

CABO VERDE'S CLIMATE ACTION PLANNING AT LOCAL LEVEL

This readiness proposal aims to support the National Adaptation Plan (NAP) execution at local level for effective climate action and adaptation.



24 MONTHS

GCF READINESS PROGRAMME

PROJECT OUTCOMES	DETAILS	BENEFICIARIES
Local Climate Action Plans	Draw up local climate action plans with project sheets for concrete climate change adaptation actions	<u>Direct Beneficiaries:</u> - Public authorities, private sector and civil society - Vulnerable communities, including women, youth, and marginalized groups
Building Capacity	Capacitate key local actors in areas of planning, implementation and monitoring across the entire territory	<u>Indirect Beneficiaries:</u> - The general population of Cabo Verde - National and regional institutions - Future generations
Improve Private Climate Finance	Enhance knowledge and information for private sector on climate resource mobilisation	

FUNDING SUMMARY

\$3,000,000 PROPOSAL AMOUNT (INCLUDING MANAGEMENT COSTS)	 37% Capacity Building
\$1,040,000 LOCAL ACTION PLANNING	 41% Planning Development
\$953,400 CAPACITY BUILDING	 10% Multi-stakeholder Engagement
\$301,290 PRIVATE SECTOR	 12% Private Sector Engagement

By investing in this initiative, the GCF will enable Cabo Verde to strengthen its institutional capacity, enhance climate finance readiness, and implement evidence-based climate adaptation measures at local level. This is strategically aligned with the GCF Readiness Objective 3: National Adaptation Plan (NAP) support.



GREEN CLIMATE FUND

CONTACT INFORMATION

NDA: Ministry of Finance Contact person: Mr. Gilson Gomes Pina National Director of Planning +238 2607611 Gilson.g.pina@mf.gov.cv	Delivery Partner: LuxDev Mr. Yves Dublin Resident Representative (ad-interim) +238 2604740 dublin@luxdev.lu
--	--



LUXDEV
Luxembourg Development Agency

CABO VERDE'S CLIMATE ACTION PLANNING AT LOCAL LEVEL

This readiness proposal aims to support the National Adaptation Plan (NAP) execution at local level for effective climate action and adaptation.

24 MONTHS

GCF READINESS PROGRAMME



PROJECT OUTCOMES	WHAT IS EXPETED	HOW WILL IT HAPPEN
Local Climate Action Plans	Sub-national and sectoral adaptation plans developed	6 municipalities already have Local Climate Action Plans (PLAC) - Supporting 16 municipalities in developing PLAC will make Cabo Verde the first country with nationwide sub-national adaptation plans
	Studies on climate vulnerability, and identification of adaptation solutions conducted for strengthening adaptation investment	Three sets of activities will be undertaken to develop PLACs at local level such as: - Updating the climate risk and vulnerability assessments, and maps for the 16 municipalities - Revising the municipalities emergency plans - Analysing two value chains of key sectors per municipalities - Developing criteria for evaluating and prioritising adaptation actions
Building Capacity	Stakeholders' engagement, awareness raising actions and improving people's knowledge of climate issues	- Climate communication and awareness-raising plans at local level - Organising community engagement events - Portal do Clima de Cabo Verde (governmental communication tool)
	Adaptation impact monitoring, evaluation and learning systems strengthened for strategic planning and investment	- Enhancing the decentralised M&E system to support informed decision-making and enhance reporting standards to the UNFCCC - Strengthening public financial management at local level (HCBA and climate budget markers)
	Capacity building provided to the private sector on adaptation options	Providing trainings to entities that represent private actors about accessing funding for local climate action, nature and ecosystem-based solutions
Improve Private Climate Finance	Strategies to stimulate private investment in adaptation solutions	- Strategic Plan for Private Sector Involvement in PLAC - Local Government - Representatives of the Private sector
	Assessments and knowledge products to inform the private sector on adaption options and GCF finance developed	- Organisation of an exhibition/conference "Private Sector climate finance at local level" intended to: - raising awareness of private sector on resource mobilisation, climate finance and other supports - identifying opportunities for investment adaptation and disaster risk reduction initiatives and technologies.

Anexo F

Folheto: Readiness QGG “Cabo Verde Quadro da Governança Climática”

O projeto proposto visa contribuir para o objetivo global em que “Cabo Verde dispõe de um Quadro de Governação Climática eficaz e eficiente que permite uma abordagem horizontal, com os ministérios e instituições relevantes, ao mesmo tempo que promove a gestão do conhecimento e da informação e a partilha de documentos estratégicos nacionais a nível internacional”.



CABO VERDE'S CLIMATE GOVERNANCE FRAMEWORK

This readiness proposal aims to support functioning centralised institutional arrangements in fostering climate resilience and low-carbon development of the country.



18 MONTHS

GCF READINESS PROGRAMME

PROJECT OUTCOMES	DETAILS	BENEFICIARIES
Building Capacity	Capacitate Climate Governance actors in planning, programming and implementation for GCF funded activities	Direct Beneficiaries: - Public authorities, private sector and civil society - Vulnerable communities, including women, youth, and marginalized groups Indirect Beneficiaries: - The general population of Cabo Verde - National and regional institutions - Future generations
Strategies developed	Enhance planning mechanism and sectoral frameworks through strategy development	
Knowledge Management improved	Strengthen information sharing to support planning and programming of climate actions	

FUNDING SUMMARY

\$800,000
PROPOSAL AMOUNT (INCLUDING MANAGEMENT COSTS)
\$312,980
CAPACITY BUILDING
\$213,100
STRATEGIES DEVELOPMENT
\$184,750
KNOWLEDGE MANAGEMENT

KEY RESULTS AREAS

 39% Capacity Building	 20% Sectoral Strategic Frameworks developed
 14% NDC 3.0 Financing Strategy	 27% National ETF enhanced

By investing in this initiative, the GCF will help Cabo Verde enhance its institutional capacity, boost transparency, and promote inclusive climate governance. This aligns with national policies and GCF Readiness Objectives 1 and 2—building capacity for greater engagement and establishing strategic frameworks to address policy gaps and improve sectoral expertise.

CONTACT INFORMATION

NDA: Ministry of Finance Contact person: Mr. Gilson Gomes Pina National Director of Planning +238 2607611 Gilson.g.pina@m.f.gov.cv	Delivery Partner: LuxDev Mr. Yves Dublin Resident Representative (ad-interim) +238 2604740 dublin@luxdev.lu
---	--





GREEN CLIMATE FUND

CABO VERDE'S CLIMATE GOVERNANCE FRAMEWORK

This readiness proposal aims to support functioning centralised institutional arrangements in fostering climate resilience and low-carbon development of the country.

18 MONTHS

GCF READINESS PROGRAMME



PROJECT OUTCOMES

WHAT IS EXPETED

HOW WILL IT HAPPEN

Building Capacity

Climate Governance Framework (QGC) entities staff trained in areas relevant to the GCF objectives of the GCF and oversight of GCF activities

QGC mechanisms strengthened for interinstitutional coordination, including engagement with GCF and other climate funds

- Capacity building programme to QGC actors at all levels (decision-making, advisory, secretariat and coordination, and execution)
- National Designated Authority staff trained to evaluate project concept notes and proposals from Direct Access Entities under GCF
- Train QGC stakeholders (municipalities, private sector, academia and community organisations) on enhancing climate-related investment proposals during design, implementation and follow-up
- Needs assessment and action plans of the QGC actors to define required capacities to operationalise effectively and efficiently the QGC
- Coaching sessions to promote clear and transparent communication mechanisms among QGC actors and relevant ministries and to international donors

Knowledge Management improved

Relevant stakeholders engaged and trained to support planning, programming and implementation of GCF funded activities

Monitoring and evaluation systems for climate finance flow tracking enhanced

- The national ETF* system strengthened to guarantee information flows among focal points throughout the QGC ecosystem to track the progress of Cabo Verde's NDC
- An extension of this activity is the operability of climate budget markers across all relevant stakeholders, contributing to a system to support planning and monitoring activities for climate action
- Support on the elaboration of the Biennial Transparency Report for communication on the progress made NDC implementation

Strategies developed

NDC 3.0 financing strategy developed

Sectoral strategic frameworks and plans developed

- Update the financing strategy and investment plan for the implementation of NDC 3.0 to mobilise climate support
- Develop six sectoral action plans to create an enabling environment to facilitate the integration of adaptation into planning and budgeting

*ETF = Enhanced Transparency Framework

Anexo G**Fundo Fiduciário do GEF**

Os projetos que beneficiaram de financiamento do fundo fiduciário:

TÍTULO	ÁREAS FOCAIS	TIPO	AGÊNCIA	SUBVENÇÃO DO GEF	COFINANCIAMENTO	ESTADO	PERÍODO GEF - FONTE
Acelerar a transição de Cabo Verde para a economia azul e verde	Biodiversidade, degradação dos solos	Projeto de grande dimensão	FAO	10.024.158	31.188.895	Conceito aprovado	GEF-8 Trustfund
Adoção integrada da mobilidade elétrica no setor marítimo através da inovação em tecnologias limpas	Mudanças climáticas	Projeto de média dimensão	ONUDI	1.008.806	2.610.000	Projeto aprovado	GEF-7 Trustfund
Reforço dos sistemas de governança da biodiversidade para a gestão sustentável dos recursos naturais vivos em Cabo Verde	Biodiversidade	Projeto de grande dimensão	PNUD	3,484,703	24.663.133	Projeto aprovado	GEF-7 Trustfund
Rumo à neutralidade da degradação dos solos para melhorar a equidade, a sustentabilidade e a resiliência	Degradação dos solos	Projeto de grande dimensão	FAO	2.183.105	7.528.482	Projeto aprovado	GEF-7 Trustfund
Quarta Comunicação Nacional e Primeiro Relatório Bienal de Atualização da República de Cabo Verde no âmbito da UNFCCC	Mudanças climáticas	Atividade de habilitação	PNUD	852.000	703.050	Projeto aprovado	GEF-7 Trustfund
Acesso à energia sustentável para gerir os recursos hídricos: Abordar onexo energia-água	Mudanças climáticas	Projeto de média dimensão	ONUDI	1.781.484	14.949.551	Projeto aprovado	GEF-6 Trustfund
Gerir as ameaças de múltiplos setores aos ecossistemas marinhos para alcançar um crescimento azul sustentável	Biodiversidade	Projeto de grande dimensão	PNUD	3.787.864	22.327.788	Projeto aprovado	GEF-6 Trustfund

TÍTULO	ÁREAS FOCAIS	TIPO	AGÊNCIA	SUBVENÇÃO DO GEF	COFINANCIAMENTO	ESTADO	PERÍODO GEF - FONTE
Atividades de apoio à revisão e atualização do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP)	Produtos químicos e resíduos	Atividade de habilitação	ONUDI	170.000	170.000	Concluído	GEF-6 Trustfund
Apoio ao alinhamento do programa de ação nacional de Cabo Verde com a estratégia decenal da UNCCD e preparação de relatório e processo de revisão	Degradação dos solos	Atividade de habilitação	PNUA	136.986	160.000	Concluído	GEF-5 Trustfund
Integração da conservação da biodiversidade no setor do turismo em sinergia com um sistema de áreas protegidas mais reforçado em Cabo Verde	Biodiversidade	Projeto de grande dimensão	PNUD	3.664.640	10.047.191	Concluído	GEF-5 Trustfund
Projeto de Eficiência Energética dos Edifícios e Electrodomésticos de Cabo Verde (CABEEP)	Mudanças climáticas	Projeto de média dimensão	PNUD	1.918.400	10.036.998	Concluído	GEF-5 Trustfund
SPWA-CC: Promover o desenvolvimento baseado no mercado de sistemas de energia renovável de pequena e média escala em Cabo Verde.	Mudanças climáticas	Projeto de grande dimensão	ONUDI	1.758.182	6.856.421	Concluído	GEF-4 Trustfund
SPWA-BD: Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde	Biodiversidade	Projeto em tamanho real	PNUD	3.100.000	16.780.738	Concluído	GEF-4 Trustfund

TÍTULO	ÁREAS FOCAIS	TIPO	AGÊNCIA	SUBVENÇÃO DO GEF	COFINANCIAMENTO	ESTADO	PERÍODO GEF - FONTE
O Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação para Cabo Verde	Produtos químicos e resíduos	Atividade de habilitação	PNUA	303.100		Concluído	GEF-3 Trustfund
Autoavaliação das capacidades nacionais para a gestão global do ambiente (NCSA)		Atividade de habilitação	PNUD	200.000		Concluído	GEF-3 Trustfund
Gestão Participativa Integrada dos Ecossistemas nas Áreas Protegidas e nas suas imediações, Fase I	Biodiversidade	Projeto de grande dimensão	PNUD	3.585.600	6.186.900	Concluído	GEF-3 Trustfund
Elaboração da Segunda Comunicação Nacional sobre Biodiversidade para Conferência das Partes em 2001	Biodiversidade	Atividade de habilitação	PNUD	20.000		Projeto aprovado	GEF-2 Trustfund
Atividade de promoção das mudanças climáticas (financiamento adicional para o reforço das capacidades em domínios prioritários)	Mudanças climáticas	Atividade de habilitação	PNUD	100.000		Projeto aprovado	GEF-2 Trustfund
Atividade de habilitação do mecanismo de compensação	Biodiversidade	Atividade de habilitação	PNUD	14.000		Projeto aprovado	GEF-1 Trustfund
Reforma e desenvolvimento do setor da energia e da água	Mudanças climáticas	Projeto de grande dimensão	Banco Mundial	4.700.000	43.300.000	Concluído	GEF-1 Trustfund
Permitir a Cabo Verde preparar a sua primeira comunicação nacional em resposta aos seus compromissos no âmbito da CQNUAC	Mudanças climáticas	Atividade de habilitação	PNUD	319.300		Concluído	GEF-1 Trustfund

TÍTULO	ÁREAS FOCAIS	TIPO	AGÊNCIA	SUBVENÇÃO DO GEF	COFINANCIAMENTO	ESTADO	PERÍODO GEF - FONTE
Estratégia Nacional para a Biodiversidade, Plano de Ação e Relatório Nacional para a COP	Biodiversidade	Atividade de habilitação	PNUD	208.151		Concluído	GEF-1 Trustfund

No passado, Cabo Verde beneficiou de um projeto regional e de financiamentos do Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LCDF). Todos estes projetos foram encerrados.

TÍTULO	ÁREAS FOCAIS	TIPO	AGÊNCIA	SUBVENÇÃO DO GEF	COFINANCIAMENTO	ESTADO	PERÍODO GEF - FONTE
Apoio ao alinhamento do programa de ação nacional de Cabo Verde com a estratégia decenal da UNCCD e preparação de relatório e processo de revisão	Degradação dos solos	Atividade de habilitação	PNUA	136.986	160.000	GEF-5	GEF trustfund, projeto regional
Reforço da capacidade de adaptação e da resiliência às mudanças climáticas no setor da água em Cabo Verde	Mudanças climáticas	Projeto de grande dimensão	PNUD	3.000.000	63.699.027	GEF-4	LDCF
Preparação de um Programa de Ação Nacional de Adaptação	Mudanças climáticas	Atividade de habilitação	PNUD	200.000		GEF-3	LDCF

Anexo H**Projetos mencionados no BUR****Tabela**

M= Multilateral B=Bilateral L= L G= Grant FA= Food Aid TA=Technical Assistance

YEAR	TYPE OF SUPPORT	SECTOR	PROJECT NAME	VALUE	DONOR	TYPE	MODALITY
2016	Mitigation	Energy	Solar energy distribution development project	\$1 013 141	World Bank	M	L
2016	Mitigation	Energy	Energy Efficiency in Equipment and Buildings Project (PEEE)	\$1 943 609	GEF	M	G
2016	Mitigation	Energy	Energy Efficiency in Equipment and Buildings Project (PEEE)	\$197 562	UNDP	M	L
2016	Mitigation	Energy	Renewable Energy Support Project (PASER)	\$4 977 355	Coop. Luxembourg	B	G
2016	Mitigation	Energy	Elaboration of Cabo Verde's Electricity Sector Master Plan		European Union	M	TA
2016	Mitigation	Energy	Project to increase wind power capacity to offset electricity consumption in the desalination on the island of São Vicente	\$1 075 109	ECREEE	M	G
2016	Adaptation	Agriculture	Strengthening the Water Sector's Capacity for Adaptation and Resilience to Climate Change in Cabo Verde	\$4 012	CIDA	B	G
2016	Mitigation	Transversal	National OZONE Programme	\$36 776	UNEP	M	G
2016	Adaptation	Water	Efficient Water Use and Wastewater Reuse for Environmental Protection in Cabo Verde	\$263 630	GEF	M	G
2016	Adaptation	Water	Adaptation and Resilience to Climate Change in the Water Sector	\$4 085	UNDP	M	G
2016	Mitigation	Waste	Implementation of the Basel Convention Voluntary Compliance Plan	\$915	UNDP	M	G
2016	Adaptation	Agriculture	Increasing energy production and storage capacity by optimising the use of renewable energy for agricultural production and improving the processing and quality of the products of the Cutelo Capado Cooperative	\$40 526	SGP GEF	M	G
2016	Adaptation	Agriculture	Grupo Agropecuário Lombo Caleceria Praia Branca	\$28 368	SGP GEF	M	G
2016	Adaptation	Other	MultiAdpt project in the community of Covoadá - São Lourenço dos Órgãos	\$34 447	SGP GEF	M	G

YEAR	TYPE OF SUPPORT	SETOR	PROJECT NAME	VALUE	DONOR	TYPE	MODALITY
2016	Adaptation	Inclusion	Resilience and Adaptability of People with Disabilities: A Collaborative and Constructive Process of Socio-environmental Justice in Cabo Verde	\$45 591	SGP GEF	M	G
2016	Adaptation	Transversal	Transform Fragata	\$19 250	SGP GEF	M	G
2017	Mitigation	Energy	Project to Promote Solar Thermal Energy for Water Heating	\$129 538	Spain	B	TA
2017	Mitigation	Transversal	National OZONE Programme	\$33 933	UNEP	M	G
2017	Adaptation	Water	Efficient Water Use and Wastewater Reuse for Environmental Protection in Cabo Verde	\$188 796	GEF	M	G
2017	Adaptation	Water	Adaptation and Resilience to Climate Change in the Water Setor	\$35 498	UNDP	M	G
2017	Adaptation	Water	Efficient Water Use and Wastewater Reuse for Environmental Protection in Cabo Verde	\$188 796	GEF	M	G
2017	Adaptation	Agriculture	Support for the promotion of new agricultural production technologies	\$13 823	Japan	B	FA
2017	Adaptation	Water	No Crê: Water for the Sustainable Development of the Northern Plateau	\$1 725 500	SGP GEF	M	G
2018	Mitigation	Transversal	National OZONE Programme	\$23 437	UNEP	M	G
2018	Mitigation	Agriculture	Emergency Drought Mitigation Programme - Water Scarcity Management	\$441 887	Coop. Luxembourg	B	G
2018	Adaptation	Water Sanitation	Flexible Fund for Studies and Small Water and Sanitation Infrastructures	\$22 007	Coop. Luxembourg	B	G
2018	Adaptation	Agriculture	Programme to Promote Socio-Economic and Rural Opportunities (Poser - Clima)	\$606 158	FIDA	M	G
2018	Adaptation	Agriculture	Support for the promotion of new agricultural production technologies	\$8 589	Japan	B	FA
2018	Adaptation	Energy	Energy for Sustainable Development by Pascoal Alves	\$49 770	SGP GEF	M	G
2018	Mitigation	Energy	Hybridisation of the Feeding System for the Ribom Bilim Pumping Station	\$39 816	SGP GEF	M	G
2018	Mitigation	Energy	Photovoltaic system for pumping water for drip irrigation Justino Lopes - Santa Cruz	\$34 839	SGP GEF	M	G

YEAR	TYPE OF SUPPORT	SETOR	PROJECT NAME	VALUE	DONOR	TYPE	MODALITY
2018	Mitigation	Energy	Reinforcement of the Drinking Water Supply System in João Afonso and Chã de Pedras	\$398 158	SGP GEF	M	G
2018	Mitigation	Energy	Strengthening access to sustainable energy to increase income-generating activities in Monte Trigo, Santo Antão	\$47 779	SGP GEF	M	G
2019	Adaptation	Agriculture	Implementation of the Reuse of Wastewater for Agriculture Project	\$11 125	Spain	B	G
2019	Adaptation	Agriculture	Improving the Resilience of the Agricultural Setor in CV	\$68 838	Spain	B	G
2019	Adaptation	Transversal	Cabo Verde Atmospheric Observatory	\$32 656	Germany	B	G
2019	Mitigation	Transversal	Tools and Strategies to support Mitigation activities in key setores in Cabo Verde	\$2 049	BAD	M	G
2019	Mitigation	Transversal	National OZONE Programme	\$24 591	UNEP	M	G
2019	Adaptation	Agriculture	Programme to Promote Socio-Economic and Rural Opportunities (Poser - Clima)	\$608 951	FIDA	M	G
2019	Mitigation	Water Resources	Emergency Drought Mitigation Programme - Water Scarcity Management	\$741 768	European Union	M	G
2019	Mitigation	Water Resources	Emergency Drought Mitigation Programme - Water Scarcity Management	\$136 072	Coop. Luxembourg	B	G
2019	Adaptation	Agriculture	Support for the promotion of new agricultural production technologies	\$441 079	Japan	B	FA
2019	Adaptation	Agriculture	Introducing Hydroponics as an Alternative for Rainfed Production in the drier areas of São Lourenço dos Órgãos	\$6 436	Coop. Luxembourg	B	FA
2019	Adaptation	Agriculture	Massification of irrigation in the Alto Mira Valley and strengthening the agricultural production capacities of young farmers	\$24 873	Coop. Luxembourg	B	FA
2019	Adaptation	Agriculture	Ecological Agriculture to Improve Food Security in São Nicolau	\$49 570	Coop. Luxembourg	B	FA
2019	Adaptation	Agriculture	Agribusiness	\$39 911	SGP GEF	M	G
2019	Adaptation	Environment	Environmental Education and Awareness Campaign in the context of Climate Change	\$29 933	SGP GEF	M	G

YEAR	TYPE OF SUPPORT	SETOR	PROJECT NAME	VALUE	DONOR	TYPE	MODALITY
2019	Mitigation	Energy	Eco-Employment for Young People – Using solar energy for productive initiatives by 3 groups of young entrepreneurs on the island of São Vicente.	\$29 933	SGP GEF	M	G
2019	Adaptation	Energy	Hybridisation of the Rebeirãozinho borehole – FSN 32	\$31 430	SGP GEF	M	G
2019	Mitigation	Energy	Hybridisation of the Power Supply System for the Campo Porto Pumping Station – FSN 59	\$27 937	SGP GEF	M	G
2019	Mitigation	Energy	Co-operation project between ADESBA-CL and CERMI to train 20 young people in renewable energy systems	\$49 888	SGP GEF	M	G
2019	Adaptation	Energy	Conversion of the diesel pumping system to a renewable system at borehole FST 835 in Canto Grande – Ribeira de São Miguel	\$18 958	SGP GEF	M	G
2019	Adaptation	Energy	Solar energy system in the isolated area of Calheta de São Martinho Grande	\$23 448	SGP GEF	M	G
2020	Mitigation	Transport	Project Promoting electric mobility in Cabo Verde	\$8 068 254	NAMA FACILITY	M	G
2020	Mitigation	Energy	Access to sustainable energy for water management: Energy-Water Nexus	\$1 993 802	GEF	M	G
2020	Mitigation	Energy	Chã das Caldeiras electrification projects (with renewable energies)	\$216 511	ECREEE	M	G
2020	Mitigation	Energy	Drawing up the National Bioenergy Action Plan		ECREEE	M	TA
2020	Adaptation	Agriculture	Implementation of the Wastewater Reuse for Agriculture Project	\$107 556	Spain	B	G
2020	Adaptation	Agriculture	Improving the Resilience of the Agricultural Setor in CV	\$4 154	Spain	B	G
2020	Mitigation	Meteorology	Cabo Verde Atmospheric Observatory	\$32 218	Germany	B	G
2020	Mitigation	Transversal	Tools and Strategies to support Mitigation activities in key sectors in Cabo Verde	\$3 048	BAD	M	G
2020	Mitigation	Industry	National Ozone Programme	\$107 070	UNEP	M	G
2020	Adaptation	Meteorology	Improving the Climate Basis in Cabo Verde	\$3 032	WMO	M	G
2020	Adaptation	Agriculture	Support for the Promotion of New Agricultural Production Technologies	\$837 015	Japan	B	FA

YEAR	TYPE OF SUPPORT	SETOR	PROJECT NAME	VALUE	DONOR	TYPE	MODALITY
2020	Adaptation	Agriculture	Introducing Hydroponics as an Alternative for Rainfed Production in the drier areas of São Lourenço dos Órgãos	\$15 281	Coop. Luxembourg	B	FA
2020	Adaptation	Sanitation	Waste Roadmap	\$198 534	Portugal	B	G
2020	Mitigation	Energy	Bolona with Energy	\$49 845	SGP GEF	M	G
2020	Mitigation	Energy	Implementing an electric propulsion system in artisanal fishing	\$24 923	SGP GEF	M	G
2020	Adaptation	Inclusion	Inclusive mobility treadmill	\$49 845	SGP GEF	M	G
2020	Mitigation	Energy	Submersible water pumping system using solar energy	\$48 848	SGP GEF	M	G
2021	Mitigation	Energy	Energy Transition Support Project	\$128 728	Coop. Luxembourg	B	G
2021	Mitigation	Energy	Renewable Energy Project and Improving Energy Efficiency in Public Services	\$3 660 695	IRBD	M	L
2021	Mitigation	Energy	Renewable Energy Project and Improving Energy Efficiency in Public Services	\$3 679 468	IDA	M	L
2021	Mitigation	Energy	Renewable Energy Project and Improving Energy Efficiency in Public Services	\$7 358 936	CCEFCF	M	G
2021	Mitigation	Energy	Renewable Energy Project and Improving Energy Efficiency in Public Services	\$525 638	CCEFCF	M	G
2021	Mitigation	Energy	Renewable Energy Project and Improving Energy Efficiency in Public Services	\$2 102 553	GIF	M	L
2021	Adaptation	Agriculture	Improving the Resilience of the Agricultural Setor in CV	\$78 015	Spain	B	G
2021	Adaptation	Agriculture	Implementing a project to Reuse Wastewater for Agriculture	\$111 687	Spain	B	G
2021	Adaptation	Agriculture	Programme to Promote Socio-Economic and Rural Opportunities (Poser - Clima)	\$1 650 962	FIDA	M	G
2021	Mitigation	Agriculture	Emergency Drought Mitigation Programme - Water Scarcity Management	\$4 892	Coop. Luxembourg	B	G
2021	Adaptation	Agriculture	Development of Organic Farming in Aldeia de Norte Pn- Sa	\$19 846	Coop. Luxembourg	B	G
2021	Adaptation	Agriculture	Massification of Drip Irrigation with a Focus on Reducing Food and Nutritional Insecurity	\$24 136	Coop. Luxembourg	B	G

YEAR	TYPE OF SUPPORT	SETOR	PROJECT NAME	VALUE	DONOR	TYPE	MODALITY
2021	Adaptation	Sanitation	Action Plan for the Reuse of Treated Wastewater	\$91 529	Portugal	B	G
2021	Adaptation	Agriculture	Support for the Promotion of New Agricultural Production Technologies	\$209 081	Japan	B	FA
2022	Mitigation	Energy	Preparation of a feasibility study to produce green hydrogen in Cabo Verde	\$218 721	Coop. Luxembourg	B	TA
2022	Adaptation	Forests	Conservation and Sustainable Use of Forest Resources	\$64 865	Spain	B	G
2022	Adaptation	Agriculture	Improving the Resilience of the Agricultural Setor in Cabo Verde	\$306 512	Spain	B	G
2022	Adaptation	Meteorology	Cabo Verde Atmospheric Observatory	\$110 493	Germany	B	G
2022	Mitigation	Transversal	National Ozone Programme	\$51 445	UNDP	M	G
2022	Adaptation	Agriculture	Programme to Promote Socio- Economic and Rural Opportunities (Poser - Clima)	\$547 342	FIDA	M	G
2022	Transversal	Transversal	Fourth National Communication on Climate Change - 4 CN	\$25 771	UNDP	M	G
2022	Mitigation	Water	Roadmap for Establishing a Policy for Preventing and Managing Water Use in Scarcity Situations	\$68 435	Portugal	B	G
2022	Mitigation	Ocean	Cabo Verde - Becoming A Future Island Nation	\$205 564	Portugal	B	G
2022	Adaptation	Sanitation	Waste Roadmap in Cabo Verde- Phase 5	\$129 050	Portugal	B	G
2022	Adaptation	Agriculture	Resilience of the Agricultural Setor to Climate Change in CV	\$454 291	Japan	B	FA
2022	Adaptation	Agriculture	Support for the Promotion of New Agricultural Production Technologies	\$125 217	Japan	B	FA
2022	Adaptation	Agriculture	ECOWAS Agroecological Programme - Cabo Verde	\$10 027	ECOWAS	M	G
2022	Adaptation	Marine Resources	Resiliensea	\$3 320	MAVA	B	G
2022	Adaptation	Food safety	Agricultural Setor Resilience - Food Security	\$40 027	Japan	B	FA
2022	Adaptation	Agriculture	Farming / Drip irrigation and goat and sheep farming	\$43 180	SGP GEF	M	G



Tarrafal – Ilha de Santiago

